



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE

Centro de Ciências Humanas, Letras e Arte

Departamento de psicologia

Programa de Pós-Graduação em Psicologia

DAS AÇÕES COLETIVAS DE JUNHO DE 2013 AO (CIBER)ATIVISMO BRASILEIRO:
UM ESTUDO SOBRE OS PROCESSOS DE SUBJETIVAÇÃO POLÍTICOS DO
MOVIMENTO FORA DO EIXO

Demetrius Lopes de Abreu

Natal

2016

Demetrius Lopes de Abreu

DAS AÇÕES COLETIVAS DE JUNHO DE 2013 AO (CIBER)ATIVISMO BRASILEIRO:
UM ESTUDO SOBRE OS PROCESSOS DE SUBJETIVAÇÃO POLÍTICOS DO
MOVIMENTO FORA DO EIXO

Dissertação elaborada sobre orientação de
Jáder Ferreira Leite, e apresentada ao
programa de pós graduação em Psicologia
da Universidade Federal do Rio Grande do
Norte, como requisito parcial à obtenção do
título de Mestre em psicologia.

Natal-RN

2016

Catálogo da Publicação na Fonte.
Universidade Federal do Rio Grande do Norte.
Biblioteca Setorial do Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes (CCHLA).

Abreu, Demetrius Lopes de.

Das ações coletivas de junho de 2013 ao (Ciber)ativismo brasileiro: um estudo sobre os processos de subjetivação políticos do movimento fora do eixo / Demetrius Lopes de Abreu. – 2016.

179 f.: il. -

Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes. Programa de Pós-Graduação em Psicologia, 2016.

Orientador: Prof. Dr. Jáder Ferreira Leite.

1. Movimentos sociais. 2. Ativistas políticos. 3. Subjetividade. I. Leite, Jáder Ferreira. II. Universidade Federal do Rio Grande do Norte. III. Título.

RN/BSE-CCHLA

CDU 159.9:32

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE

Centro de Ciências Humanas, Letras e Arte

Departamento de psicologia

Programa de Pós-Graduação em Psicologia

A dissertação, Das ações coletivas de junho de 2013 ao (ciber)ativismo brasileiro: um estudo sobre os processos de subjetivação políticos do movimento Fora do Eixo, elaborada por Demetrius Lopes de Abreu, foi considerada aprovada por todos os membros da Banca Examinadora, e aceita pelo Programa de Pós-Graduação em Psicologia, como requisito parcial à obtenção do título de MESTRE EM PSICOLOGIA.

Natal, RN, 30 de junho de 2016

BANCA EXAMINADORA

Jáder Ferreira Leite

Marco Aurélio Máximo Prado

Marlos Alves Bezerra

Como fazer (ou não) um poema profundamente político?

um poema profundamente político
não se vende não se compra não se conta não se rende
não se ensina
corpos que dançam
no furo perplexo
da consciência um poema profundamente político nasce
do orgasmo múltiplo inenarrável de incontáveis deuses
que se olham e se tocam e se beijam e se amam e se queimam e se jogam à vida um poema
profundamente político
não se faz com versos
não se faz com terços
não se faz com livros um poema profundamente político não é um poema sobre a política
mas com a política do que não tem política e nunca terá
um poema profundamente político
é quase-poema quase-política
um poema profundamente político nasce do desejo dos corpos do chão
um poema profundamente político não é
definitivamente não é
um poema como este que se vê e se ouve agora aqui
porque um poema profundamente político
não dá bandeira não dá palavra
não dá ouvidos nem olhos
à minha sua nossa vossa sacola política porque um poema profundamente político
é um poema que grita no rasgo escuro das gentes
e o grito mais alto de um poema político
é a mais bela e a mais profunda e justa música de seu silêncio

André Monteiro

Agradeço, ao professor Jáder Ferreira Leite, pela flexibilidade, compreensão e atenção dispendida em minha orientação, aos professores e colegas do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da UFRN que acompanharam a trajetória da formulação desta dissertação, à CAPES pela concessão da bolsa de estudos. Especialmente, a minha linda Jú pela ajuda na produção de nossos dois partos, o primeiro que deu a luz a nosso filho Ícaro, em meio às maquinações do mestrado, e o segundo que gerou esta dissertação, auxiliando-me nos momentos difíceis, com todo seu carinho, parceria e afeto.

E não podia esquecer do #Fora Temer!

Sumário

1. Introdução.....	10
1.1 Os protagonistas de junho de 2013.....	16
1.2 Processo de delimitação da pesquisa.....	22
1.3 Percursos metodológicos da pesquisa.....	29
2. Processo de subjetivação político.....	39
2.1. Produção de subjetividades.....	39
2.2. Identidades e políticas.....	52
3. A esfinge de junho de 2013.....	68
3.1 Efeito de massa e as redes de movimentos sociais.....	68
3.2 Mobilizações político-culturais e ativismo juvenil.....	79
3.3 O (ciber) do ativismo.....	89
4. Os movimentos do Fora do Eixo.....	100
4.1 Organização política e estrutural.....	106
4.2 Discutindo as redes do movimento e fixando as primeiras categorias.....	115
4.2.1 Redes internas.....	115
4.2.2 Redes externas.....	120
4.3 O Fora do Eixo em João Pessoa.....	129
4.4 Subjetividades e atravessamentos identitários.....	139
4.4.1 Identidade política.....	140
4.4.2 Identidade socioinformacional.....	155
4.4.3 Subjetividades nômades.....	161
4.5 Discussão.....	165
5. Notas finais.....	170
REFERÊNCIAS.....	174

Resumo

No ano de 2013 percebemos os ecos socioinformacionais das manifestações ocorridas pelo mundo, também promovemos ações coletivas que assumiram caráter de massa, e às temos como pano de fundo do trabalho. Dentre os atores sociais que se destacaram em 2013 escolhemos o Fora de Eixo (FdE), que transmitiu pela mídia NINJA os protestos através da internet. O FdE é composto em sua maioria por jovens que moram, trabalham e circulam por casas coletivas, tem nas tecnologias informacionais uma ferramenta muito presente em seu ativismo político. Entendemos que a vivência do ativismo político é um forte vetor nos processos de subjetivação, e ocorre principalmente dentro dos movimentos sociais. Abordaremos a subjetividade sobre o prisma da processualidade, que admiti o atravessamento de múltiplos vetores de forças político-desejantes, discursivas, tecnológicas. Corpo teórico transversaliza o pensamento de Deleuze e Guattari, para tratar dos processos de subjetivação, a concepção de redes de movimentos sociais de Scherer, redes socioinformacionais de Castells, e o político do pensamento de Mouffe. Tivemos como objetivo investigar os processos de subjetivação relativos ao ativismo político vivenciado pelos integrantes do movimento FdE. Assim como compreender suas redes de solidariedade e luta, entender a influência dos agenciamentos informacionais nas práticas políticas deste movimento, acompanhar os processos de subjetivação e formação identitária, e discutir sua proposta de horizontalidade nas relações de poder dentro do grupo. Realizamos entrevistas semiestruturadas, observação participante, e pesquisa do material multimídia. A análise ocorreu por meio da categorização das informações alinhada aos objetivos da pesquisa, na qual separamos as informações em duas categorias gerais e três específicas. Sucintamente, observamos quanto aos agenciamentos socioinformacionais, que transitam mais pelos norteadores ético-político da cultura digital, do que propriamente por uma imersão tecnologicista, demonstram uma grande flexibilidade e integração de suas redes internas, porém com pouca descentralização e horizontalidade.

Palavras-chaves: Ações coletivas, ativismo político, processos de subjetivação.

Abstract

In the year 2013 we realized the socio-informational echoes of the manifestations occurred around the world, we also promote collective actions that have taken on mass character, and the as we have of work background. Among the social actors that stood out in 2013 we choose the Fora do Eixo (FDE), which transmitted by NINJA media the protests over the internet. The FdE is composed in its majority by young people who reside, work and circulate collective houses, have the information technologies a political tool. We understand that the experience of the political activism is a strong vector in the subjectivity processes, and occurs primarily within the social movements. We will approach the subjectivity on the prism of processuality, which admits the crossing of multiple vectors of forces political-desiring, discursive, technological. Theoretical body cuts across the thought of Deleuze and Guattari, to treat subjectivity processes, the design of networks of social movements by Scherer, socio-informational networks by Castells, and political theory by Mouffe. Our objective was to investigate the subjectivity processes related to political activism experienced by members of the FdE movement. As well as understand their solidarity and struggle networks, understand the influence of informational agencements in political practices of this movement, accompany the processes of subjectivity and identity formation, and discuss its proposal for horizontality in power relations within the group. We conducted semi-structured interviews, participant observation, and research of multimedia material. The analysis occurred through the categorization of information aligned with the research objectives in which we separate the information into two general categories and three specific. Succinctly we observe how much the socio-informational agencements, pervade more by ethical-political the digital culture, than by technologic immersion. Demonstrating great flexibility and integration of their internal networks, but with little decentralization and horizontality.

Keywords: Collective action, political activism, subjectivity processes.

1. Introdução

Acreditamos ser importante discorrer, rapidamente, sobre os temas de interesse anteriores ao início da pesquisa propriamente, e que acabam por colaborar e influenciar em algumas escolhas e mudanças de rota deste processo de pesquisa acadêmica. Em meu trabalho de conclusão de curso busquei discutir as relações do uso imersivo das tecnologias informacionais, mais especificamente sobre a utilização dos perfis fakes (“falsos”) e suas relações com as formações subjetivas dos “eus” Lacanianos, muito ligados aos ensejos dos estágios na área clínica ao final da graduação.

Á nível de mestrado, interessava-me discutir a apropriação das tecnologias informacionais pelos movimentos sociais, e retornar meus investimentos dentro da psicologia social que também marcou meus desejos e ambições na graduação. Saí de Minas Gerais para tentar a aprovação no Rio Grande do Norte, nos primeiros 6 meses participando de uma disciplina como aluno ouvinte, desenvolvi o projeto que tinha como tema geral a apropriação das tecnologias informacionais pelos integrantes do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra, com o qual passei na seleção, ficamos uns 3 meses trabalhando neste projeto, até que constatamos que o MST não era a melhor opção para os objetivos de pesquisa. Além de perceber que meus interesses pairavam realmente sobre a onda de protestos que eclodiram em junho de 2013 no Brasil, assim como o uso expressivo das ferramentas informacionais nestas mobilizações.

O início do século XXI foi marcado por grandes ações coletivas, que eclodiram em diversos países. Em meio à crise econômica mundial de 2008, milhares de cidadãos ocuparam os espaços públicos para protestar e reivindicar direitos. Onde podemos destacar: a emancipação do Egito e toda uma primavera Árabe, que chegou a derrubar o ditador Ben Ali

da Tunísia no poder desde 1987; o 15-M na Espanha e o Occupy Wall Street na América do Norte, que uniram suas forças e articularam protestos simultâneos em várias partes do mundo em 2011; ou ainda de caráter mais efetivo no que diz respeito a conquistas institucionais, podemos citar a promulgação de uma nova constituição nacional popular na Islândia; e entre as mais recentes temos as manifestações sangrentas na Turquia e na sequência pudemos presenciar as inesperadas manifestações de Junho de 2013 no Brasil (Castells, 2013).

Apesar dos motivos disparadores destas ações coletivas serem diferentes e específicos para cada país, levando em consideração as diferentes culturas, situação econômica e política, podemos observar características e formas comuns destas mobilizações na esfera pública: geralmente assumiram caráter de “movimentos” de massa, teceram severas críticas à política institucional e suas articulações com instituições do mercado, buscaram experimentar inter-relações grupais menos hierárquicas e mais horizontalizadas, e principalmente fizeram um largo uso das novas tecnologias da informação e comunicação, com destaque para redes sociais mediadas pela internet e telefonia móvel (Bolaño & Filho, 2013; Castells, 2013; Gonh, 2013; Scherer-Warren, 2013).

Segundo Castells (2013), estas mobilizações sociais estão de certa forma conectadas por redes informacionais que promovem uma disseminação rápida de informações, estratégias de luta, e o mais importante, de indignação e esperança de possíveis mudanças, considerando uma sociedade global conectada em e por redes sociodigitais:

Na primeira manifestação de massa realizada na praça Tahrir, no Cairo, em 25 de janeiro de 2011, milhares gritavam “Tunísia é a solução!”, modificando de propósito o lema “o islã é a solução!”...Quando os indignados da Espanha começaram a acampar nas principais praças das cidades de todo país, em maio de 2011, proclamaram que “A Islândia era a solução!”. E quando os nova-iorquinos ocuparam espaços públicos em torno de Wall Street, em 17 de setembro de 2011, chamaram seu acampamento de praça Tahrir, da mesma forma que os ocupantes da praça Catalunya, em Barcelona” (Castells, 2013, p.23).

Analisando os processos sociais a nível global, Santos (2005) propõe que existem dois tipos de globalização: uma globalização hegemônica liderada por uma política neoliberal, e uma que se opõe aos efeitos desta política, a globalização contra hegemônica, que teria como representantes uma vasta rede de organizações e movimentos sociais.

Por sua vez, Hardt & Negri (2005) criam a “dicotomia” entre o Império e o que denominam de multidão, que surgiria dentro das redes de poder do próprio Império, e seria uma alternativa diferenciada ao mesmo. O Império não se resume a um Estado-nação detentor do poder, mas a uma rede de Estados e elites empresariais e bancárias, que ancoram seu funcionamento tradicionalmente em crises e guerras. A multidão por sua vez representa uma multiplicidade de culturas e etnias, que começam cada vez mais a se articular conjuntamente em torno de um projeto coletivo de sociedade e de uma democracia global. Multidão se diferencia do conceito de povo, que esta alicerçada em uma noção de uniformidade, que pode ser circunscrita a uma nacionalidade, raça ou etnia, onde se força uma regularidade de fácil apreensão e previsão, que não ocorre facilmente na multidão.

Este apelo a uma forma de “sociedade global” pode ser exemplificado pelos *hashtag's* #Nós somos os 99%, que faz referência à desigualdade social, mas também se transmuta em uma ameaça da maioria que se revolta contra os 1% mais ricos do planeta, ou o apoio à resistência dos manifestantes na Turquia em 2013 #Somos todos Turquia, que igualmente se espalhou pelas redes informacionais.

No ano de 2013 pudemos perceber os ecos virtuais das manifestações ocorridas pelo mundo. Apesar de não termos sofrido os impactos mais severos da crise de 2008, curiosamente também enchemos ruas e avenidas de várias capitais e cidades de médio porte, dando amplitude nacional à mobilização. Enquanto sociedade civil, fomos solidários às reivindicação e lutas de vários movimentos sociais, ocupamos o Congresso Nacional e outros órgãos públicos, e quem diria o país do futebol criticou a onerosa copa do mundo,

compartilhamos do sentimento de injustiça global diante das consequências das políticas neoliberais, repressão brutal da polícia, corrupção generalizada e sua naturalização.

As mobilizações sociais que culminaram nas ações coletivas de 2013, iniciaram com as convocações feitas pelo Movimento Passe Livre (MPL), que corajosamente enfrentou a ostensiva repressão policial, ganhou o apoio popular, ampliou suas redes de ação e solidariedade. Contudo os subsequentes protestos foram ganhando certa autonomia e amplitude inesperada, pelos próprios atores sociais envolvidos e sociedade de uma maneira geral.

O MPL, em junho de 2013, intensificou os atos acirrando a pauta da luta contra o aumento do preço da passagem de ônibus em várias capitais brasileiras, com posterior adesão de vários setores organizados e não organizados da sociedade. As pautas se ramificaram em causas mais amplas e heterogêneas. Durante o auge destas ações coletivas que assumiram caráter de massa, podemos constatar plêiades de atores sociais que se manifestaram de diversas formas. Dentre estas, observamos: grupos de “mascarados” inspirados pelas táticas anarquistas black bloc, coletivos de performances artísticas, associações de bairros da periferia, movimentos midialivristas¹ como o grupo Anonymous Brasil, Mídia Ninja, Centro de Mídia Independente (CMI), entre outros coletivos sociais e culturais de formação recente, ou ainda coletivos contingenciais formados no calor do momento, o que contribuiu para aumentar a heterogeneidade e o espontaneísmo nas ações coletivas.

A população foi bombardeada por informações dos protestos pela internet via redes sociais do *Facebook* e *Twitter*. As mídias tradicionais se viram “forçadas” a se pronunciar, e por vezes tiveram que se retratar diante de posturas mais agressivas, que visavam desqualificar os movimentos sociais. As ações coletivas de junho de 2013 agitaram a opinião pública de maneira ímpar, considerando a tecnologia disponível e as disputas discursivas entre

¹ “A proposta dos midialivristas é propor espaços alternativos de mídias livres para discussão dos temas e fenômenos sociais de forma alternativa aos modelos midiáticos comerciais” (Sousa & Souza, 2013, p.84).

as mais variadas mídias, sobre qual sentido dar a estas mobilizações. Sentido este que também continua em disputa pelos mais variados atores sociais, que organizam seus discursos utilizando-se das tecnologias informacionais e mídias alternativas para interpelar de maneira singular os discursos produzidos pelas grandes corporações midiáticas e seus interesses políticos, questionando também modos de organização do Estado e orientação das políticas públicas.

Esses atores articulados e conectados em redes sociais virtuais mobilizaram boa parte da sociedade, com toda sua heterogeneidade, contradições e antagonismos, a refletir e participar da vida política do país. Nesse sentido, presenciamos também o reaparecimento de ideais reacionários, vindos de setores sociais mais conservadores, que reivindicavam intervenções militares, redução das liberdades individuais e de outras conquistas sociais e trabalhistas. Ganham destaque neste cenário, atores sociais denominados jocosamente de “coxinhas”, manifestantes com pouca ou nenhuma experiência em protestos públicos.

Em suma, percebemos que com as ações coletivas de junho de 2013, houve um forte movimento de politização das inter-relações sociais nos espaços públicos, principalmente no contexto de uma reforma urbana, e um redespertar político de uma grande parcela da população, associado ao fortalecimento e ampliação das redes de movimentos sociais atuantes. Assim como o amadurecimento de pautas importantes como a democratização da mídia, fim dos financiamentos de campanha política, e até um ousado plebiscito popular foi organizado por uma grande parcela da sociedade civil organizada, que tinha o intuito de pressionar o governo para realizar uma ampla reforma na constituição do país.

O exercício de novas práticas trouxe também um conhecimento mais aprofundado sobre a política estatal, sobre os governos e suas máquinas. Demandas pela ética na política e uma nova concepção de esfera pública foram os primeiros saltos dessa aprendizagem, seguidos de uma completa rejeição pelos rumos das atuais políticas neoliberais, geradoras de desemprego e exclusão social (Gohn, 2013, p.13).

As ações coletivas de Junho de 2013 marcam o início de uma onda de protestos que eclodiram em diversos Estados brasileiros, onda que se repetiu já em uma menor proporção nas manifestações contra a copa do mundo, onde a repressão da polícia de Estado foi ainda maior (Romão, 2014). As ações coletivas mais heterogêneas e caudalosas, curiosamente esfriaram a partir do período das eleições presidenciais de 2014, que marca com a vitória apertada do Partido dos Trabalhadores, o início de uma polarização política no país e uma guinada nos rumos e propósitos construídos pelas redes de movimentos sociais de 2013.

No início de 2015 renovam-se as esperanças de mudanças, já que passado a copa do mundo, e vencidas as eleições por um partido mais sensível às questões sociais, supostamente a “agenda estaria livre” como salienta um dos integrantes do Fora do Eixo em uma das últimas entrevista realizada por nós, neste período. No entanto o que pudemos observar na sequência, foi uma maior articulação e fortalecimento de pautas e grupos reacionários, cujo exemplar mais notório ocorreu no dia 15 de março de 2015, onde uma pequena “multidão” ocupou as ruas das principais capitais brasileiras, pedindo o Impeachment da então presidenta Dilma, recém-reeleita, que foi realizada dois dias depois de passeatas mobilizadas por redes de movimentos sociais e apoiadores do governo do PT. Estes eventos revelam um cenário de polarização político-social, que vem se cristalizando em meio a um congresso nacional dos mais conservadores dos últimos tempos, análise que merece uma investigação futura dentro do escopo de outros trabalhos.

Compreendemos que as ações coletivas de junho 2013 representam um marco histórico, que ocorreram de maneira semelhante algumas vezes na recente história democrática brasileira, a saber, a Marcha dos Cem Mil, Diretas Já, e Impeachment do presidente Fernando Collor (Scherer-Warren, 2013; Santos, 2013; Gohn, 2013). E que ainda apresenta muitas questões a serem desenvolvidas, criticadas, circunscritas e analisadas, dado seu pouco distanciamento histórico, sua potência política e importância social e cultural.

Também aqueceram e desafiaram os discursos do meio acadêmico, forçando tomadas de posicionamento político e aprofundamento de análises e rearticulações teóricas, já que estas mobilizações marcam uma série de fraturas com a literatura até então disponível no campo dos movimentos sociais. As ações coletivas de junho, compõem o pano de fundo de nosso trabalho.

1.1 Os protagonistas de junho de 2013

Nas “Jornadas de Junho”, como foi chamada pelos vários grupos envolvidos nestas ações coletivas, podemos perceber dentre esta gama de atores sociais, três que se destacaram: o MPL responsável pelas mobilizações iniciais, os grupos anarquistas especialmente por meio das táticas Black Bloc, e o Fora do Eixo, pela atuação do Mídia NINJA.

Vale ressaltar, antes de falar um pouco mais de cada um destes atores sociais, que o protagonismo destes foi forjado tanto por suas pautas e estratégias de lutas nos espaços públicos, quanto por seu envolvimento em disputas narrativas, envolvendo as difusas redes de contra informação da internet e as mídias tradicionais, que buscam forçar um (im)possível consenso da opinião pública.

O MPL teve a sua fundação dentro do encontro do Fórum Social Mundial e hoje conta com uma articulação de vários núcleos a nível nacional, com maturidade de suas reivindicações que vão para além do preço da passagem, construindo uma reivindicação do direito do cidadão à mobilidade urbana. O movimento defende a possibilidade da tarifa zero em uma primeira etapa para estudantes e depois a expansão para um transporte público gratuito para toda população.

Os integrantes do MPL autoproclamam-se apartidários, mas não antipartidários, e sem intenções institucionalizantes em sua organização interna, valorizam a heterogeneidade do movimento e experimentações de campos de poderes horizontais. Podem ser situados dentro da reconfiguração dos movimentos estudantis e tece críticas severas à institucionalização e

cooptação pelo partidismo político de entidades como UBES (União Brasileira dos Estudantes secundaristas) e UNE (União Nacional dos Estudantes), e destoam sensivelmente da maneira de atuação destes movimentos estudantis tradicionais.

A questão insustentável da mobilidade urbana nas grandes cidades é explicitada pelo MPL, que revela com bastante clareza o esquema ilícito entre empresas e instituições públicas, os financiamentos de campanhas e consequente saqueamento dos cofres públicos por empresas privadas em suas licitações viciadas, e projetos elitistas de urbanização que investem a maior parte dos gastos públicos para um transporte individual, em detrimento do um transporte público decrépito e cruel com os moradores da periferia.

As Jornadas de junho também viram o ressurgimento dos ideários anarquistas na cena pública, que se materializaram nas táticas Black Blocs. Essa tática anarquista surge nos fins dos anos 1970 na Alemanha com o intuito de defender as ocupações (casas e prédios abandonados) que servem de domicílio e também buscam cumprir uma função social geralmente ligada à criação de espaços culturais e de disseminação das ideias anarquistas (Maline, Moura & Passos, 2012). Atualmente, essa tática tem sido incorporada às manifestações e protestos, e tem como “alvos” os símbolos do capitalismo empresarial (multinacionais, bancos, propagandas) que são hostilizados com pichações e outras depredações.

Muitos outros repertórios foram designados pelos manifestantes como ações diretas, termo que ganhou certa notoriedade pelas táticas Black Blocs, que foram em um primeiro momento iniciadas por pequenos grupos de anarquistas organizados. Porém o uso deste termo foi muito associado a práticas coletivas ou mesmo “puxadas” por indivíduos ou grupos pequenos agregados no calor do momento, e conduzido por variadas problemáticas de curto prazo, com um forte caráter contingente e espontâneo.

Houve uma reapropriação e atualização de vários termos e práticas muito próximos

dos ensejos anarquistas: “O ativismo radical contemporâneo parece refletir certas orientações anarquistas em sua ênfase nas redes descentralizadas e na ação direta, em vez de lideranças partidárias e representação política” (Newman, 2011, p. 30).

Outro lugar comum na práxis anarquista é a ocupação, ou simplesmente “okupas” como costumam usar, que também foi ressignificado e popularizado na atualidade. A tática da ocupação tem em sua origem questionar a propriedade privada (Campos, 2012) e atualmente pode se materializar na permanência em espaços estratégicos como forma de protestos.

Inspirados pelos “movimentos ocupas”, que explodem em 2011 em resposta as consequências da crise econômica de 2008, que tem como maiores representantes as mobilizações do Occupy Wall Street, e do 15-M na Espanha, também foram realizadas edições nacionais em 2012 com o #OcupaRio, #acampaSampa, #OcupaSalvador, entre outras capitais (Lobato, 2013). Nas Jornadas de 2013 este repertório também foi usado, onde assembleias legislativas de vários Estados ocupadas e o ponto auge que foi a ocupação da parte externa do congresso nacional, além de espaços de patrimônio cultural e étnico, como a aldeia maracanã no Rio de Janeiro, e o ‘#ocupestelita’ em Recife, que ainda resiste.

Para finalizar é interessante notar que entre os integrantes dos Black Blocs não existem somente anarquistas ou anarcopunks, também entram em ressonância com estes parte das populações marginalizadas das grandes cidades, como moradores de rua ou favelas, entre outros grupos que sofrem a violência do Estado cotidianamente, e veem neste tipo de ação direta a oportunidade de revide.

Outro movimento que assumiu protagonismo em junho de 2013 foi o Fora do Eixo. A formação do FdE pode ser dividida em dois momentos: o primeiro onde fortalece progressivamente suas atividades como circuito cultural, articulando vários coletivos culturais espalhados pelo país, processo que fixa suas bases institucionais e garante uma certa autonomia financeira para este grupo; e um segundo momento que inicia com suas

participações em protestos e mobilizações públicas, onde em um curto período de tempo transforma-se em uma potente plataforma ativista (Savazoni, 2014).

O contexto inicial de formação do circuito FdE, perpassa os festivais de música autoral e independente que foram uma febre a partir de meados da década de 1990. Inclusive projetaram vozes de movimentos contra-culturais como o Manguebeat de Recife, e das bandas musicais vinculadas à este como Mundo Livre S.A., e Chico Science e Nação Zumbi que estouraram no festival Abril Pro-Rock em Pernambuco. Outros festivais também pululavam no Brasil, como o Goiânia Noise, Porão do Rock de Brasília, Mada do Rio Grande do Norte, Tome no Tocantis, Casarão em Rondônia, etc.

Ainda hoje muito destes festivais provocam uma grande efervescência cultural e aquecimento da economia à nível local. Funcionando como uma plataforma de expressão juvenil fora dos grandes centros econômicos do país, proporcionando também uma fonte de renda para estes jovens. Resguardando as proporções, em certa medida desafiam e questionam a lógica exclusivamente mercantilista do mercado fonográfico tradicional e seu monopólio cultural.

Um dos primeiros protótipos do que viria a se transformar no circuito Fora do Eixo, e que tem uma forte influência no imaginário coletivo deste grupo (Savazoni, 2014), foi o coletivo e espaço Cubo, fundado em 2002 em Cuiabá, que reunia um grupo de jovens, que buscavam desenvolver o cenário cultural local através de festivais de músicas. Dentre estes jovens do coletivo Cubo não podemos deixar de destacar Pablo Capilé, que foi um dos idealizadores e fundadores do FdE, e que ainda hoje é uma forte referência entre os integrantes do movimento e um de seus principais porta-vozes.

Ao relembrar o início do FdE, Capilé aponta que no final de 2005 inicia-se o processo de conexão com outros coletivos que também promoviam festivais de música, e buscavam incentivar a cultura independente local fora do eixo RJ/SP, daí o nome do grupo. E em 2006

organizou-se parcerias entre produtores culturais de Cuiabá, Rio Branco, Uberlândia, Londrina, que viriam a formar o primeiro núcleo do Fora do Eixo (Savazoni, 2014).

Um dos marcos mais expressivos do circuito FdE, foi a criação da Rede Brasil de Festivais, que substitui a antiga Associação Brasileira de Festivais Independentes (Abrafin), onde muitos integrantes do futuro movimento FdE participaram ativamente da fundação e desenvolvimento. Em 2007, uma articulação da Abrafin junto ao Ministério da Cultura e Petrobras, possibilitou a abertura do primeiro edital público destinado a este modelo de evento (Savazoni, 2014). Daí para frente muitas outras formas de incentivo público e privado foram sendo criadas para estes eventos, iniciando uma corrida pelos editais públicos e articulações de parcerias no setor privado, que via nestes eventos não só a possibilidade de propaganda mas também de isenção fiscal.

O primeiro Congresso Fora do Eixo só viria a acontecer em 2008 em Cuiabá, reunindo os principais coletivos aderentes ao circuito FdE. Interessante marcar que desde sua origem o movimento busca estabelecer diálogos com o poder público, pois um dos principais convidados deste congresso foi o economista Paul Singer, então Secretário Nacional de Economia Solidária do Ministério do Trabalho (Savazoni, 2014). O segundo congresso ocorreu no Acre em 2009, o terceiro congresso na Universidade Federal de Uberlândia em 2010, o quarto já ocorreu em São Paulo em 2011, e o último em Brasília em 2013, consolidando a casa das redes, que funciona como uma embaixada das redes do FdE.

Com a chegada em São Paulo, o movimento começa a se envolver progressivamente na vida política da cidade. E devido ao olhar jornalístico de alguns integrantes, na época da polêmica à cerca das internações compulsórias à usuários de drogas, começam a fazer transmissões das madrugadas na cracolândia e seu cotidiano, entrevistando usuários, moradores e comerciantes, ampliando a discussão sobre este tema. Ação que um dos integrantes orgânicos² da mídia FdE identifica como marco importante desta ampliação

² Que para os integrantes do FdE funciona para designar pessoas que assumem o compromisso integral com o

comunicativa do movimento (Pós-TV/mídia, 2013).

Também iniciam as coberturas de passeatas e outros atos públicos que ocorriam em SP, e como o movimento funciona em rede, coletivos de outros Estados também aderem a estas ações. A partir de 2011 começam a investir consideráveis esforços no desenvolvimento de seu setor de comunicação e jornalismo, fazendo transmissões ao vivo das marchas pela legalização da maconha, marcha das vadias, passeatas LGBT, marchas da liberdade³, em diversos estados brasileiros. O que serviu como ganho de experiência para a cobertura ampliada das jornadas de junho de 2013, onde tem seu auge de reconhecimento público com a proposta midialivrista do NINJA (Narrativas Integradas de Jornalismo e Ação).

Estas estratégias midialivristas conseguiram romper minimamente com a manipulação midiática tradicional, o que não é pouca coisa, em se tratando do forte monopólio comunicacional vigente em nosso país. A manipulação da informação pelos meios de comunicação de massa ficou mais evidente na medida em que outra “realidade” era disponibilizada e replicada de forma viral por meio das redes sociais da internet.

No decorrer dos protestos, o descrédito entre os manifestantes foi tamanho que boa parte das emissoras de TV e em especial a Rede Globo, enfrentaram problemas para cobrir os protestos de perto, dado o rechaço dos grupos mais engajados, que quando percebiam o símbolo da emissora vaiavam, não davam entrevistas, hostilizavam repórteres, chegaram a queimar um carro de reportagem, e em um dos atos pela democratização da mídia, jogaram excrementos na fachada da sede da emissora em São Paulo (NINJA/Oximity, 2013).

Neste contexto ganhou destaque a mídia Ninja, que surge como alternativa à mídia tradicional, transmitindo ao vivo as imagens dos protestos pelas redes informacionais, entrevistando manifestantes, policiais e população que participavam dos protestos, sem edição

estilo de vida proposto, ou seja se tornam mais orgânicas às atividades e lutas do movimento.

³ Foi uma ação convocada pela internet em 2011, iniciando em SP e espalhando para outras capitais, como reação à violenta repressão à Marcha da Maconha, e sua subsequente proibição pelo Supremo Tribunal Federal. A proposta desta marcha se pautou na união de diversos atores sociais, em defesa da liberdade de expressão, livre manifestação política e denunciando os abusos policiais e conservadorismo do Judiciário.

ou cortes, o que lhe deu mais credibilidade às informações prestadas. A mídia NINJA faz parte de uma das muitas iniciativas do movimento Fora do Eixo.

Vale adiantar que depois de ter vivenciado um pouco mais da organicidade do movimento, dos fluxos que atravessam a casa FdE de João Pessoa, e reanalizando os escritos do diário de campo, pudemos perceber que a experiência do NINJA é apenas a ponta mais midiaticamente visível do ativismo que está se desenvolvendo neste movimento. É inevitável discutir a mídia NINJA dado sua importância no movimento, todavia a abordaremos em conjunto com outras práticas políticas deste movimento, que no caso do FdE-JP também são expressivas. Entendemos que seria mais interessante compreender o ativismo político que está florescendo neste recente movimento como um todo.

Em suma, o FdE é composto em sua maioria por jovens⁴ que moram, trabalham e circulam por casas coletivas espalhadas em algumas capitais (Belém, João Pessoa, Porto Alegre, Belo Horizonte, Brasília, Rio de Janeiro) e outras cidades de pequeno e médio porte. Buscam adotar um modo de vida coletivista, autossustentável, e tem nas tecnologias informacionais uma ferramenta muito presente, que é utilizada de maneira singular nas várias atividades que desempenham.

1.2 Processo de delimitação da pesquisa

Depois de situar as ações coletivas de junho de 2013 como pano de fundo de nossa pesquisa, observar os três atores sociais que se destacaram, nos fizemos algumas perguntas disparadoras, entre essas, duas nos auxiliaram substancialmente a afunilar e dar consistência à nossa pesquisa: o que estes atores sociais têm em comum e quais são suas diferenças básicas?

Em comum podemos sinteticamente elencar que são grupos de jovens politicamente ativos, imersos em uma cultura digital, e dentre suas estratégias de enfrentamento, as

⁴Em levantamento feito no terceiro congresso FdE em 2010 por seus próprios membros, onde foram consultadas 300 pessoas, e apontou que a grande maioria tem entre 19 e 35 anos, a proporção seria de 6 homens para 4 mulheres, o nível de escolaridade foi de 1/3 de integrantes com ensino superior completo, 1/3 incompleto, 10% haviam cursado algum tipo de pós graduação (Coletivo Lumo, 2010).

tecnologias informacionais tem muita expressão. Buscam experimentar, no momento presente e em suas práticas cotidianas ou em grupo, seus ideais de sociedade, projetos políticos, e desejos subjetivos, “Decidimos ser a mudança que queremos ver no mundo, e por isso estamos juntos numa aventura afetiva, humana, e política.” (Facebook FdE/Casa mundo, 2013)

Os movimentos juvenis integram-se nos estudos mais amplos sobre ação coletiva e movimentos sociais. Melucci (1997) marca a importância dos atores sociais jovens, pois eles reativam na sociedade a importância de expandir os limites da liberdade, funcionam como receptores sensíveis da cultura contemporânea, lhes empregando sentido, subvertendo códigos sociais, difundindo culturas e estilos de vida para sociedade em geral:

Movimentos juvenis tomam a forma de uma rede de diferentes grupos, dispersos, fragmentados, imersos na vida diária. Eles são um laboratório no qual novos modelos culturais, formas de relacionamento, pontos de vista alternativos são testados e colocados em prática (p.12).

Podemos perceber este laboratório sociocultural operar, por exemplo, dentro das ocupações anarquistas, e em menor intensidade nas ocupações de semanas ou até meses de protestos em espaços públicos como praças, assembleias legislativas, acampamentos em frente a multinacionais, ou na proposta de casas coletivas conectadas do Fora do Eixo que buscam experimentar o uso de moedas suplementares, dentro da perspectiva de uma economia solidária, mídias sociais com programas transmitidos pela internet que valorizem as culturas e especificidades locais.

Pensamos que essas, dentre outras estratégias, começam a ser ensaiadas e vivenciadas nos ventres dos movimentos sociais, que buscam em suas práticas internas experimentar formas diferenciadas de convivência e de se fazer política, que funcionam como “incubadoras”, para utilizar um termo comum aos integrantes do movimento Fora do Eixo.

Não podemos deixar de considerar que as três grandes mobilizações que assumiram

caráter de massa ocorridas antes de 2013 no Brasil, todas tiveram como atores sociais centrais grupos de jovens. Scherer-Warren (2013) e Gohn (2013a, 2013b) destacaram a importância da participação dos jovens nas ações coletivas de 2013 e a necessidade de se aprofundar os estudos sobre os coletivos e movimentos sociais urbanos das camadas médias da sociedades.

Ainda quanto às semelhanças, no que diz respeito ao uso das tecnologias informacionais pelos movimentos sociais, são referências as pesquisas realizadas por Castells (2003, 2008, 2009, 2013), ao entender que as sociedades contemporâneas se organizam em/por redes digitais, e investe nos estudos dos movimentos sociais pós crise de 2008, onde busca analisá-los dando ênfase no uso e mediação feito pelos instrumentos socioinformacionais atuais.

Entendemos que redes sociais informáticas ajudam a tornar mais visíveis as injustiças sociais, lutas e confrontos políticos a nível local sem perder de vista o global. Além de facilitar a articulação entre os movimentos sociais locais cada vez mais cosmopolitas, assim como socializar trocas de experiências, seja de práticas ativistas locais, táticas de enfrentamento, ou sentimentos de revolta compartilhados contra um modelo político-econômico hegemônico.

A apropriação das tecnologias informacionais pelos movimentos sociais, dentro do contexto de uma sociedade articulada em redes digitais globais, tem sido apontada como um horizonte promissor e redirecionador das formas de organização da sociedade civil em nossa contemporaneidade (Castells, 2008; Scherer-Warren, 2006; Machado, 2007).

Machado (2007) pontua algumas características destas apropriações tecnológicas, tais como: uma tendência coalizacional dos movimentos a nível mundial com base na infraestrutura propiciada pela internet, grande poder de articulação e eficiência a baixos custos. Assim, permite-se a organização de protestos simultâneos em várias partes do mundo, como também uma maior visibilidade de questões locais e fortalecimento de redes de

integração e solidariedade entre os atores sociais a nível nacional.

Entremos agora nos pontos de diferença entre os protagonistas de junho. A grosso modo, identificamos que quanto à organização e às formas de associação grupal, tipos predominantes de estratégia de luta e relação com o Estado, estes três atores sociais se diferenciam consideravelmente. O MPL é o que mais se aproxima de nossos movimentos sociais tradicionalmente atuantes, apesar de destoar e mesmo se recusar às tentativas de apropriação pelos movimentos estudantis, e ainda desenvolvem um trabalho de base forte nas escolas procurando criar uma massa crítica em seus atos públicos.

O FdE predominantemente funciona como fomentador de grandes circuitos culturais e articulador de pequenos coletivos locais. Savazoni (2014) aponta que o FdE depois das coberturas das marchas e protestos, passa a funcionar também como plataforma ativista colaborando e dialogando como outras redes de movimentos sociais.

E o caso mais díspare são os coletivos anarquistas que se utilizam de estratégias mais enérgicas e performáticas, com formas de associação mais instáveis, dispersivas e contingentes, e se negam, por princípio, a negociar com o Estado e sua força repressiva, que são tidos como inimigos. Diferente das interpelações moderadas que o MPL tem com o Estado, e as quase amistosas e de parceria cultivadas pelo FdE.

Pensando nestas últimas diferenças, entendemos que seria interessante metodologicamente, aprofundar nossa pesquisa em apenas um destes atores sociais. E tomamos como critério de escolha, as características que mais nos chamaram a atenção nas ações coletivas de junho, a saber: apropriação das tecnologias informacionais, articulação e atuação em redes de movimentos sociais, horizontalidade nas relações de poder. Com isso entendemos que o movimento FdE seria interessante para intensificar nossos esforços em compreender o ativismo político praticado por estes jovens.

No início do século XXI nos surpreendemos com várias iniciativas da sociedade civil

organizada, bastante impregnadas de uma cultura informacional e com redes nacionais e transnacionais bem avançadas, construindo um leque vasto de estratégias de confronto. Neste contexto ganham força expressões como ativista político, ou sua reatualização, ciberativista (Lévy, 2011), todas elas muito vinculadas às práticas informacionais.

Entretanto alguns autores (Baltazar, 2014; Sawicki & Siméant, 2011) defendem a distinção das várias formas de ativismo político, considerando que existem diferentes graus de envolvimento e engajamento político: “... escalar uma plataforma petrolífera no Mar do Norte não equivale a assinar uma petição pela internet, etc.” (Sawicki & Siméant, 2011, p.240). Gladwell (2010) coloca a importância dos vínculos fortes, baseados na convivência, amizade, confiança entre os ativistas, e pondera sobre os otimismo à cerca das tecnologias informacionais, que geralmente geram vínculos fracos. Relaciona ainda o vínculo forte ao ativismo de alto risco, que seria fundamental para promover reais mudanças estruturais na sociedade.

Ou a questão da profissionalização do militante, ou a falta dela, como coloca Vinadé e Guareschi (2007) ao se referir à dificuldade de viver da luta política hoje: “Assim, a militância do contemporâneo tem novos e grandes desafios no que tange à construção de seus objetivos e, mais, à construção de suas ferramentas e estratégias para alcançá-los, sempre tentando esquivar-se das sedução e ditames do capital” (Vinadé & Guareschi, 2007, p.22).

O presente estudo guarda importância na medida em que nos colocamos num cenário bastante recente, no que tange aos modos de luta social, especialmente empreendidos a partir das mobilizações de 2013, em que visualizamos estratégias ativistas que, de algum modo, produziram interferência nos modelos conhecidos de militância política.

Entendemos que o ativismo político propriamente dito, que a nosso ver, se diferencia da esporádica e pontual participação cidadã nos atos públicos, continua sendo gestado predominantemente nas vivências propiciadas pelos movimentos sociais que possibilitam uma

experiência continuada e compartilhada com outras redes parceiras de solidariedade e luta. As ações coletivas de junho de 2013 funcionaram como um excelente campo político pedagógico para que a população e todos os atores político-sociais envolvidos pudessem expor publicamente suas propostas e descontentamentos, experimentar estratégias de luta, pressionando consideravelmente o poder público, e exercitando a cidadania e o controle social tão necessário a esta proposta de radicalização democrática encampada por diversos atores a nível global.

Compreendemos que nos atendo ao ativismo praticado no FdE, estaríamos colaborando, ainda que modestamente, com compreensão das estratégias de luta desenvolvidas nos movimentos juvenis brasileiros. Esses por sua vez, dentro das redes de movimentos sociais mais amplas, representam historicamente parte considerável de uma vanguarda que expande os limites, compartilha experiências e aponta nortes e tendências no ativismo político a nível nacional.

Neste sentido nos perguntamos: Quais são os contornos do ativismo político do FdE? Como se agenciam com as tecnologias informacionais? Como constroem e mantêm suas redes de solidariedade e luta? Como lidam com o campo da política institucional? Quais são suas experimentações dentro de uma política do cotidiano? Em última instância, nos perguntamos quais são seus modos de subjetivação político?

Nosso recorte de pesquisa perpassa: o pano de fundo das Jornadas de Junho, seus três protagonistas, dos quais escolhemos o Fora do Eixo para discutir sua experiência ativista, e mais especificamente visamos pesquisar seus modos de subjetivação político, que adentram o campo da psicologia social e política.

No intuito de compreender quais são as subjetividades políticas produzidas dentro do movimento Fora do Eixo, utilizamos o conceito de processos de subjetivação de Deleuze e Guattari (1995). Partindo deste território que Leite & Dimenstein (2002, 2003, 2011)

destacam que os movimentos sociais podem ser tidos como importantes regimes de subjetivação, ou seja, estão na condição de possibilitar a gestação de subjetividades vinculadas aos seus projetos políticos e princípios organizativos. Porém, faz-se necessário antes pontuar minimamente a perspectiva de sujeito, ou melhor, subjetividade que adotaremos, e essa acompanha o pensamento de Foucault, Deleuze e Guattari:

Neste sentido, talvez seja mais apropriado falarmos de processos de subjetivação (Deleuze, 2000), ou mesmo de produção de subjetividade (Guattari e Rolnik, 1986). Enquanto o termo sujeito nos remete a algo já dado, no sentido de um efeito que se produziu ou de algo que se individuou, os processos de subjetivação e a produção de subjetividades perguntam anteriormente pelas condições de produção deste sujeito. Ou seja, estamos nos situando nos dispositivos e agenciamentos (Deleuze, 2000) que possibilitam o surgimento de determinados modos de subjetivação (Leite & Dimenstein, 2002, p. 18).

Esses processos de subjetivação, segundo Guattari (2000), podem estar ligados às mais diversas formas de agenciamento, sejam elas interpessoais, institucionais, artísticas ou até maquínicas: “A subjetividade não é fabricada apenas através das fases psicogênicas da psicanálise ou dos “matemas do inconsciente”, mas também nas grandes máquinas sociais mass-mediáticas, linguísticas, que não podem ser qualificadas de humanas” (Guattari, 2000, p.20).

Por sua vez, Prado (2002, 2005) compreende que os processos de mobilização social iniciam-se conjuntamente com os processos de politização das relações sociais. E no intento de delimitar os aspectos psicossociais das ações coletivas, identifica a construção de identidades políticas, como condição necessária para pleitear mudanças no quadro social. Onde demarca três categorias psicossociológicas:

(...) a formação da identidade coletiva grupal, que encontra nas práticas coletivas e na criação do sentimento de pertença grupal seu conteúdo, a subversão das relações de subordinação em relações de opressão, ou seja, na conscientização do caráter político

das posições diferenciais dos agentes sociais e a delimitação das fronteiras políticas mediante as relações intergrupais nos vínculos de reciprocidade. (Prado, 2005, p.54)

Em um sentido estritamente estratégico buscamos construir uma ponte teórica, que explicaremos em detalhes mais adiante, que articula cuidadosamente os conceitos de produção de subjetividades de Deleuze e Guattari (1995) aos de identidade política de Prado (2002, 2005), e a nomeamos de processos de subjetivação políticos, proposta que irá guiar nossas análises.

Desse modo, temos como objetivo geral investigar os processos de subjetivação relativos ao ativismo político vivenciado pelos integrantes do movimento Fora do Eixo. Como objetivos específicos, buscaremos compreender suas parcerias, redes de solidariedade e luta política, entender a influência dos agenciamentos informacionais nas práticas políticas deste movimento, acompanhar os processos de subjetivação e formação identitária, e discutir sua proposta de horizontalidade nas relações de poder dentro do grupo.

1.3 Percursos metodológicos da pesquisa

Os procedimentos metodológicos incluíram inicialmente uma etapa exploratória, com o intuito de me aproximar dos três movimentos sociais que assumiram protagonismos nas Jornadas de Junho (MPL, FdE, coletivos anarquistas) no Rio Grande do Norte. Esse momento permitiu algumas adequações conceituais e operacionais de recondução da pesquisa, de modo a eleger o Movimento Fora do Eixo, no Estado da Paraíba, para a realização de etapa posterior.

Nesta primeira etapa percebemos um declínio das mobilizações de massa, etapa que ocorreu depois das Jornadas de Junho e Mobilizações da Copa do Mundo, onde observamos atos públicos com a presença de muitos movimentos e coletivos sociais, assim como grande contingente policial, porém com pouca participação do cidadão comum que tornam

caudalosos os protestos.

Vale ressaltar que neste momento da pesquisa, ainda tínhamos expectativas que as ações coletivas fomentadas pelas redes de movimentos sociais e demais formas de associação civil, alcançasse o efeito de massa, ou para usar os termos de Hardt e Negri (2005), que a multidão entrasse em ação. Por um lado nos frustramos e perdemos algumas ilusões, que foram construídas pelas vivências que tivemos nos atos políticos que participamos em junho de 2013 e que motivou o investimento pessoal nesta pesquisa. Entretanto, nos proporcionou o trocar de lentes, que tentam codificar uma perspectiva agonística de democracia de vertente mais crítica, contudo sem perder totalmente os horizontes utópicos construídos nas vivências de 2013.

Temos que reconhecer que no primeiro ano desta pesquisa, ficamos bastante perdidos dentro do recente fenômeno que foi junho de 2013, que acabou saindo de tema central, para pano de fundo da pesquisa. Inicialmente pensamos em abordar os três movimentos que se destacaram em 2013, o que se mostrou inviável, principalmente pelo tempo que dispúnhamos e trabalho metodológico de articular a discussão destes três movimentos, além do investimento no campo de pesquisa. E a escolha de um movimento propiciou ampliar nossas investidas em campo e direcionar nossas análises para os processos de subjetivação políticos, amenizando nossa preocupação em direcionar a discussão para o campo da psicologia.

Neste momento de esfriamento dos grandes protestos, os movimentos sociais que observamos inicialmente, voltaram-se para atividades de base junto às comunidades locais e outras lutas pontuais, tentando manter a chama da mobilização social acesa. Como pudemos perceber no MPL, que estava desenvolvendo atividades de conscientização nas escolas locais, e seções de cinema e música em comunidades da periferia da cidade. Os coletivos anarquistas estavam envolvidos com atividades de divulgação do movimento e pichações na epiderme da cidade, além de um grupo de estudo sobre o anarquismo, também percebemos as articulações

para ocupar um imóvel vazio, que pudesse funcionar como “espaço libertário temporário”. Percebemos também que havia integrantes que participavam e se identificavam simultaneamente com os dois movimentos, dificultando saber a qual movimento se filiavam realmente, mas isso pareceu ser uma questão mais nossa do que uma preocupação deles.

Participamos de duas assembleias do MPL, 3 atos contra o aumento da passagem, e de uma ocupação da reitoria da UFRN, que teve uma presença marcante de coletivos anarquistas, assim como participamos de uma feira anarquista, na qual presenciamos uma roda de conversa sobre o anarquismo hoje.

Obtivemos algumas impressões iniciais destas incursões; no caso do MPL-Natal em suas assembleias, observamos pouco contingente de pessoas envolvidas na articulação do movimento, em um dos encontros compareceram apenas quatro integrantes e dois curiosos contando comigo. Percebemos certo desgaste e cansaço dos integrantes deste movimento nas reuniões internas, porém nos atos era impressionante como o movimento MPL estava empoderado, pois a voz e as atitudes de seus representantes destacavam-se nesta pequena “multidão”, apesar de representar menor número entre os diversos movimentos e coletivos presentes.

No caso dos coletivos anarquistas havia um contingente um pouco maior de pessoas, porém de difícil aproximação, pois notamos certo receio de falar ou de estarem sendo vigiadas por P2 (informantes da polícia), somado ao fato de no momento não haver ocupações de casas abandonadas por estes grupos, uma das últimas ocupações coletivas de Natal-RN foi o Squat Taboca, desocupado no início de 2013. Também percebemos uma revolta e indignação maior neste grupo, e era recorrente comentarem algum abuso das “forças repressivas do Estado”, e do forte cerco e violência dos policiais durante os protestos da copa do mundo, que teve alguns jogos realizados em Natal-RN. Era também mais evidente a integração e companheirismo entre os integrantes destes coletivos, laços que pareciam se estreitar por

conta do que Gladwell (2010) designou de ativismo de alto risco.

Infelizmente não pudemos conhecer o Fora do Eixo de Natal, porque este fechou sua casa no início de 2013 e encerrou suas atividades na cidade, o que foi confirmado por uma ex-integrante do movimento que conectamos pelo Facebook e depois conversamos informalmente. Então para conhecer um pouco da dinâmica do Fora do Eixo, procurei o núcleo mais próximo de Natal, que foi o Espaço e Casa mundo, a duas horas da capital potiguar, que é um ponto do Fora do Eixo em João Pessoa-PB. Espaço onde fomos bem recebidos e contou com a vantagem de podermos facilmente ter acesso aos participantes e suas práticas cotidianas e políticas, já que estas atividades geralmente perpassam o espaço da Casa FdE-JP, e também pela possibilidade de podermos nos hospedar nesta casa e vivenciar mais de perto as dinâmicas deste grupo.

Além destas facilidades, no Fora do Eixo constatamos também o uso intenso das tecnologias informacionais, expressiva articulação com a população local, movimentos sociais, com instituições municipais e estaduais. Também nos chamou a atenção o fato deste grupo ter iniciado suas atividades predominantemente dentro do âmbito da cultura, e depois de sua expressiva participação no âmbito do midiativismo, começa a ser reconhecido e mesmo perfilado a outras redes de movimentos sociais e lutas mais amplas (Savazoni, 2014; Frossard, 2012). Estas observações nos incentivaram a mudar nosso campo de pesquisa para a cidade de João Pessoa e escolher o movimento Fora do Eixo para aprofundar nossas observações.

Em uma segunda etapa utilizamos os seguintes recursos: pesquisa do material multimídia produzido pelo movimento, entrevistas semiestruturadas, e observação participante com registro em diário de campo.

Pesquisa do material multimídia (Fragoso, Recuero & Amaral, 2012) produzido pelo movimento na internet. Fizemos uma busca inicial aleatória, nos principais veículos de

comunicação do movimento na internet, e escolhemos alguns que propiciavam informações que servissem melhor aos objetivos da pesquisa para intensificar nossas buscas: Páginas do FdE-JP no Facebook, Páginas do Pós-TV, e Coletivo Mundo no Youtube, Twitcasting do NINJA, e Site oficial do FdE. Apesar de nossos esforços, por vezes foi inevitável, acabar perscrutando outras janelas que transversalizavam estes sítios virtuais, que acabaram nos agraciando com informações interessantes, apesar da digressão. Vale ressaltar que não fizemos análises específicas ou técnicas, como análise de imagem, vídeo, ou interpretação de narrativas.

No Facebook acompanhamos as postagens de 2014 e 2015 de duas páginas do FdE-JP (Coletivo Mundo e Casa Mundo), nos atemos às postagens de conteúdo político, o que facilitou a busca. No sentido de nos mantermos informados do que estava acontecendo no movimento durante a pesquisa, “curtimos” estas páginas e sinalizamos que queríamos receber suas informações com prioridade na linha de notícias do pesquisador.

E nos sites do *YouTube* do coletivo Mundo, e da Pós-TV, procuramos acompanhar algumas transmissões ao vivo, rodas de conversas, programas produzidos pelo movimento, entrevistas de Pablo Capilé e outros integrantes, que percebemos ao longo da pesquisa, que também eram referência dentro do movimento. Nos guiamos pelos nomes das pastas e dos títulos dos vídeos, que eram organizados por temas específicos.

Exploramos o site oficial do movimento, onde acessamos um pouco de seu histórico, políticas do movimento, cartilhas, tutoriais, entre outros. Também encontramos documentos produzidos pelo movimento, que nos foram úteis: sua Carta de Princípios, Regimento Interno do movimento, assim como o Glossário fora do eixês, que continha algumas expressões que de maneira humorada apresentavam um pouco do universo do movimento.

Exploramos a página do twitcasting do Mídia Ninja, que contém o histórico das transmissões ao vivo do NINJA, onde selecionamos algumas transmissões de junho à agosto

de 2013, que foram gravadas na memória do programa, pois muitas postagens só foram transmitidas ao vivo mas não gravadas, o que nos ajudou pois reduziu bastante a amostra, também descartamos as gravações de má qualidade, e utilizamos o critério da saturação amostral.

Foram realizadas cinco entrevistas semiestruturadas (Manzine, 2014) com integrantes do movimento FdE. Quatro destes entrevistados atuaram como midialivristas do Mídia Ninja nas Jornadas de Junho 2013 e também são referências dentro do movimento, o outro entrevistado mudou recentemente para Casa FdE-JP e trabalha principalmente com o setor de comunicação. As entrevistas foram realizadas no ambiente da Casa FdE-JP em momentos de convivência com o grupo.

Guiamo-nos durante as entrevistas por um roteiro de possíveis perguntas que apresentavam basicamente quatro blocos de questões: o bloco inicial visava conhecer a trajetória do entrevistado no movimento. O segundo bloco foi uma mescla que começava com perguntas de como era a relação do FdE-JP com a comunidade local, com outros movimentos sociais, se havia algum projeto em conjunto com esses até entrarmos na questão das mobilizações de junho de 2013. No terceiro bloco tratamos do uso das tecnologias informacionais em 2013 e buscamos entender qual era a importância das tecnologias para o movimento, qual era a principal utilização destes instrumentos no seu cotidiano, dentro das atividades do movimento e com a comunidade e parceiros do movimento. No último bloco perguntamos mais especificamente sobre questões políticas, que se dividiram basicamente entre sua relação com as políticas institucionais e as políticas do cotidiano da casa e do movimento.

Cabe destacar que, para assegurar os preceitos éticos que orientam a pesquisa científica, apresentamos o Termo de Consentimento Livre Esclarecido, onde os participantes

assinaram autorizando a realização das entrevistas que, também por sua autorização, foram registradas em audiovisual e uma delas em áudio somente.

Observação participante com registro em diário de campo (Bauer & Gaskell, 2003), foram 26 dias divididos em 4 incursões na Casa Mundo e Espaço Mundo, com a finalidade de apreensão do uso das tecnologias informacionais, das articulações em rede com outros movimentos e coletivos, bem como de práticas cotidianas em torno dos princípios de autogestão e horizontalidade das relações organizativas.

Esse momento foi enriquecido com minha participação em algumas atividades realizadas na casa, a exemplo de uma oficina de Pós-TV, que explicava sobre como fazer uma transmissão ao vivo para a internet, em uma atividade formativa para novos integrantes, que foram selecionados para participar do evento *Grito Rock* em João Pessoa, onde me ofereci para fazer o traslado da casa para o local do evento, rodoviária, levando instrumentos musicais, coisas e pessoas, já que estava de carro. Em outro momento ajudei na preparação da casa para um evento que tem certa regularidade, que se chama *Domingo na casa*, que se trata de um projeto colaborativo de artes integradas e se propõe a divulgar artistas locais e também abrir a casa para quem quiser conhecer e participar da programação variada.

Seguimos um roteiro básico de observação, que consistia em observar o espaço físico das casas, pois durante o período da pesquisa houve uma mudança de casa dentro do mesmo bairro, observar os fluxos, dinâmicas e rotinas do cotidiano na casa, interações entre os moradores, moradores e comunidade local, atividades desenvolvidas e acontecimentos micro/macro políticos, observamos gestos, palavras e expressões recorrentes, atitudes que marcassem algum tipo de posicionamento ou defesa de causas políticas gerais ou específicas, visões de mundo, valores, e ideais de existência social, uso de instrumentos informacionais.

Procuramos registrar em um bloco de anotações nossas impressões, reflexões,

sentimentos, dúvidas, fatos e expressões interessantes. Também utilizamos a estratégia de diariamente escrever os acontecimentos ocorridos ao longo do dia textualmente no computador, o que facilitou não só a atualização das informações na memória, como a aproximação e interação com o grupo, que geralmente se reunia com seus laptops em volta da mesa, enquanto trabalhavam coletivamente conectados e conversavam amenidades em clima descontraído, comentando fotos, vídeos, perfis de redes sociais entre outras casualidades das redes digitais que os transversalizavam.

Em minha incursão inicial na casa, em alguns momentos senti certo desconforto, acredito pelo fato de estar interrompendo o trabalho deles ou ficar no mesmo cômodo só observando, ou talvez pelo simples fato de estar sem este instrumento mediador (computador) tão intrinsecamente utilizado por eles, o fato é que quando comecei a utilizar meu laptop, senti-me mais confortável e entrosado nestes momentos de trabalho coletivo, pois também estava trabalhando e interagindo à maneira do grupo.

Nas Análises das informações, optamos por distribuir parte das informações ao longo do texto, boa parte era provinda do material multimídia produzido pelo movimento, além de algumas pontuais transcrições de falas. Os documentos produzidos pelo movimento (Carta de Princípios, e Regulamento Interno) utilizamos para entender e apresentar seu modo de organização política e estrutural, assim como observar alguns valores incitados pelo movimento. O restante das informações provindas basicamente das entrevistas e observação participante, as dividimos em categorias.

Utilizamos como estratégia analítica, a separação das informações mais relevantes em duas categorias gerais (redes internas e externas) e três específicas (Identidade Política, Identidade socioinformacional, Subjetividade Nômade). A análise ocorreu por meio da categorização dos dados (Bauer & Gaskell, 2003; Mendes, 2003), cuja as categorias foram

balizadas principalmente pela ponte teórica que nomeamos de processos de subjetivação políticos.

Nesta etapa da pesquisa tivemos dificuldades, frustrações, erros, e muitas oportunidades para o aprendizado. Pois transitamos por algumas tentativas de análise, que passavam pelas propostas da Cartografia, para analisar os dados da observação participante, Netnografia, para as informações multimídia do movimento, análise do discurso de vertente francesa foucaultiana, para as entrevistas, ou ainda as análises específicas de imagens, vídeos, fotografias, o que se demonstrou uma ótimo exercício didático, porém de difícil execução na prática considerando o curto período do mestrado. Resolvemos este impasse, tratando todas como informações de pesquisa, suspendendo suas especificidades, e depois buscamos encaixá-las nas categorias que havíamos criado, muito em cima de nossos referenciais teóricos, salvadores da pátria analítica! E só a partir deste momento comecei a perceber um melhor imersão nos “dados”, e até alguns *insights* começaram a ocorrer.

E para não ficar uma lista categórica muito hermética, dispusemos dentro das próprias categorias algumas reflexões à cerca de alguns objetivos da pesquisa, como nas análises sobre a horizontalidade, que apareceram de maneira distribuída, primeiramente na categoria de redes internas, depois na categoria de identidade política, e novamente de maneira mais conclusiva quando verificamos sua ressignificação dentro da demarcação de fronteiras do movimento.

Usando deste procedimento, as informações começaram a ficar mais claras e integradas, fazendo-nos chegar a outras articulações que condensamos no tópico 4.3.4 que se propôs a cruzar algumas informações de categorias diferentes, aprofundando nossas análises. E na sequência tecemos nossas últimas considerações sobre os processos de subjetivação políticos, em nossas notas finais.

Neste capítulo introdutório, apresentamos a temática geral da pesquisa, discorremos sobre o movimento FdE, procuramos delimitar nosso campo problemático, e apresentamos nossa proposta metodológica. No capítulo dois buscamos minimamente esclarecer nossas concepções de sujeito, de política, e sociedade democrática, além de crivar alguns conceitos chaves para as discussões posteriores. No capítulo três, transitamos pelo território teórico dos movimentos sociais e das ações coletivas “enigmáticas” de junho de 2013, fizemos também uma reflexão sobre o caráter político-cultural das mobilizações, articulando com o ativismo político proposto por esses jovens. Assim como apresentamos algumas potencialidades dos agenciamentos socioinformacionais, mas ao mesmo tempo ponderamos seu limiar de ação no campo das lutas político-sociais. No capítulo quatro, entramos propriamente na análise das informações, onde avaliamos a horizontalidade de suas redes internas e relações de poder no cotidiano da casa FdE, perscrutamos suas redes externas de solidariedade e luta, articulando com seus processos de subjetivação políticos, para depois apresentarmos nossas conclusões.

2. Processo de subjetivação político

2.1. Produção de subjetividades

Concordamos com Laperrière (2010) quando coloca que as concepções de mundo, julgamentos e valores do pesquisador formam-se em grande medida, pelo referencial teórico que adota, e estes influenciam as conclusões da pesquisa, daí a importância na pesquisa qualitativa de explicitá-los. Buscando ampliar a coerência e validade interna de nossa pesquisa, começaremos este exercício de clarificação referencial por algo que é muito caro às psicologias, a concepção de sujeito. E a partir dela, crivaremos outros agenciamentos teóricos e concepções de mundo, que possam servir de baliza para tratarmos dos temas centrais de nossa pesquisa. Assim como nos permitiremos rápidas digressões ao longo do texto, que sinalizem nossa posição e concepção de política e campos utópicos que nos inspiram. Empreitada que se deu não sem percalços.

Com a ponta da caneta no papel perguntei-me sinceramente sobre o que eu entendia sobre o termo subjetividade, lugar comum no linguajar psico“lógico”. Resultado: algumas expressões, autores e palavras soltas ligadas por setas, mas na hora de passar para tela, travei, duas semanas muitas leituras e releituras e nem uma página escrita... Tensão. Comecei a me dar conta, realmente, da dificuldade de articular as bases teóricas que sustentam esta perspectiva de subjetividade. Então decidi iniciar pelos significados da linguagem vernacular, para tentar desbloquear minha escrita.

Encontrei nos verbetes sujeito, subjetivo, subjetividade, algumas indicações no mínimo interessantes que sintetizo abaixo (Michaelis, 2009). O sujeito é um substantivo que tem significações que predominantemente dão um tom de submissão, de sujeitado à vontade

de outrem, dependente, habituado ou inclinado a algo. Ou outras significações menos pejorativas como indivíduo indeterminado ou como sujeito de direito.

O significado de subjetivo remete ao que pertence ou é relativo ao sujeito; como algo que está em um “eu” ou que existe no espírito ou alma; que manifesta ideias ou preferências da própria pessoa no nível do pessoal ou individual; ou alguma explicação que tenha como ponto de partida uma concepção do espírito, um apriorístico metafísico, donde são deduzidas as conclusões.

E finalmente o verbete subjetividade, que é um caráter de subjetivo, é a união da palavra subjetivo mais “dade”. Esse sufixo é acrescido a adjetivos para formar substantivos que expressam a ideia de estado, situação ou quantidade (Pasquale & Infante, 2003). Acreditamos que o significado de sujeito e subjetivo se aproximaram das considerações de Figueiredo (1995), enquanto que o estado transitório e incipiente do termo subjetividade se articula melhor as significações propostas por Deleuze e Guattari (1995, 1996).

Figueiredo (1995) ao se debruçar sobre os modos de subjetivação contemporâneos aponta para uma tríade interessante: pessoas, meros indivíduos e sujeito. Ele parte de duas posições típicas da modernidade, uma que exalta o individualismo como valor e outra que situa o sujeito em uma posição excepcional, “O sujeito como fundamento autofundante de um mundo convertido em puro objeto de conhecimento e controle” (Figueiredo, 1995, p. 26).

Em sua proposta genealógica, Figueiredo (1995) utiliza-se para falar do individualismo, o projeto de antropologia comparada de Louis Dumont que confronta os padrões de sociabilidade da Índia tradicional (holista) e o moderno ocidente (individualista). Na Índia holista prevaleceriam formas coletivas e hierárquicas de sociabilidade que, junto das tradições, condicionariam as existências individuais sendo estas determinadas pelo quadro social estratificado. Por sua vez, nas sociedades individualistas existiria um grau maior de independência e autonomia dos indivíduos, que deveriam organizar as estruturas e modo de

funcionamento das sociedades. Figueiredo (1995) além de evidenciar os “primórdios” do pensamento liberal⁵ e suas pseudovantagens no nível das liberdades individuais sobre as sociedades baseadas no coletivismo, reafirma que o individualismo é tomado como valor a ser efetuado nas e pelas práticas sociais, o que implicaria em um conjunto de normas e ideários individualistas, e estes procedimentos resumiriam-se em grande medida ao que Foucault (1995) chamou de práticas disciplinares.

O autor distingue ainda uma forma de individualidade que exerceria apenas funções sociais, e utiliza o exemplo dos cavaleiros andantes do final da idade média, que apesar de estarem “fora” da sociedade formal, sobreviveram na medida em que, através de personas, máscaras, poderiam ocupar lugar na coletividade. Este seria o protótipo do que ele chamou de “pessoas”, e faz um adendo ao fato de ter usado este substantivo no plural, assim como para designação de “meros indivíduos”: “... há em toda coletividade estratificada muitos lugares e, assim, muitas pessoas qualitativamente diferentes; e há indiscutivelmente, nas sociedades individualistas uma massa anônima e infinita de meros indivíduos indiferenciados e intercambiáveis (...)” (Figueiredo, 1995, p. 36).

Para abordar a invenção da modernidade denominada sujeito, Descartes é colocado como chave (Figueiredo, 1995; Miranda, 2009), na formação deste protótipo de “Eu” racional e interiorizado, que assume a condição de fundamento epistemológico de si mesmo, e também de entes no mundo, que se prestam a uma representação exata, ou seja, que possam ser submetidos à mensurações no domínio das técnicas. Este ente metafísico, que descansa na certeza subjetiva, tem como condição básica a autossuficiência, autodomínio e que prescindiria da opinião das autoridades, da tradição, padrões coletivos de sociabilidade, aspirando um mundo administrável, previsível e controlável.

⁵ Figueiredo (2007) propõe que o séc. XIX foi marcado por três formas de pensamento: O liberalismo, romantismo e se referindo aos estudos de Foucault, as práticas disciplinares. E entende que estas formas ainda continuam influenciando a contemporaneidade, considerando os diferentes pesos que foram assumindo em nossa cultura.

Para exemplificar esse sujeito, Figueiredo (1995) utiliza um personagem de Ítalo Calvino que também dá nome a obra, o *Cavaleiro Inexistente*, que mantém de pé sua armadura apenas pelas forças da vontade, da consciência onipresente, buscando controle sobre si e sobre boa parte dos acontecimentos do mundo, praticante inabalável das regras morais e legais, contudo, inexistente. Deixando apenas o rastro dos aspirantes a sujeito: os meros indivíduos e as pessoas em sua trágica existência.

Esta concepção de sujeito que é ao mesmo tempo subjetivista e objetivante, somada às concepções ligadas ao liberalismo (meros indivíduos e pessoas), formariam juntas uma das possibilidades dos modos de subjetivação da Modernidade e acrescenta: “Assujeitamento é o termo que me parece mais apropriado para designar o modo moderno de subjetivação” (Figueiredo, 1995, p.39).

A partir dessa assertiva, podemos concluir inspirados em Foucault (1995), que o assujeitamento toma duas vias que se entrelaçam: uma ligada ao poder, instituído por processos individuados que estariam conectados ao ideário liberal nascente, assim como às práticas disciplinares nas recentes instituições modernas. E outra mais articulada com a via do saber, que eleva o sujeito a uma condição excepcional de empoderamento, via desenvolvimento das ciências, ao ponto de legitimar mesmo seu lugar auto reflexivo nas ciências humanas:

(...) o fato nu de que, pela primeira vez, desde que existem seres humanos e que vivem em sociedade, o homem, isolado ou em grupo, se tenha tornado objeto da ciência- isso não pode ser considerado nem tratado como um fenômeno de opinião: é um acontecimento na ordem do saber (Foucault, 2007, p.477).

Todavia considerando a articulação permanente do saber e poder e a instauração de novos interesses e problemas a serem resolvidos em cada momento histórico, este sujeito criado na modernidade vai se tornando insustentável, segundo as apostas de Figueiredo (1995), dado sua condição “original” de cavaleiro inexistente.

Esta condição de assujeitamento no sentido de sujeito a algo ou marcado pela indeterminação, curiosamente é predominante nas significações do verbete sujeito, que vimos anteriormente. Assim como as significações do verbete subjetivo, que remetem em sua maioria para a condição de algo individualizado e interiorizado, que se aproximam do que Figueiredo (1995) construiu no nível de “pessoa” e “indivíduo”.

Para complementar também poderíamos aproximar do conceito de sujeito da construção subjetiva marxista, que propõe em suma um sujeito marcado pela classe social e pelos indicadores macroestruturais, e tem por ideal norteador uma sociedade desalienada, com extinção da economia de mercado, almeja ser dona de seu destino construído historicamente dentro de preceitos universalistas (Marx & Engels, 1933/2001; Galliano, 1981), “O que os indivíduos são depende, portanto, das condições materiais da sua produção.” (p.11). Ou ainda o sujeito dividido e internalizado da psicanálise, que tem como norteador clínico a interpretação edípica, e um sujeito determinado pelo inconsciente que é “estruturado” como linguagem, para usar dos termos lacanianos que me fascinaram durante a escrita monográfica (Abreu, 2013). Concepções de sujeito, que neste momento de minha trajetória acadêmica encontram-se na berlinda.

Buscando suplantar todas essas concepções de sujeito, Deleuze e Guattari (1995) deram preferência pelo uso do termo subjetividade, em detrimento dos termos sujeito e subjetivo, que como vimos estão impregnados de uma visão de mundo e de modos de subjetivação que se distanciam do pensamento destes autores:

Proporemos então operar um descentramento da questão do sujeito para a da subjetividade. O sujeito, tradicionalmente foi concebido como essência última da individuação, como pura apreensão reflexiva... Trata-se de tomar a relação entre sujeito e objeto pelo meio, e de fazer passar ao primeiro plano a instância fundadora da intencionalidade (Guattari, 1993, p.35).

Recuperando o verbete subjetividade, podemos inferir que esse seria um simulacro de

substantivo, sem o peso do artigo definidor, estaria mais no sentido de uma contração subjetiva, contingente, múltipla e efêmera. Não tendo as pretensões e inconvenientes “dO Sujeito” nem as limitações de um “eu” transcendente, pois ele se dá na imanência dos encontros. Este estado de trânsito de adjetivo para um substantivo sem sujeito, promovido pelo encontro do sufixo “dade”, lembra a proposta de subjetividade encarada como um processo, que autores como Foucault, Deleuze e Guattari buscaram construir.

Buscando construir uma síntese pessoal, baseado nestes autores, consideramos que a abordagem processual da subjetividade, parte de pressupostos que buscam reafirmar a imanência de encontros múltiplos que acontecem no próprio mundo e marcam corpos de “carne e osso” de seres banhados na linguagem, produzindo enunciados dentro de um tempo histórico descontínuo e construído considerando saberes e poderes vigentes em determinado período.

Em contrapartida opõem-se em suma, ao ideal de um eu cartesiano interiorizado, as concepções de transcendência, essencialismos, dualismos platônicos e lógicas aristotélicas. Preferindo antes resgatar as escolas sofistas, cínicas e estoicas, que em sua tradição reafirmam norteadores estéticos, e o devir constante do mundo (Mosé, 2005), que são base para se pensar não só a subjetividade como processo, mas o conceito de rizoma⁶ (Deleuze & Guattari, 1995) ou as estéticas da existência de Foucault (1984, 1985).

Enquanto filósofo, Deleuze (1988/2005) ao ler Foucault, busca traçar um diálogo deste com parte do universo do pensamento ocidental e com suas próprias ideias, já que acopla comumente muitos de seus conceitos para acessar a produção de outros autores, procurando vínculos, rupturas, continuidades, incompatibilidades ou trampolins para outras proposições.

⁶ O conceito rizoma faz analogia aos tipos de raízes que apresentam formas muito heterogêneas, de crescimento e interrupção imprevisíveis, distribuindo-se pelas mais diversas direções, ao contrário das raízes axiais que tem um eixo central, direção e extensão previsíveis. Deleuze e Guattari (1995) usam das características rizomáticas para falar de diversos temas; formas de escrita e linguagem, práticas políticas, modos de subjetivação: “Um rizoma não começa nem conclui, ele se encontra sempre no meio, entre as coisas, inter-ser, intermezzo. A árvore é filiação, mas o rizoma tem como tecido a conjunção “e...e...e” Há nesta conjunção força suficiente para sacudir e descentralizar o verbo ser” (Deleuze & Guattari, 1995, p.37).

Estratégia esta que nos auxiliou a transitar pelo pensamento foucaultiano, como quando sugere o flerte de Foucault com a fenomenologia, não com a rusticidade inicial desta escola e os riscos de seus psicologismos, mas com a influência e depois abandono do pensamento de Heidegger, em favor do modo de pensar nietzschiano, apontando ainda algumas semelhanças, como a concepção de poder em Foucault e de potência em Nietzsche, ou da morte do homem em Foucault e de sua conexão com o super-homem de Nietzsche (Deleuze, 2005).

Segundo Pelbart (2000), Foucault e Deleuze resgatam e atualizam o pensamento nietzschiano, e essa “herança” produz um aparato teórico que encara as questões pelo viés das potencialidades e forças carregadas de impessoalidades. Como a abordagem do poder foucaultiana que ultrapassa as formas jurídicas tradicionais dentro de uma lógica repressiva, para conceber o poder como uma positividade numa lógica de produção e invenção de práticas de si (Pogrebinski, 2004).

Também pelo viés da potencialidade, Deleuze e Guattari (1995) pensam a subjetividade como um devir contínuo e ativo, como processos de subjetivação ou produções de subjetividades, onde não sobra espaço para concepção de sujeito interiorizado, esse é antes um contínuo vir a ser, ou no máximo uma dobra (Deleuze, 2005) de um exterior em constante movimento.

Foucault (1984), por sua vez, considerando as sociedades disciplinares, cuja ideia principal diz de uma cultura institucional e institucionalizante fortemente marcada pelas normatizações e punições, onde a vigilância e a disciplina marcam corpos e buscam instituir identidades localizáveis, corpos dóceis politicamente e úteis economicamente, entende que estes modos de subjetivação além de serem atravessados fortemente pelo poder/saber, também poderiam ser transversalizados por forças de resistência, perceptíveis, por exemplo, através das práticas de si, neste sentido propõe uma guinada teórica que contempla toda uma

hermenêutica deste si que repercute em suas últimas obras.

Acompanhando esta guinada teórica, Deleuze (2005) acopla seu conceito de dobra para evidenciar a não interioridade psicológica dos modos de subjetivação traçados por Foucault: “ O lado de fora não é um limite fixo, mas uma matéria móvel, animada de movimentos peristálticos, de pregas e de dobras que constituem um lado de dentro: nada além do lado de fora, mas exatamente o lado de dentro do lado de fora” (Deleuze, 2005, p.104).

Realça também o constructo nietzschiano de força para desviar dos determinismos econômicos e sociais que rondam os processos de subjetivação: “Eis o que fizeram os gregos: dobraram a força, sem que ela deixasse de ser força. Eles a relacionaram consigo mesma” (Deleuze, 2005, p.108). E coloca ainda o eixo “si” como possibilidade de transversalizar os eixos do saber e do poder e de suas identidades monolíticas e pré-fabricadas, possibilitando diferenças e produções subjetividades singulares:

Em outras palavras, a dobra nos permite pensar os processos pelos quais o ser humano transborda e vai para além de sua pele, sem recorrer à imagem de um Sujeito autônomo, independente, cerrado, agente... a não ser, precisamente, com base em seu caráter aberto, múltiplo, inacabado, cambiante... Essa capacidade não é tampouco uma propriedade da carne, do corpo, da psique, da mente ou da alma. É, simplesmente, algo variável, produto ou propriedade de uma cadeia de conexões entre humanos, artefatos técnicos, dispositivos de ação e pensamento (Domènech, Tirado & Gomes, 2001, p. 129)

Segundo Miranda (2007), Deleuze e Guattari buscaram apreender esta subjetividade, vazia de sujeito, em constante trânsito e plena de produção, pelo conceito de agenciamento coletivo de enunciação articulado ao de máquina: “... não tem sentido o homem querer desviar-se das máquinas já que, afinal das contas, elas não são nada mais do que formas hiperdesenvolvidas e hiperconcentradas de certos aspectos de sua própria subjetividade” (Guattari, 1993, p.177).

O conceito de máquina transversaliza boa parte da produção de Deleuze e Guattari, é

associado a uma panaceia de temas e sofre pequenas mutações dependendo do uso, como no caso de máquinas desejantes ou inconsciente maquínico, onde propõem uma alternativa mais singular ao inconsciente freudiano, ou ainda máquinas de guerra nômades em contraposição às concepções marxistas de aparelhos de estado, que seriam sedentários (Souza, 2008).

De maneira geral, este conceito se amplia podendo abarcar corpos sociais, formações psicológicas, complexos políticos econômicos, funcionando toda esta maquinaria em conjunto, portanto não se restringe ao lugar da técnica ou a um mecanismo fechado (Miranda, 2009). Contudo, espelha-se nos fluxos e movimentos de um devir maquínico, máquinas que se acoplam em máquinas, em constantes associações heterogêneas, em síntese produção de produção (Deleuze & Guatarri, 1973/2010):

As máquinas, no sentido lato (isto é, não só as máquinas técnicas, mas também as máquinas teóricas, sociais, estéticas, etc.), nunca funcionam isoladamente, mas por agregação ou por agenciamento. Uma máquina técnica, por exemplo, numa fábrica, está em interação com uma máquina social, uma máquina de formação, uma máquina de pesquisa, uma máquina comercial, etc (Guattari & Rolnik, 1996, p.320).

O podemos aproximar da perspectiva do dispositivo, concebido por Foucault (1995), que de maneira semelhante também associa diversas instâncias diferenciadas, tanto dos domínios do saber quanto dos exercícios do poder, e dentro de um determinado momento histórico podem cumprir funções determinadas ou resolver problemas específicos:

Através deste termo tento demarcar, em primeiro lugar, um conjunto decididamente heterogêneo que engloba discursos, instituições, organizações arquitetônicas, decisões regulamentares, leis, medidas administrativas, enunciados científicos, proposições filosóficas, morais, filantrópicas. Em suma, o dito e o não dito são os elementos do dispositivo. O dispositivo é a rede que se pode estabelecer entre estes elementos. (Foucault, 1995, p. 138)

Esses dispositivos maquínicos, devido a sua plasticidade, também se associam de uma maneira singular ao universo da linguagem, desterritorializando-a com o conceito de

agenciamento coletivo de enunciação (Guattari & Rolnik, 1996), pois tomar a enunciação como agenciamento implica em descentralizar a relação emissor-receptor, a mensagem dá-se de maneira polifônica, misturando diversos elementos às vozes, como ruídos, latidos, música, sensações, sentimentos (Miranda, 2009).

No agenciamento coletivo tudo se influencia mutuamente, abre-se um campo de possibilidades mil e aleatórias e/ou de encontros marcados pelo desejo, pela estética e outros agenciamentos a se inventar. Guattari e Rolnik (1996) pontuam que o “coletivo” não se limita a grupos sociais, ele também engloba o objetos técnicos, fluxos energéticos e materiais e entidades incorpóreas.

Um bom exemplo de agenciamento coletivo de enunciação, são as redes sociais virtuais com os atravessamentos de vários círculos de sociabilidade: trabalho, família, amigos, perfis falsos (Fakes), políticos “fazendo” propaganda, e outros incorpóreas e afins como os vírus de computador, marketing comercial, grupos educacionais, religiosos, bandidos ... Ou até mesmo a própria internet como um todo, com suas redes rizomáticas planetárias que se ramificam como uma praga de difícil controle, compartilhando informações pelas mais diversificadas mídias, e agora mais recentemente o compartilhamento de revolta, indignação, novas utopias e desejos de mudança.

Posto estes elementos, podemos entender o sentido do termo “produção”, que está ligado justamente a este devir máquina de nossa sociedade capitalista em constante mutação, e que associado organicamente aos agenciamentos coletivos de enunciação, parecem sintetizar o que Deleuze e Guattari compreendem por produção de subjetividade.

Vale ressaltar, que todo este universo de linhas de forças, dispositivos e agenciamentos que forçam esta dobra externa, criam possibilidades para a produção de subjetividades e modos de existência outros. Talvez não se trate de resgatar uma outra metafísica do Ser como sustenta Badiou (1997) ao analisar criticamente a obra deleuziana, mas antes perceber o

movimento e os efeitos destas forças em nossa própria pele e na epiderme social, reafirmando o devir e a impossibilidade de conhecer a origem destes movimentos, ou as improváveis intencionalidades destas forças, que estão para além do bem e do mal e de outros julgamentos morais.

Entendemos que essas abordagens teóricas não se interessam em apreender ontologias acerca do sujeito, preferem antes filmar processos, captar movimentos, que é diferente de fotografar e analisar a realidade. Desviam-se também de maneira sutil das ideias de influência social, econômica e outros determinismos disfarçados, como as apostas em papéis sociais ou a ideia de classe social,⁷ por exemplo. E sobretudo buscam criar rupturas para que o fluxo do pensamento possa correr, cavar desvios para reconhecimento de outros territórios ou ainda desterritorializar lugares comuns, como as cristalizações identitárias.

Ao pensar as identidades, Deleuze (1953/2001) recorre à Hume, utilizando para abordar a subjetividade sua crítica à representação em favor de um empirismo que privilegia a imanência dos encontros, ele desconstrói a noção de “dado” como representação da realidade, um a priori, e coloca o “dado” como aparência, como uma coleção transitória de percepções: “Mas, que é o dado? É, diz Hume, o fluxo do sensível, uma coleção de impressões e de imagens, um conjunto de percepções.” (Deleuze, 2001, p.78). De maneira similar quando o homem contempla a si mesmo pela experiência introspectiva, este não seria mais que uma imagem que perdura na imaginação do homem por seu “hábito de adquirir hábitos”, ou seja, no vício da repetição da experiência de um “eu” que insiste nos mesmos agenciamentos, tentando resistir às multiplicidades dos encontros singulares.

A ideia de singularidade está ligada a um campo de multiplicidade, que partindo de um olhar micropolítico pode-se observar movimentos sutis, não acerca de sujeitos ou pessoas,

⁷Compreendemos que não se trata de negar a existência de grupos economicamente e culturalmente diferenciados na sociedade e suas potenciais tensões políticas, mais de reafirmar a possibilidade de outros múltiplos agenciamentos na experiência dos processos de subjetivação, sem necessariamente estabelecer uma hierarquia ou valores destes possíveis encontros.

mas de estratégias do desejo, de intensidades que forçam a passagem para a potência de novos modos de existência (Leite & Dimenstein, 2007). Não queremos criar aqui impermeáveis dicotomias entre identidade e singularidade, muito menos emitir juízos de valor coagulados, ou o “ mito de um retorno a singularidades puras” (Guattari & Rolnik, 1986, p.37), porque entendemos a importância das identidades políticas (Prado, 2002) que empoderam grupos que transitam à margem das construções sociais, econômicas e políticas, assunto que voltaremos a abordar no próximo subcapítulo.

Tomemos a seguinte imagem: mapas transparentes que se sobrepõe, criando um emaranhado rizomático de linhas de forças, territórios, fissuras, cortes molares, fluxos moleculares etc. Entrelaçando e sobrepondo esses conceitos, que os autores buscam falar das subjetividades em ação no mundo, transitando pela família, hospício, Estados, sistemas econômicos, sociais, políticos culturais, tecnológicos. Em suma, trata-se de uma construção subjetiva material, uma subjetividade prática, “ imanente (porque se forja sempre neste mundo e com as coisas que dele fazem parte), marcadamente relacional (ao contrário do solipsismo racional do sujeito epistêmico cartesiano), associacionista e interativa...” (Miranda, 2009, p.414).

Talvez, para dar uma certa concretude tátil a esses constructos, Deleuze e Guattari (1995) trouxeram o conceito de território, e suas variações, tais como: subjetividades territorializadas, definidas como códigos circunscritos e estáticos. E sua ação inversa, pela ideia de desterritorialização; ou ainda o reverso do processo, a partir da reterritorialização em suas sobrecodificações (Deleuze & Guattari, 1995).

Em muitos casos na obra destes autores, observamos uma grande flexibilização dos conceitos criados por eles: criam pequenas variações de sentido como vimos acima, alguns conceitos circunstanciais, ou conceitos que no deslizar da obra podem lhes ser acrescentado novos olhares, a partir de áreas do conhecimento diversas. Como podemos observar no

conceito de linhas de força, que nos foi caro para começar a entender sua ideia de poder, que ilustraremos abaixo:

Ideia que inicialmente aparenta ter uma influência dupla, tanto da potência em Nietzsche, quanto das próprias linhas de força da física, para em questão de páginas passar ao território da literatura, incorporando a ideia das linhas da escrita, “Gostaríamos de mostrar que a novela se define em função de linhas vivas, linhas de carne” (Deleuze & Guattari, 1996, p.61), e depois aportar na biologia, sobrepondo os conceitos de molaridades e molecularidades, fazendo alusão à forças intermoleculares e seu movimento nos corpos. E saindo do micro para o macro, utiliza-se de estudos etnográficos, sobre sociedades nômades para realçar o quanto são segmentadas e flexíveis, fazendo um contraponto com as sociedades capitalistas centradas exclusivamente em torno da força do Estado, apesar de perceberem estratificações e molecularidades no mercantil do capitalismo.

E chegam mesmo a classificar estas segmentariedades como: cortes molares, que são duros e pouco maleáveis; fissuras moleculares, que por conta de sua mobilidade que racha o hegemônico; e as não segmentares, que representam as rupturas totais com o status quo, em linhas de fuga onde extravasam fluxos contínuos, mortalmente diferenciados dos segmentos anteriores.

De qualquer modo, Fitzgerald nos propõe a distinção de três linhas que nos atravessam e compõem “uma vida” (título à Maupassant). Linha de corte, linha de fissura, linha de ruptura. A linha de segmentariedade dura, ou de corte molar; a linha de segmentação maleável, ou de fissura molecular; a linha de fuga ou de ruptura, abstrata, mortal e viva, não segmentar. (Deleuze & Guattari, 1996, p.67)

O interessante é que estes conceitos parecem funcionar de maneira maquínica, em acoplamentos e desconexões sucessivos. Um conceito sempre traz uma multiplicidade de outros em seu encaixe ou ainda subentendidos, criando planos de composição que se adéquam às situações e problemas circunscritos, criados no calor da argumentação, sem muitas

pretensões de generalização e replicação, são ferramentas e não guias ou modelos.

Chama atenção e inspira-nos a peculiaridade da escrita fluida, ousada, alegórica, e por vezes informal que Deleuze e Guattari utilizaram em seus textos. Além da característica de fabricarem uma gama de conceitos, que chega mesmo a atordoar quem busca sistematizá-los bruscamente. Talvez esta estratégia seja zombeteiramente, uma prevenção contra as apreensões metodológicas muito herméticas, pois é necessário um ping de composição poética e rebeldia para acessar suas proposições e argumentos, afinal é bom lembrar que eles foram transversalizados pelas revoluções políticas e culturais de Maio de 68 na França.

2.2. Identidades e políticas

Política é um termo polissêmico por excelência, contém vários significados e sentidos diferentes. Com uma pluralidade de territórios discursivos que se sobrepõem e entrelaçam; como o plano das abstrações e ideais teóricos que buscam nortear discussões embasadas e reflexivas sobre o tema, passando pelas práticas institucionais dentro do exercício de uma política profissional específica com seus Campos⁸ e interesses próprios; o Campo do social em suas articulações a nível da sociedade civil que se organiza na luta por ampliação de direitos e defesa do interesse da maioria e/ou de setores pouco ou nada favorecidos da sociedade, buscando exercer o controle social sobre as instituições públicas; ao âmbito da legitimação jurídica que conta com um aparato normativo que “tenta” regular os poderes e funções das entidades políticas.

Dentro do processo histórico, podemos observar várias formas de tentar exercer, moderar ou controlar o poder, seja de maneira indireta ou explícita. Foram feitas experimentações variadas de regimes e sistemas políticos, estudos deram ênfase a aspectos

⁸Entendemos os Campos (Bourdieu, 1984/2003) enquanto espaços imanentes que funcionam segundo regras gerais e valores, hábitos, expectativas e objetivos específicos para cada campo. Bourdieu usa da analogia do jogo para explicar seu funcionamento: “Para que o campo funcione, é necessário que haja paradas em jogo e pessoas prontas a jogar esse jogo, dotadas do *habitus* que implica o conhecimento e o reconhecimento das leis imanentes do jogo.”(p.120).

diferenciados como a lógica maquiavélica na época monárquica, o ideal da democracia ateniense, ou das políticas de exceção dos Estados totalitários e ditatoriais (Sponville, 2002), pois mesmo os regimes duros, violentos e pouco flexíveis, não estão imunes ao movimento constante e necessário da política.

Sponville (2002) coloca que a política começa onde termina a guerra, máxima que carrega um ideal moderno e porque não dizer romântico, já que percebemos que a guerra tem seu lugar nas táticas de governança. Não é à toa as “guerras” contra o terrorismo, nos períodos de guerra não cessam os jogos de interesses, como vemos na política de guerra vigente no rico e estratégico Iraque, ou ainda nos financiamentos de ditaduras em toda América Latina.

Parece-nos que há várias formas de se fazer, ou mesmo inventar e reinventar a política, como no caso da democracia, que volta à cena pública nos fins do século XVIII, depois de mais de dois mil anos, quando foi resgatada dos gregos e adaptada às condições da modernidade. A democracia ainda hoje é colocada em cheque, dado que o poder nunca foi exercido satisfatoriamente pelo povo, como podemos ver por exemplo, nas ações coletivas de 2011 nas praças da Espanha, onde se pediu “democracia real já”, palavra de ordem, ou melhor desordem, que circulou pelas redes informacionais do mundo.

Sobre as diferenças entre democracia moderna e sua matriz ateniense, Ribeiro (2001) acrescenta que não é somente a forma direta de participação grega, em contraposição à democracia representativa, ou a importante invenção na modernidade dos direitos humanos que as diferenciam, mas sobretudo que a democracia antiga opera em uma indistinção entre o político e o social, enquanto a moderna nasce da exclusão do social, que com o passar dos séculos torna-se meramente um adicional externo, uma concessão dentro do jogo político institucional.

Busca ainda desidealizar a visão moderna da ágora grega, pois a maior parte das discussões levadas para serem discutidas neste espaço público, eram da ordem do prosaico,

das coisas do cotidiano da cidade. A política ateniense não devia carregar a seriedade e polidez imaginada, pois diferenciava-se do modelo aristocrático que valoriza a competência, inclusive qualquer um poderia assumir cargos públicos que eram sorteados, não existiam eleições, pois partindo do pressuposto da isonomia qualquer um poderia exercer funções públicas (Ribeiro, 2001).

Lèvy e Lemos (2012), com um olhar visionário e otimista, apostam que a “ágora” em nossa contemporaneidade é cada vez mais ocupada por uma cultura digital, a futura ágora digital apresentaria uma lógica de funcionamento semelhante a uma versão estendida do modelo grego, dado as novas tecnologias informacionais e as emergentes formas de socialização mediada pela internet.

Enquanto o conceito de cidadania grega é amplo e unívoco, ao longo da modernidade, a ideia de cidadania foi separada em três elementos básicos: o civil, que assegura os direitos à liberdade individual, liberdade de ir e vir, liberdade de imprensa, pensamento e fé, o direito à propriedade, e direito à justiça; o elemento político, que garante o exercício de votar e ser votado e posteriormente de eleger representantes políticos; e o último elemento, o social, que garantiria saúde, educação, segurança pública, em suma, utilizar-se dos patrimônios sociais gerados pelos impostos dos cidadãos (Ribeiro, 2001).

Outra característica marcante da política moderna é a valoração de sua concepção em termos racionais, norteados pela liberdade, igualdade, respeito à escolha dos outros, alternância de poder, ideais de complexa articulação racional, porém de difícil aplicação na prática pública institucional e cotidiana dos cidadãos, que exige um alto grau de esmaecimento dos afetos, paixões e desejos; “ a modernidade deslocou as relações aquecidas para o mundo da vida privada... e esfriou as relações que pertencem à vida pública” (Ribeiro, 2001, p.21).

Sponville (2002) ressalta o reducionismo da política à moral, pois seria um equívoco

pensar que ela, a política, se ocupasse principalmente do bem, da virtude, da imparcialidade, valendo-se destes valores para mediar conflitos e proporcionar acordos sociais. Entendendo que a moral é mais universalizante, portanto sem fronteiras, para além das nacionalidades, enquanto a política se faz necessária justamente quando fronteiras querem ser deslocadas ou derrubadas, quando o Estado e a soberania é desafiada, quando os desejos e interesses de determinados grupos ou indivíduos são conflitantes.

Contudo a moral e a política, em seu objetivo, não se opõem segundo Sponville (2002), necessitamos das duas e principalmente de suas diferenças, porque na política é o *como* que importa; todos somos a favor da justiça e da liberdade moralmente falando, entretanto como defendê-las ou conciliá-las só a política pode propor respostas minimamente satisfatórias.

Antes de entrar nas definições mais específicas à cerca da política, realizamos um esforço de síntese sobre a noção de política que temos neste momento. Entendemos que a base da política encontra-se no desejo, e como desejamos de maneiras diferentes, necessitamos da política como mediação. Relacionando política e poder, entendemos que a política é o veículo para fazer com que nossos desejos, ou os do grupo que temos mais afinidade em determinado momento, prevaleçam sobre a vontade dos demais, e a política democrática seria o recurso, ou discurso, para fazer com que os desejos do grupo majoritário sejam respeitados. Acrescentaríamos que geralmente oculta-se o real desejo que move a ação política. Esta obliteração é proposital e ordinária dentro da política institucional, que fragilmente sustenta-se como discurso legítimo na atualidade, onde o Estado Democrático de Direito, influenciado predominantemente ainda por norteadores modernos, tem sido duramente criticado.

Pogrebinschi (2007) entende que a influência dos ideais e valores políticos da modernidade, ainda hoje perduram de maneiras adaptadas, como na forma hegemônica do

neoliberalismo, que reatualiza e ratifica a separação entre o Estado e a sociedade civil, tendo por consequência uma organização política marcada por dualismos, como o universal e o particular, formal e informal, social e político, público e o privado.

De maneira contundente, Mouffe (1999) além de pontuar sobre a influência da tradição liberal e seu pensamento predominantemente pragmático e racionalista, argumenta que ao longo da construção moderna de democracia, os princípios políticos e valores éticos foram sendo reduzidos à mera instrumentalização institucional, e consequente estreitamento do campo político:

A democracia se converteu em puro mecanismo para a eleição e legitimação de governos e se reduziu à competência das elites. E quanto aos cidadãos, são tratados como consumidores de um mercado político. Não é de se surpreender o baixo nível de participação no processo democrático que se encontra hoje em muitas sociedades ocidentais (Mouffe, 1999, p.165, Tradução nossa).

Segundo Prado e Toneli (2013), as disputas acerca do sentido do político não são recentes e tampouco existe um consenso entre os diversos autores e interesses envolvidos em tais concepções. Dentro desta disputa discursiva, Mouffe (2003, 2005) resgata uma importante distinção entre o político e a política⁹, na tentativa estratégica de restituir o nível conflitivo do político, obliterado astuciosamente ao longo da modernidade, assim como por vertentes contemporâneas que defendem a democracia deliberativa.

O político refere-se à uma dimensão quase “axiomática” de antagonismo, encontrada em todas as sociedades humanas, podendo assumir formas diferenciadas e emergir em relações sociais diversas. E a política coloca-se como um conjunto de práticas, estratégias, discursos e instituições que buscam estabelecer certa ordem, organizando minimamente as

⁹ Esta distinção conceitual faz-se presente em domínios diversos da filosofia política; na França desde o início da década de 1980 alguns intelectuais entre eles, Nancy, Derrida, Rancière pensam sobre um retraimento do político frente uma política burocrática institucional e no campo do marxismo é encabeçado por Poulantzas (Pogrebinski, 2007). Outra variante seria marcada pela matriz schmittiana que tem por critério a diferenciação entre amigo e inimigo, esta distinção é importante pois reconhece o campo da política como inevitavelmente antagonico e atravessado por conflitos, autores como Ernesto Laclau, Chantal Mouffe podem ser localizados nesta tradição (Machado, 2013).

relações sociais em situações que são sempre potencialmente conflituosas, porque atravessadas inexoravelmente pelas forças do político (Mouffe, 2005):

Considero que é apenas quando reconhecermos a dimensão do “político” e entendemos que a “política” consiste em domesticar a hostilidade e em tentar conter o potencial antagonismo que existe nas relações humanas, que seremos capazes de formular o que considero ser a questão central para a política democrática (p. 20).

Compreendemos a necessidade de nos afastar da tentadora interpretação reducionista, que dicotomiza estas instâncias, levando principalmente em consideração juízos de valor, que de maneira apressada e simplista enxergam a política como algo essencialmente burocrático e institucional e, por isso, algo ruim e o político como uma possível solução redentora para a liberdade no campo social. Estas duas instâncias, o político e a política, competiriam para reafirmar ou criar novas significações da realidade

Inspirados nas reflexões de Machado (2013), concordamos que o campo do político seria aquilo que é antissocial por excelência, e funcionaria como tentativa de limitar a objetividade do social, proposta geralmente por uma política hegemônica. Atualmente a hegemonia é circunscrita à matriz neoliberal, que contudo, não representaria todo o campo da política, que contaria ainda com a parcela contra hegemônica, que resiste e luta por outras objetivações no campo social.

Segundo Machado (2013), em um sentido semelhante porém não equivalente, Rancière utiliza-se dos termos *polícia* e *política* como processos heterogêneos que ao se confrontarem produziram a raridade do político. A *polícia* se refere a um processo de governança que induz a criação de um consenso comunitário e organiza-se através das hierarquias e distribuição de funções. Está ligada a ideias e práticas de emancipação e tem como pressuposto norteador a noção de igualdade, que deve ser verificada nas relações entre grupos ou pessoas. O conflito é dado como condição *sine qua non*, e este se dá quando um processo *policialesco* é questionado ou interrompido, e a esta erupção chama-se político.

Pensar a política, considerando os antagonismos como endêmicos das relações sociais, e a tensão entre interesses conflitivos como parâmetro saudável para a democracia, no sentido de reafirmar as pluralidades e a importância do dissenso nas sociedades democráticas, tais pressupostos segundo Mouffe (2003) seriam mais interessantes para compreender as transformações contemporâneas, em decorrência dos processos de globalização e do ressurgir de conflitos étnicos, religiosos e nacionalistas.

Condição que pode ser evidenciada, quando um dos integrantes do Movimento Passe Livre respondendo à pergunta feita por Haddad, Prefeito de São Paulo, que indagava quando a luta pela redução da tarifa de ônibus iria parar, já que seria inevitável o reajuste do preço, e surpreende-se com um lacônico “nunca”, não compreendendo a dimensão do político e lógica do movimento (Pronzato, 2014).

Partindo deste exemplo, podemos também entender melhor quando Mouffe (2003) aponta a incapacidade de pensar “o político” pelas atuais democracias liberais. E no âmbito “da política”, ressalta a influência do pensamento liberal em operar a redução da política à moralidade, que em alguns casos é associada ao processo de judicialização da esfera pública do político, como se o sistema jurídico fosse responsável por organizar e regular as relações sociais, ou ainda as formas de economicismos que visam no fundo desviar a atenção com sua obscura “complexidade”:

Há uma ligação inegável entre a tendência dominante na teoria política liberal, que tende a confundir a política com moralidade, e o atual recuo político. Com efeito, a presente situação pode ser vista como o esgotamento de uma tendência inscrita na tarefa do liberalismo que, por causa de sua incapacidade de pensar em termos verdadeiramente políticos, sempre tem de mover-se para outro terreno; o econômico, o moral, ou jurídico (Mouffe, 2003, p.18).

Assim, a autora designou sua proposta de radicalização da política democrática de pluralismo agonístico (Mouffe, 1999, 2005, 2003). Esta proposta consiste em compreender o

poder como constitutivo das relações sociais, é compreender que o que está posto como uma objetividade no campo social foi gerado por atos de poder, que também entram em ressonância com as construções identitárias.

É interessante notar que essa concepção de poder se assemelha, em alguns sentidos, às formulações foucaultianas que também buscam aproximar as relações de poder aos processos de construção subjetiva. Parece-nos comum às duas formulações a ideia de que as relações de poder forjam as hegemonias, e não ao contrário, como é comum na perspectiva marxista que pensa o poder totalizado e personificado na figura de um Estado que impõe de cima para baixo os modos operantes das relações sociais. Perspectiva essa que Foucault e Mouffe tomam certa distância, preferindo partir de reflexões que valorizem as tensões e os jogos de interesse, que estão em constante disputa nos diversos espaços sociais, entendendo por exemplo, que o Estado é uma das formas de exercício do poder importante, porém não a única, e que as subjetividades podem se aglomerar em torno de diferenciadas e múltiplas identidades e estratégias de resistência, que não seguem necessariamente vetores econômicos ou classistas.

Portanto, entender a natureza constitutiva do poder é abandonar a ideia de uma sociedade harmônica ou transparente, onde a totalidade dos processos sociais não podem ser representados ou controlados por determinados atores sociais. Então, a legitimidade de um poder não é apriorística, e tão pouco uma forma de poder é legitimável por todos, o que se pode conceber são formas de poder bem sucedidas em determinado momento, onde conquistam certa hegemonia, contudo automaticamente outra forma de poder é excluída, e essa não se harmoniza pelas luzes da racionalidade, o desejo não cessa, o consenso é entendido como sempre conflituoso e contingente dentro desta abordagem (Mouffe, 2003; 2005).

Podemos pensar no caso da representação na política. A parcela cujo representante

perdeu, não se sente representada pela que ganhou, esta é a lacuna que se tenta ocultar na democracia representativa. Não se trata de uma questão de racionalidade e aceitação do jogo institucional somente, o problema é que existe toda uma construção de ideais de sociedade, visões de mundo, de processos de subjetivação envolvidos na construção deste “nós” que segundo Mouffe (2005) já pressupõe simultaneamente a criação de um “eles”, que não são dissipados automaticamente.

Essa última é nomeada por Mouffe (1999) de exterioridade constitutiva, onde entende a necessidade de algo exterior, algo que afaste as intenções de essencializar as identidades políticas, pois o “nós” necessita de um contraponto que o reafirme enquanto grupo politicamente diferente ou que impeça as totalizações nas análises das relações de politização nos grupos, pois estas não se forjariam por sínteses e desvelamento de contradições, mais sim por um antagonismo intrínseco, como sintetiza Costa (2014) “...o antagonismo implica um elemento de negação externo e contingente ao sistema, mas que, ao mesmo tempo, interage com o sistema, pois funciona como um “exterior constitutivo”. ” (p.197). É inevitável e sedutor pensar que tal manobra funciona em uma lógica muito semelhante do conceito deleuziano de dobra, que mencionamos anteriormente.

A questão que se coloca é como pensar democraticamente estes impasses sem perder de vista o antagonismo primevo? Neste sentido, Mouffe (2003) propõe dois tipos de relações políticas: uma é a relação de antagonismo entre inimigos, e outra de agonismos entre adversários, pois o campo da política democrática pressupõe que o “outro” não deva ser visto como um inimigo a ser aniquilado, mas como adversário, cujos ideais iremos nos opor, mas reconhecemos seu direito de defendê-los.

A relação de agonismo não elimina o antagonismo de base, pois mesmo o fato dos adversários firmarem acordos, contingentes, não prova que o antagonismo foi resolvido, pois repousa na aceitação do pluralismo inerradicável de valores, não busca relegar as paixões à

esfera do privado e aposta na reafirmação das diferenças como condição de possibilidade do exercício democrático. A proposta do agonismo é atenuar, tornar menos violenta a dimensão antagonística de base: “Podemos, portanto, reformular nosso problema dizendo que, desde a perspectiva do pluralismo agonístico, o propósito da política democrática é transformar o antagonismo em agonismo” (Mouffe, 2003, p. 21)

A identidade política, partindo da perspectiva agonística, sempre será atravessada pela esfera do público e do coletivo. Entendemos que os processos de ação coletiva, em última instância, visam tornar públicas suas demandas, compreendendo a necessidade de suas vozes serem ouvidas por uma maior parcela da população, buscando legitimidade e empoderamento (Mouffe, 2003, p.21):

Uma abordagem “agonística” reconhece os limites reais de tais fronteiras e as formas de exclusão que delas decorrem, ao invés de tentar disfarçá-los sob o véu da racionalidade e da moralidade. Compreendendo a natureza hegemônica das relações sociais e identidades, nossa abordagem pode contribuir para subverter a sempre presente tentação existente nas sociedades democráticas de naturalizar suas fronteiras e “essencializar” as suas identidades.

No intento de delimitar os aspectos psicossociais das ações coletivas, Prado (2002) identifica a construção de identidades políticas como condição necessária para pleitear mudanças no quadro social. E faz uma perspicaz distinção entre identidades sociais e identidades políticas: “... A primeira se estabelece como um conjunto de atribuições e referências da pertença grupal e social do indivíduo e a segunda, por sua vez, como um conjunto temporário de significados que delimitam fronteiras na questão dos direitos sociais...” (Prado, 2002, p.60). Com esta distinção consegue afastar os indesejados essencialismos e cristalizações identitárias muito comuns nas políticas de identidade¹⁰.

Entendemos que semelhantes preocupações também foram levantadas na construção

¹⁰As políticas de identidade acabam por reafirmar identidades dentro de um modelo hegemônico, não refletindo as pluralidades e diversidades de valores e desejos, buscando antes padrões já estabelecidos e homogêneos que, em última instância, visam conservar as relações sociais tal como estão.

dos conceitos referentes aos processos de subjetivação que abordamos anteriormente. Deleuze e Guattari (1995, 1996) visavam ressaltar a pluralidade dos processos subjetivos, buscando afastar-se das ideias preconcebidas de um “eu” monolítico e interiorizado que, curiosamente, também tem suas bases ontológicas fixadas na noção supervalorizada de racionalidade tipicamente moderna, que nos remete às críticas apresentadas por Mouffe (2003, 2005) à tradição liberal de pensar o político. As críticas destas duas perspectivas recaem sobre as tentativas de cristalizar identidades sociais e enxergam a produção de subjetividades enquanto processo, que potencialmente podem ser tomadas como estratégias de resistência e luta política.

Em Guattari (1985) pode-se observar ainda a tentativa de compreender as dinâmicas dos grupos, onde formula os conceitos de grupo sujeito e grupo sujeitado. Em suma, entende o grupo sujeito como mais proativo, são agentes coletivos de enunciação e se defrontam constantemente com os limites de seu próprio desejo, enquanto o grupo sujeitado como o próprio nome sugere, seria mais contido e subserviente, na maioria das vezes, a modelos e hierarquias dominantes, é um grupo com pouca voz, entretanto tem a seu favor a força da conservação, enquanto o outro não conta com a mesma “segurança”, está imerso em um oceano de tensões, lutas internas, efemeridades e risco de cisão.

Entendemos que a dinâmica proposta por Guattari para estes dois grupos, poderão nos ajudar no decorrer de nossas análises, contudo sentimos a necessidade de conhecer um pouco mais do conceito de identidade política, que trata das relações de politização nos grupos de modo mais específico. Além de ter suas bases solidamente ancoradas na noção agonística de política, da qual também partilhamos interesse, já que essa perspectiva sobre o político, ainda que de maneira incipiente, baliza nosso olhar sobre as ações coletivas contemporâneas e suas formas de ativismo político.

Prado (2005) compreende que os processos de mobilização social iniciam-se

conjuntamente com os processos de politização das relações sociais, e elenca três aspectos fundamentais para construir identidades políticas e mobilizar uma ação coletiva: Formação de identidade coletiva, transformações das relações de subordinação em relações de opressão, e demarcação de fronteiras políticas. Já nos sentimos agraciados pelo esforço de Prado (2002, 2005) em discriminar detalhadamente cada um destes constructos teóricos, que utilizaremos exclusivamente como parte das categorias analíticas no momento de investigar o movimento Fora do Eixo em suas investidas no campo da política.

Segundo Prado (2005), a identidade coletiva garante a continuidade da experiência do “Nós” e o sentimento de pertença, que pode aparecer de diversas maneiras: como interpretação da história conjunta, formas de identidades sociais, construção de projetos coletivos de futuro. Este sentimento é importante para que o processo mobilizatório possa se desenvolver. Algumas práticas sociais são adotadas com intuito de materializar valores, crenças que dentro do processo se possa construir uma cultura política onde também estão inclusas a criação de regras de convívio e conduta, práticas colaborativas e de solidariedade, assim como delimitação de relações intra e intergrupos.

Quanto à passagem das relações de subordinação para o reconhecimento do caráter opressivo, passa pela desnaturalização das hierarquias dentro de um quadro onde as relações são vistas mais pelo viés da funcionalidade e dependência financeira, onde prevalece a visão positiva marcada pela ideia de imutabilidade das relações sociais e do funcionamento institucional. Entretanto, quando as relações grupais iniciam o processo de politização, existe um reconhecimento das condições de opressão, que foram construídas e legitimadas historicamente, portanto mutáveis, começam a brotar sentimentos de injustiça social e uma conscientização dos direitos do grupo, as relações começam a tornar-se negativas e há reconhecimento da antagonização dos agentes (Prado, 2005).

Por último, a demarcação de fronteiras, que implica principalmente no reconhecimento

pleno de um “nós” que é irreconciliável com o “eles”, entretanto, com o entendimento sobre o direito mútuo de manifestar-se e politizar espaços sociais. Esse elemento de demarcação é responsável pela criação de reciprocidade e reconhecimento positivo ou negativo entre os agentes sociais, onde buscam definir um consenso, que força a redefinição de valores e crenças, consenso ainda que precário dado que o “eles” é constitutivo exterior do “nós”, o que garante não só a existência intragrupo como a impossibilidade de totalização do mesmo (Prado, 2002). Entende-se que estas três categorias psicossociológicas em conjunto dariam maior consistência à formação de identidades políticas:

Considerando-se o conjunto destes três elementos que podem caracterizar a constituição da identidade coletiva política, argumenta-se que as formas de inserção no espaço público, entendidas aqui como formas coletivas de ocupação, constituição e uso desse espaço, dão-se a partir da mobilização social de agentes sociais que buscam politizar as legitimações das desigualdades sociais. (Prado, 2005, p.58).

Quanto ao campo dos movimentos sociais, Prado e Costa (2009) levantam sua condição paradoxal no aprofundamento democrático das sociedades atuais, onde tanto podem funcionar dentro de uma lógica policialesca, por exemplo, as reivindicações por aumento de salário, quanto lutarem por reformas nas relações de poder dentro da empresa. Esse último ato tão incomum funcionaria no registro da raridade da política.

Marcando a importância deste campo potencialmente paradoxal na formação dos sujeitos e das identidades, que entendem enquanto instâncias predominantemente diferentes (Prado & Costa, 2009), o sujeito é tido enquanto efemeridade, como atos de desidentificação e precariedade que são ligados aos âmbitos das irrupções políticas e a identidade pode ser tomada como um processo do âmbito da polícia, que promove fixações classificatórias temporárias, lentificações de processos e tentativa de regulação. O que não é considerado de modo algum como pejorativo, mas mesmo como condição da emergência da própria política. Essas duas instâncias funcionam de maneira distinta, porém complementares:

O paradoxo que nos deparamos se dá exatamente numa espécie de entrelugar (in between) que os movimentos sociais se encontram. Como uma das experiências da política (Ranciere, 1996), os movimentos sociais estão entre os sujeitos e as identidades, correndo o risco de se esvair na experiência dos sujeitos e de se dirimir na experiência das identidades. Assim, definiremos os movimentos sociais como a experiência organizativa que está entre o ato dos sujeitos e a permanência das identidades (Prado & Costa, 2009, p.9).

Refletindo sobre os processos de formação da identidade política e sua associação inerente com os movimentos sociais, parece-nos que esse sujeito irruptivo da política é tomado de maneira muito discreta e nas entrelinhas da formação da identidade política. Neste sentido, torna-se interessante, ao nosso ver, traçar um paralelo com os constructos deleuzianos de identidade e principalmente de singularidade, que abordam estas irrupções político-subjetivas com intensidade, podendo deixar mais explícito este “sujeito” evanescente da política e enriquecer tal associação inerente.

Compreendemos que as identidades e singularidade (Deleuze, 2001; Deleuze & Guattari, 1996; Guattari & Rolnik, 1986) também se encontram imersos em um campo de tensões permanentes, onde transitam por possibilidades contingenciais de produção de fissuras nas regularidades sociais e nos modos de existência. Entendemos que as duas propostas preocupam-se com as produções de subjetividades, uma focando primorosamente nas relações políticas e suas implicações a nível subjetivo, e a outra trabalhando de maneira audaciosa com as potencialidades dos agenciamentos singulares e maquínicos, ambas propostas nos vem a calhar.

Apostamos que pensar a formação de identidades políticas juntamente com os processos de subjetivação, nos ajudará a compreender melhor o ativismo político na contemporaneidade, assim como nos facilitará também transversalizar esse campo ambivalente típico dos movimentos sociais, que transitam entre as emergências dos sujeitos e a importância e risco de se forjar identidades (Prado & Costa, 2009). A essa vertente dupla de

análise nomeamos de processos de subjetivação políticos.



Figura 1. Esquema dos processos de subjetivação políticos

Neste caso especificamente, os fins justificaram os meios, visto que estas categorias trabalhadas em conjunto nos auxiliaram na interpretação das informações colhidas sobre o ativismo político vivenciado no movimento FdE, e facilitaram imensamente o processo de análise e categorização dos “dados” da pesquisa, como veremos.

Em suma, pensamos que existem pontos de contato, como os que apresentamos acima, entre os estudos sobre os processos de subjetivação e a visão agonística sobre o político, associado ao campo da psicologia social e política, o que não quer dizer que tais teorias não apresentem pontos díspares, ou ainda bases conceituais distintas. Contudo, apostamos nesses pontos de contato mais num sentido estratégico, já que sentimos que as teias conceituais tecidas por Deleuze e Guattari, funcionam muito bem para captar a efervescência e singularidade das mudanças culturais, entretanto sentimos necessidade de um olhar mais acurado para as questões políticas propriamente ditas. Imaginamos que ao mesclar, ainda que com cautela, estas duas propostas teóricas, poderemos equilibrar o que há de exagero e

otimismo inventivo em uma, e temperar com molecularidades e desejo o ceticismo molar da outra.

Esperamos poder tangenciar em nossas análises os diversos agenciamentos coletivos de enunciação produzidos a partir das ações coletivas de junho de 2013, mais especificamente sobre os agenciamentos maquínicos informacionais. E ainda perceber as lentificações, singularidades e fissuras, contidas nas formações político identitárias, pois entendemos que em alguns casos essas formações podem se dar de maneira incompleta, ou melhor, diferenciada, podendo produzir devires políticos outros.

Compreendemos que a vivência e prática do ativismo político dentro dos movimentos sociais e redes associadas, representam um vetor muito forte dentre os vários processos de subjetivação que transversalizam estas subjetividades¹¹. Ou ainda, a prática ativista e os processos de subjetivação ocorrem simultaneamente e se imbricam indistintamente, ocupando um amplo horizonte existencial na vida do ativista, principalmente nas tenras, por vezes miméticas e difusas experimentações políticas juvenis. Com esta ideia em mente, no próximo capítulo buscaremos aprofundar nossas discussões sobre as ações coletivas contemporâneas, partindo do campo teórico dos movimentos sociais, transversalizando os agenciamentos políticos informacionais, procurando problematizar as mobilizações político-culturais e a participação política destes jovens na atualidade.

¹¹A princípio tínhamos usado o termo sujeito da ação política. O que nos soou um contrassenso dado nossa concepção de sujeito. Não temos dúvidas quanto a ação política e seus efeitos e contrapartidas recíprocas das subjetividades envolvidas nestes coletivos políticos polifônicos, contudo achamos prudente desviar desta noção que coloca este sujeito impregnado da moderna racionalidade totalizante, como agente central das possíveis mudanças sociais e dos processos políticos como um todo. Pode parecer um exagero, porém este tratamento que descentraliza este suposto sujeito da ação (política), ajuda a evidenciar a força motriz do antagonismo primevo do político, tensões que também reverberam nas dobras efêmeras das subjetividades, seus desejos e múltiplos agenciamentos, que evitam a comodidade das cristalizações identitárias e que impulsionam para novas possibilidades sociais e existenciais.

3. A esfinge de junho de 2013

3.1 Efeito de massa e as redes de movimentos sociais

O conceito de movimento social segundo Goss e Prudencio (2004) foi desenvolvido entre a empiria das lutas sociais e a teoria. Onde ao mesmo tempo em que os pesquisadores-militantes analisavam o fenômeno, também o construíam e reforçavam, às vezes até com certo idealismo, e por vezes sobrevalorizavam o potencial de autonomia e transformação social destes movimentos. Atualmente, por ventura das diversas escolas, abordagens e teorias, temos uma pluralidade de significações que dificultam um consenso sobre este conceito.

Procurando orientar-se neste mar de teorias, Alonso (2009) distingue três tradições dentro das ciências sociais que buscam explicar os movimentos sociais: primeiro, a Teoria dos Processos Políticos (TPP), que posteriormente se aproximou consideravelmente, dado seu caráter pragmático, da segunda tradição, a Teoria da Mobilização de Recursos (TMR), que tem entre seus arautos Tilly, Tarrow, McAdam. A terceira tradição trata-se da Teoria dos Novos Movimentos Sociais (TNMS), representada por Tauraine, Melucci, e Habermas.

Esta última tradição apresenta um viés mais culturalista, disponibilizando-se a avançar na discussão considerando a complexidade das sociedades pós-industriais, desvencilhando-se das visões mais ortodoxas do marxismo, horizontes utópicos de derrubada do Estado, revoluções propulsionadas por grandes grupos unidos pela ideia de proletariado e classe social. Os novos atores sociais não se definiriam por uma atividade laboral, mais por formas diferenciadas de vida, que poderiam advir de uma pluralidade de minorias excluídas (negros, mulheres, jovens, homossexuais), que surgiriam como agentes de pressão e controle social, voltados para persuadir a sociedade civil, que seria o próprio lócus dos movimentos sociais.

Como resume Alonso (2009):

Em suma, as três teorias - agora clássicas - sobre movimentos sociais têm contornos bastante peculiares. A TMR focalizou a dimensão micro-organizacional e estratégica da ação coletiva e praticamente limou o simbolismo na explicação. Já a TPP privilegiou o ambiente macropolítico e incorporou a cultura na análise por meio do conceito de repertório, embora não tenha lhe dado lugar de honra. A TNMS, inversamente, acentuou aspectos simbólicos e cognitivos – e mesmo emoções coletivas –, incluindo-os na própria definição de movimentos sociais. Em contrapartida, deu menor relevo ao ambiente político em que a mobilização transcorre e aos interesses e recursos materiais que ela envolve (p. 69).

Alonso (2009) traz ainda dois momentos de conflito paradigmático: um primeiro que marca críticas de ambas as partes destas tradições, de um lado a europeia que defendia a perspectiva das identidades, valores, sentidos e intencionalidades, em contraposição à americana que valorizava o jogo de interesses políticos, condições materiais, objetividades e oportunidades das ações coletivas. Uma controversa polêmica que se dissolve nos anos 90 com a incorporação de conceitos importantes por ambas as partes divergentes.

O segundo momento ocorre no início o século XXI, como ironiza a autora “Depois da bonança teórica, veio o rebote empírico.” (p.74), que traz novas questões como: as lutas mudaram de escala saindo do âmbito nacional para o global, e vice versa, com as novas tecnologias informacionais facilitou-se a formação de uma opinião pública transnacional, o Estado já não é o principal antagonista, os ativistas e estratégias transpassam fronteiras e reportam-se a instituições multilaterais e, por fim, o ataque às torres gêmeas reabre as discussões sobre o terrorismo como forma recorrente de mobilização coletiva na atualidade. Estas reviravoltas continuam se desdobrando na atualidade, e as teorias dos movimentos sociais veem-se tensionadas a se reposicionar.

Inclusive o próprio Touraine (2006) faz uma reflexão sobre o uso do termo movimentos sociais na contemporaneidade e conclui que mesmo este conceito tendo sido

criado dentro de um contexto diferente da sociedade da informação, ainda mantém sua potência, dado que dentre todas as modificações históricas e das novas estratégias de ação coletiva, ainda se trata de conquistar ou reconquistar um espaço social, imprimir-lhe significações, e acrescenta que o importante é definir o emprego que se dá à noção de movimento social.

Abers e Bülow (2011) apontam para as transformações da própria definição de movimento social, que nas últimas três décadas girava em torno da definição genérica de que “(...) os movimentos sociais têm sido compreendidos como uma forma de ação coletiva sustentada, a partir da qual atores que compartilham identidades ou solidariedades enfrentam estruturas sociais ou práticas culturais dominantes” (p.53), e colocam que dentro das abordagens que valorizam o constructo de sociedade civil, podemos encontrar o conceito de movimento social atrelado ao de redes de atores sociais. Nesta perspectiva cujas análises baseiam-se nas redes, a discussão perpassa sobre a impossibilidade de conceber um movimento isolado das redes em que está inserido, ou mesmo que o constitui. Ressaltam ainda a importância de investigar as relações destas redes, com o próprio Estado e demais instituições relevantes.

A sociedade civil¹², nesta perspectiva, pode se organizar em âmbitos mais universais e globalizados e/ou ser expressão de interesses mais particularizados e locais, ou ainda criar articulações entre os mais diversos atores coletivos, propiciando mediações políticas que buscam dialogar ou mesmo pressionar as esferas Estatais e do Mercado, como o exemplo do Fórum Social Mundial que, basicamente, propõe encontros das várias redes organizadas, ou não, da sociedade civil, e busca funcionar como um contraponto ao Fórum Econômico Mundial, que reúne as principais lideranças empresariais e políticas. Estes modos de

¹² Sociedade civil é um termo que parte de um modelo tríplice de realidade: Estado, Mercado e Sociedade Civil. Geralmente este termo se refere à participação cidadã num sentido amplo, que agrega vários tipos de iniciativas e modos de organização que vão das organizações não governamentais, movimentos sociais, associações de nível nacional, fóruns entre outros (Scherer-Warren, 2006).

organização e de potenciais ações coletivas a nível de redes globais e locais articuladas, imersos em um contexto de transição sociotecnológica, representam as esfinges das análises contemporâneas.

Quanto aos movimentos sociais brasileiros, sempre tiveram uma destacada importância no sentido da redemocratização do espaço público, visibilidade dos grupos sociais excluídos, denúncia à corrupção e outros impasses políticos: “A presença dos movimentos sociais é uma constante na história política do país, mas ela é cheia de ciclos, com fluxos ascendentes e refluxos (alguns estratégicos, de resistência ou rearticulação face a nova conjuntura e novas forças sociopolíticas em ação)” (Gohn, 2013, p.305).

Os movimentos sociais estão intrinsecamente ligados ao tecido social, respondendo às mudanças políticas, econômicas, culturais e tecnológicas, o que lhes conferem um dinamismo e pluralidade de ações para se moldarem às oportunidades políticas e desafios de seu tempo. Podendo dar ênfases em determinadas estratégias de resistência e luta, criando modos compartilhados de analisar a conjuntura social, propondo soluções possíveis e modulando horizontes utópicos.

Gohn (2013) e Scherer-Warren (2014) apontam que o perfil da militância política dos movimentos nacionais está mudando em face de nova conjuntura política, social e tecnológica, de modo que “o perfil do militante dos movimentos sociais se alterou e as teorias estão a exigir de nós explicações mais consistentes” (Gohn, 2013, p.13). Na década de 80, por exemplo, a luta de militantes políticos estava em busca de ampliar e valorizar as conquistas democráticas, porém em meio a uma política neoliberal na década de 90, os movimentos sociais, principalmente os de cunho popular, tiveram que recuar em suas posturas mais críticas assumindo características mais proativas. Os movimentos urbanos afastam-se progressivamente das matrizes político-partidárias e se aproximam das demandas mais universalistas como os movimentos ecológicos e pela paz, e pluralistas como os de cunho

identitários (Gohn, 2010).

Segundo Gohn (2008, 2010), temos movimentos sociais fortes e tradicionais, como os movimentos e organizações de luta por melhores condições de vida e trabalho, tanto no campo como nas cidades; como as organizações sindicais, Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, Movimento dos Sem Teto e movimentos estudantis como UNE (União Nacional do Estudantes), UBES (União Brasileira dos estudantes secundaristas) e movimentos de cunho identitário que já contam com um histórico de conquistas de políticas públicas favoráveis a suas causas como os movimentos étnicos (Negros, indígena), de gênero (LGBT, e Feminista). E ressalta que a novidade do milênio são os movimentos de alterglobalização ou antiglobalização, que lutam contra uma política internacional mercadológica e efeitos negativos da globalização, como o Fórum Social Mundial, Cúpula Mundial dos Povos.

Curiosamente, as Jornadas de Junho de 2013 não foram convocadas diretamente pelos movimentos tradicionalmente constituídos e ativos aqui no Brasil, estes agregaram forças em um segundo momento. Foram os atores sociais de menor expressão nacional que se destacaram e protagonizaram estas ações coletivas, a saber: o MPL, os coletivos anarquistas, e o Fora do Eixo.

Entendemos que esses atores sociais parecem funcionar em uma lógica de militância política que difere das lutas por melhores condições de trabalho, das estratégias mais tradicionais dos movimentos identitários ou dos movimentos estudantis, e guardam diferenças sutis que merecem ser investigadas.

Por exemplo, quanto à utilização e manuseio das tecnologias informacionais, pois estes movimentos já nascem dentro de uma cultura informacional que lhes é intrínseca, diferentemente dos movimentos tradicionais que se apropriam destas tecnologias e as articulam com estratégias de luta já existentes. Quanto às formas de associação grupal, pois

tanto os grupos anarquistas, quanto o Fora do Eixo, tem em sua formação de base pequenos coletivos, que apresentam uma interessante dinamicidade de construção e desfragmentação dessas pequenas unidades contingenciais, associado a uma flexibilidade e pluralidade de causas e bandeiras, que podem apontar para construções identitárias diferenciadas. Ou ainda a proposta do MPL, que em seus pequenos núcleos federativos, buscam experienciar uma autonomia e horizontalidade nas relações de poder, que inclusive foram “testadas” em seus atos públicos e marcaram ações coletivas de junho 2013, pois não pensamos que nessas mobilizações a recusa de modelos hierárquicos e os recursos para não forjar lideranças, ou mesmo a aversão às bandeiras partidárias tenha sido uma mera espontaneidade.

Entendemos que os três movimentos que protagonizaram no cenário de junho 2013 não se adéquam confortavelmente à nenhuma destas tipificações tradicionais, o que dificultou bastante nossas interpretações iniciais. Contudo compreendemos no decorrer da pesquisa, que eles aproximam-se mais de um desdobramento a nível nacional e local dos movimentos de alterglobalização.

Scherer-Warren (2005, 2006, 2013) acrescenta a importância de rever as bases do associativismo brasileiro para entender o momento atual e suas novas grupalidades, ampliando a dimensão analítica dos movimentos sociais e apostando em uma posição teórico-metodológica que busca compreendê-los a partir de suas redes interativas, simbólicas, estratégicas e de solidariedade, investindo no constructo teórico denominado de Redes de Movimentos Sociais, “A rede de movimentos sociais refere-se, pois, a uma comunidade no sentido que visa a algum tipo de transformação social e que agrega atores coletivos diversificados, constitutivos do campo da sociedade civil organizada...” (Scherer-Warren, 2006, p.110).

Entendemos que os movimentos sociais historicamente sempre interagiram entre si, ou mesmo que esta interação é a base de sua constituição, considerando ser uma instituição

política por excelência. Todavia temos que admitir que existe uma singularidade nestas interações, dado à apropriação crescente das tecnologias informacionais. Podemos perceber o aceleração e facilitação de alguns processos destas redes de movimentos sociais, ampliação de outros, como a transnacionalização de alguns movimentos e intensificação de redes e eventos internacionais regulares como o Fórum Social Mundial realizado em vários países, união de atores sociais bastante heterogêneos, ou ainda, tornando algumas interações mais estratégicas, pontuais, e por vezes criadas instantaneamente no calor dos protestos.

Para tentar compreender estas ações coletivas brasileiras de grande porte, foi mobilizada boa parte destas tradições teóricas. Alguns autores (Antunes & Braga, 2014; Barreira, 2014; Romão, 2013) preferiram utilizar um olhar panorâmico, que abordou as oportunidades políticas, mobilização de recursos materiais e simbólicos, buscaram integrar em seus estudos os aspectos das mobilizações de massa no âmbito da ação coletiva, e do confronto político mais amplo, utilizando a Teoria dos Processos Políticos.

Esta teoria considera que as ações coletivas assumem muitas formas, sejam elas breves ou sustentadas, institucionalizadas ou disruptivas, monótonas ou dramáticas. Marcam que uma ação coletiva torna-se de confronto quando esta coloca boa parte das estruturas sociais em questão, desafiando autoridades, ou grupos que consideram inimigos (McAdam, Tarrow & Tilly, 2009). E quando uma *ação coletiva de confronto* expande-se por toda uma sociedade, temos um ciclo de confronto.

O conceito de ciclo de confronto, segundo Tarrow (2009), concentra-se nos embates políticos que fazem parte de uma fase aguda do conflito social mais amplo, com uma rápida propagação das ações coletivas de setores mais organizados para os menos organizados, com possíveis inovações nas formas de confronto. Os ciclos são marcados por um início dos confrontos, clímax, e a desmobilização que pode ser definitiva ou reiniciar em outros ciclos de confrontos que, se intensificados, podem transformar-se em uma revolução social.

Romão (2013) entende que tanto as mobilizações de junho, quanto as três grandes mobilizações urbanas que ocorreram anteriormente no Brasil, que citamos acima, configuram pelas suas características e amplitude, ciclos de confrontos. E levanta a possibilidade da reedição de novos ciclos na copa do mundo, e nas eleições presidenciais de 2014. Na copa confirmou-se suas apostas, porém no período eleitoral e pós-eleitoral, aparentemente as lutas parecem ter tomado outra configuração dado o fortalecimento das articulações das frentes reacionárias.

Antunes e Braga (2014) levantam o questionamento das transições dos diferentes projetos políticos e partidários, marcando as conquistas dos movimentos sociais da década de 80, que conseguiram afastar o fantasma da ditadura e retardar o processo neoliberal, que na década de 90 ganha força com a eleição de Fernando Henrique Cardoso (PSDB), que implementa com “sucesso” a política do Estado mínimo em suas financeirizações da produção e generalizadas privatizações. Com a entrada do governo de Lula (PT) diminuem as privatizações, e aumenta a implementação de políticas sociais e de distribuição de renda para os setores mais pobres da população, além de fomentar a formalização do mercado de trabalho o que agradou a classe trabalhadora, porém não contemplou os trabalhadores jovens recém chegados ao mercado. Por outro lado, favoreceu elites financeiras e do agronegócio, investindo muito pouco nos setores médios da população. Argumentos que julga apontar para um desencanto com o sistema partidário, que reflete-se nas manifestações de apartidarismo da maior parcela de jovens desempregados e subempregados em junho de 2013.

O sentido e ressignificação da “ação direta” nos ciclos de protestos de junho são valorizados na interpretação de Barreira (2014), que a coloca como o avesso do princípio de mediação e negociação, tendo como características relevantes a performatividade e visibilidade nos territórios públicos, com uso recorrente do corpo como suporte e ferramenta de protesto, o uso marcante da linguagem da indignação e da não tolerabilidade. Em suma, faz

uma análise de alguns repertórios de confronto¹³ e constata a criação de novos repertórios muito “conectados” com o uso das tecnologias informacionais, mesclados ou reformulados a partir de repertórios antigos, e analisa algumas palavras de ordem emitidas pelos manifestantes, que giravam em torno de referências à redução da tarifa de ônibus, à copa do mundo, críticas ao governo e políticas públicas e palavras de convocação para os atos.

A linguagem atual dos manifestantes é também advinda de experiências e lugares diferentes. Incorpora repertórios provenientes de sociabilidades juvenis com a tônica de paródias na forma rap. Também acervos apropriados e ressignificados dos movimentos sociais das décadas de 1970 e 1980, mesclados com falas utilizadas nas redes sociais. São registros formulados por uma bricolagem de símbolos e atores: torcida organizada, jovens partidários da filosofia anarquista, integrantes de grupos juvenis da periferia, jovens de classe média etc. Trata-se de uma variabilidade de expressão que vai tomando a forma de cada contexto urbano, apresentando-se ora como unidade, ora como diversidade, assumindo também a forma de multidão com várias faces (Barreira, 2014, p.157).

Outras interpretações de cunho marxista (Singer, 2013; Lasi, 2013; Peschanski, 2013) também ganharam força em textos escritos bem próximos dos acontecimentos ou falados à queima roupa em palestras públicas (Safatle, 2013; Arantes, 2013), buscando salientar o contexto de luta de classes, a questão do novo precarizado, o ressurgimento de novos horizontes utópicos, contextos de crises econômicas capitalistas, desencanto com o sistema partidário, lembrando que estas revoltas populares não são uma resposta direta das redes sociais virtuais, mas de uma militância política de grupos pequenos, que se dispõem a fazer um trabalho de base política nas comunidades e nas escolas, e enfrentarem a repressão do Estado, ou das milícias, em um ativismo de risco e engajamento.

No contexto da psicologia social e política, vemos o resgate das discussões sobre os

¹³ Os repertórios de confronto (Tilly, 2005) que em suma são as estratégias e ações que são utilizadas nos protestos ao longo dos tempos. Os repertórios não são uma propriedade dos atores do movimento, são uma expressão da interação histórica e atual entre eles e seus opositores (Mcadan, Tarrow & Tilly, 2009). Podem assumir três tipos básicos: o de violência, convenção que cria uma certa rotina, e o de ruptura que representa a principal fonte de inovações (Tarrow, 2009).

ditos “movimentos” de massa. Richter, Ortolano e Giacomini (2014) entendem que as mobilizações de junho assumiram tanto o caráter de movimento de massa, resgatando as características que Le Bon deu-lhes, quanto à ressignificação proposta por Hardt e Negri: a multidão. E fazem objeções quanto à dicotomia de enxergar o movimento de massa somente pelo viés de seu conservadorismo e o conceito de multidão como progressista e depositário de excessivas esperanças no campo da política, apontando a necessidade de um maior investimento em análises que valorizem as características psicossociais.

Para nos organizar sobre as discussões desta ebulição político social, que alguns grupos de ativistas denominaram de “Jornadas de junho de 2013”, começaremos por esclarecer a falsa dicotomia entre movimentos sociais e os ditos “movimentos” de massa.

Os fenômenos de massa atravessaram os séculos sempre marcados por uma áurea de preconceito social, conforme assinala Prado (2005). O autor localiza, em suma, duas lógicas que se ancoram na noção de racionalidade universal desenvolvida dentro de um pensamento liberal sobre o político, que fatalmente ainda nos é contemporâneo. Estas lógicas assumem uma dicotomia, onde a primeira está relacionada ao irracional e pré-político, que historicamente é aproximado como supostas características dos “movimentos” de massa, que ameaçariam os valores universais das democracias ocidentais. Somado ainda à uma psicologização que por vezes, corrobora com uma patologização e individualização de ações coletivas e sociais.

Já a segunda lógica estaria mais próxima de uma racionalidade que poderia garantir um espaço político ligado à ideia de emancipação, em um contexto de revolução democrática. Esta lógica geralmente é aproximada dos movimentos sociais propriamente ditos, em uma tentativa de cooptação dos mesmos. Prado (2002) ressalta que estas lógicas costumam ocultar os antagonismos sociais e criar quimeras em forma de um pretense consenso político dificilmente atingido, pelo menos de maneira satisfatória para os anseios dos movimentos

sociais.

É importante superar estas lógicas dicotômicas que tendem a separar os ditos “movimentos” de massa dos movimentos sociais, pois nenhuma ação coletiva de grande porte pode se dar de maneira espontânea, existe um trabalho inicial de mobilização social feito pelas várias redes de movimentos sociais organizados que inclusive mantém estas articulações nos períodos de desmobilização social, não é sinônimo de falta de atividade política, porque estes momentos são fundamentais para a rearticulação do ativismo político e discussão das ações coletivas futuras.

Podemos perceber a reatualização da tentativa de apartamento entre movimentos sociais e “movimento” de massa quando, dentro da luta discursiva midiática, os meios de comunicação tradicionais buscaram qualificar as Jornadas de Junho como “movimentos” espontâneos, um discurso carregado intrinsecamente de um conteúdo despolitizante, pois tenta desvincular toda mobilização de base e eclipsar todo cenário de luta e antagonismo político criado pelos diversos movimentos sociais envolvidos. Ou pior quando tentam deslegitimar as ações coletivas construindo a imagem do “vândalo”, como algo ligado ao pré-político e a uma violência que abalaria a pretensa racionalidade da luta democrática, além da pouca discussão dentro da grande mídia sobre a violência policial e a criminalização dos movimentos sociais pelo Estado.

Compreendemos que o início dos protestos foi marcado pela organização e desejos de determinados movimentos sociais. E somente em um momento posterior, as redes de solidariedade e luta se complexificaram e as manifestações tomaram corpo próprio com uma grande heterogeneidade de atores sociais, assim como formações de grupos contingenciais, e desejos coletivos por vezes forjados no calor do momento com características mais espontâneas, inventivas e com repertórios de ação e luta diferenciados. O que traz a singularidade e potência dos “movimentos” de massas, ou melhor, dos efeitos de massa.

Cabe marcar a imprevisibilidade que as ações coletivas e seus atores sociais têm sobre o efeito potencial de adquirir ou não o caráter de massas em suas mobilizações, por isso entendemos como um efeito de massa. Efeito perseguido e desejável pela redes de movimentos sociais, porém impossível de ser previsto ou convocado enquanto tal, visto que é sempre uma aposta e um esforço dentro de um jogo de poderes, sem modelos que conduzam a respostas esperadas.

Tanto que o atual congresso brasileiro, que tem como presidente da câmara dos deputados, Eduardo Cunha, liderando uma falange reacionária que tem proposto projetos no mínimo questionáveis, como redução da maioria penal, manutenção do financiamento de campanhas políticas, entre outros absurdos que vão contra as propostas de avanço democrático levantadas pelas redes de movimentos sociais em junho de 2013, e nem por isso conseguimos deliberadamente alcançar as tão combativas e necessárias mobilizações de massa.

3.2 Mobilizações político-culturais e ativismo juvenil

Muitas das ações coletivas pós crise de 2008, incluindo as jornadas de junho de 2013, têm os jovens como atores centrais, e apesar das diferenças político-culturais que apontamos acima, estes movimentos juvenis apresentam algumas características em comum que assinalam um padrão emergente dentro do âmbito dos movimentos sociais.

As mobilizações sociais compostas predominantemente por jovens, Melucci (1997) designa enquanto movimentos juvenis, esses buscariam promover um ativismo político singular, forçando novas redes e conexões, integrando diferentes grupos, com uma plasticidade conectada às mudanças constantes de seu tempo, tensionando e experimentando códigos sociais outros, colocando-se como importantes atores nas mudanças políticas e sociais atualmente: “Nesses sistemas cada vez mais baseados em informação, a ação coletiva

particularmente aquela que envolve os jovens oferece outros códigos simbólicos ao resto da sociedade — códigos que subvertem a lógica dos códigos dominantes” (p.12).

Os jovens, enquanto atores sociais, mostraram-se particularmente sensíveis às disputas e conflitos contemporâneos, sendo identificados e identificando-se ao mesmo tempo como arautos de uma vanguarda política e depositários de uma esperança de possíveis construções futuras. Como pudemos perceber facilmente em nossas incursões pela internet, faixas e cartazes produzidos por estes atores sociais em 2013, onde encontramos frases do tipo: “Desculpe o transtorno, estamos mudando o país”, “Estamos lutando pelos seus direitos”, “Somos o futuro”, entre outras.

O que também nos chama a atenção nestas frases de efeito, é que elas parecem ser endereçadas para um público ou possíveis interlocutores (Estado, sociedade civil, família). A primeira se parece com os dizeres de placas em obras públicas, a segunda é direcionada para o pacato cidadão que observa as manifestações tentando explicitar sua habitual indiferença, e a última pode ser interpretada como uma resposta ameaçadora às expectativas normóticas e conservadoras da tradicional família brasileira. Apesar de causar um importante impacto inicial, carecem de algo que pudesse tornar mais eficiente esta interlocução, um certo verniz político.

Além dos cartazes e faixas que replicaram-se pela internet, outras manifestações político-culturais comuns ao universo dos movimentos juvenis se mostraram presentes: como bandas que tocavam incessantemente na frente da casa de políticos corruptos, fanfarras improvisadas tocando paródias de músicas populares, preferiu-se a horizontalidade do jogral ou microfone humano¹⁴ ao uso de carros de som e palanques que rememoravam estratégias partidárias, o teatro sintetiza-se em performances pontuais e provocativas contra uma velada moralidade e ufanismos. As pichações ganham com as projeções¹⁵, entre outras sutilezas

¹⁴ Estratégia onde um fala e o maior número de pessoas repetem, para que as mensagens pontuais sejam disseminadas em alto e bom som.

¹⁵ Essas resumem-se em projetar nos prédios e locais de destaque imagens e frases de efeito gigantescas como,

tecnológicas, como a tática de várias pessoas acessarem ao mesmo sites para que ele fique no topo das procuras nos programas de busca como o Google, que se assemelha à estratégia do tuitaço pelas redes de telefonia móvel.

De modo geral é comum que estes tipos de estratégias, não se preocupem necessariamente com os meios para a obtenção de uma possível mudança. São vozes desejosas e iniciáticas que ecoam na multidão, porém reverberam com pouca amplitude propositiva sobre as “estruturas” sociais.

Entendemos que as redes de movimentos sociais, em especial os movimentos juvenis, atualizam sua importância nestes momentos. Não com respostas prontas ou promessas vãs, típicas dos políticos “profissionais”, mas enquanto um ativismo político que aponta para nortes possíveis, propondo mudanças simbólico-culturais, experimentações estéticas e performáticas, sendo também importantes locus de referência e de vivências políticas estendidas para além dos ciclos de protestos públicos que muitos dos jovens manifestantes experimentaram pela primeira vez em 2013.

Presenciamos a construção de uma estética diferenciada nestas manifestações, se comparada com as outras três grandes ações coletivas ocorridas anteriormente no Brasil. Os diversos atores sociais envolvidos nas mobilizações de 2013 buscaram articular de maneira muito estreita as expressões artísticas e culturais em seus atos públicos. Aliás, a mistura da política com manifestações artístico-culturais sempre foi uma maneira de afastar a suposta aridez da política, recolocando-a na arena pública seu lugar de origem, funcionando como facilitador expressivo, estreitador de laços sociais heterogêneos e agente aglutinador da população.

Os movimentos sociais, enquanto vozes que ecoam entre as heterogeneidades da sociedade civil e os poderes hegemônicos vigentes, de uma maneira geral sempre utilizaram da mescla política e cultura. E justamente por se revestirem do semblante cultural, tais vozes por exemplo, “Cadê o Amarildo?”.

soam mais próximas à universos por vezes muito distintos. Possibilitando o estreitamento de laços entre zonas periféricas e o centro, populações de rendas diferenciadas, não no sentido de ocultar ou anestesiar as abissais desigualdades sociais, mas de colocar uma linguagem que possibilite revelar um vislumbre de igualdade entre os homens.

A combinação de reivindicações políticas à descontração e irreverência alegre comum aos protestos públicos, propõe-se a quebrar a inércia laboral e o fluxo normatizante do cotidiano nas grandes cidades. Facilitando o ajuntamento de pessoas ou meros indivíduos, afastando o medo dos aparelhos repressivos. Propondo-se à um exercício da cidadania, que poderia se dizer até prazeroso, se comparado com o compulsório eleitoral. Possibilitando a formação de uma massa crítica interessante para exercício do controle social, empoderamento das redes de movimentos sociais geralmente envolvidas e desejosas por avanços democráticos reais e concretos.

Essa mescla político-cultural, no Brasil, geralmente ganha ares bastante festivos dado nossa herança multicultural, principalmente de nossas raízes africanas e indígenas, manifestada com matizes muito vivas no ativismo juvenil. Por vezes é criticada por uma mídia de massa mal intencionada, ou por intelectuais europeizados por uma excessiva cultura moderna racional, que confundem seriedade com sisudez. Entendemos que a cultura popular e a linguagem artística facilitam o fortalecimento de uma identidade coletiva, podendo empoderar grupos politicamente inclinados.

No caso dos jovens, auxiliam não só com a aproximação mais desejosa com a política, como reestabelece a reconstrução de uma identidade nacional transversalizada pelo orgulho e paixão, que fortalecem utopias de possíveis mudanças sociais. E diga-se de passagem, foram extirpadas dos grupos de jovens atravessados pela violência e acultramento promovido pela ditadura militar em suas articulações políticas e compromissos econômicos com países estrangeiros, em especial com os EUA, principal financiador de ditaduras por toda a América

Latina. E que ainda hoje promove um forte imperialismo cultural em nosso país, que pode ser constatado facilmente observando os filmes em cartaz no cinema.

Nas ações coletivas de Junho 2013 a participação dos jovens foi majoritária segundo Singer (2013), que se baseou nas pesquisas de opinião das empresas e institutos como a Innovare, Plus Marketin, Datafolha e Ibope, realizadas em junho 2013, apontando também uma alta escolaridade (ensino superior) e renda média de 2,5 salários mínimos dentre a maioria dos entrevistados, o que o fez pensar na questão do novo precariado na atualidade.

Alves (2013) aborda pelo viés marxiano a questão do precariado, que corresponde a uma camada média do proletariado urbano, constituída por jovens-adultos altamente escolarizados com inserção precária nas relações de trabalho e vida social. Coloca ainda que grande parte dos jovens que saiu nas ruas em 2013 era formada por precariados, mesmo que eles não tivessem claro esta condição.

Outros autores (Boghossian & Minayo, 2009; Mische, 1997; Müxel, 1997) marcam uma variação das perspectivas teóricas sobre a participação política e cidadã dos jovens. Interpretações que se afastam de um olhar tradicionalmente pessimista e distanciado sobre os grupos juvenis, que eram geralmente localizados enquanto um grupo vulnerável ou de risco, e que infelizmente foi a partir deste lugar que se traçaram muitas das políticas públicas. Ou quanto ao suposto desinteresse sobre as questões políticas principalmente quando comparados a gerações anteriores das décadas de 60 e 70. Contudo estes autores entendem que hoje tem-se buscado outras formas de apreensão do universo dos jovens e suas construções político-participativas, identificando outras formas de organização e ativismo político, que não se coadunam necessariamente com as formas tradicionais de movimentos estudantis, classistas ou político-partidários:

São patentes novas formas de atuação e mobilização entre jovens que as instituições formais raramente identificam e apenas muito lentamente parecem se deixar fertilizar, modificando práticas e relações de poder reproduzidas há muitas gerações. É crucial

que os jovens participem da tomada de decisão em assuntos que digam respeito a sua vida e ao seu futuro... Assim como é necessário dar força aos inúmeros mecanismos de participação que vêm sendo inventados pelos jovens e atualizados de formas criativas, mobilizadoras e, muitas vezes, transgressoras. (Boghossian & Minayo, 2009, p.421)

Contudo, vale destacar a problematização de Prado e Perucchi (2011) que abordam o próprio conceito de movimentos juvenis de maneira crítica. Apontando que esse pode, considerando as tramas do saber-poder, agir como um dispositivo de controle dos corpos, de cristalizações de identidades, gerando consequências indesejáveis na aplicação das políticas públicas, ou ainda o esmaecimento dos antagonismos e disputas inerentes ao campo incerto da política: “É nesse jogo de antagonismos, da igualdade/diferença, que a participação juvenil, em algum movimento social, se configura como emancipatória e/ou reguladora, na qualidade de fonte de autonomia e/ou de dominação destes sujeitos” (p.355).

Conferindo semelhante atenção crítica à compreensão da juventude enquanto construção científica e política, inspirado em Foucault, Neto (2009) entende que as organizações das relações de poder das sociedades modernas forjaram um dispositivo chamado juventude. Sendo esse um conjunto heterogêneo de práticas, discursos e conhecimentos que tem o jovem como objeto, e esses potencialmente seriam governados pela própria condição juvenil. Obviamente não sem resistência por parte destes jovens, que buscam construir outras identidades, por vezes aderindo a contraculturas próprias.

Este dispositivo juvenil que produz ideais de juventude e ao mesmo tempo mecanismos de ajustamento destes jovens em determinados contextos sócio-históricos, tem como característica intrínseca a diversidade de discursos, que tanto podem servir para controlar, quanto funcionar como trampolim para outras formas de resistências juvenis, como nas construções discursivas típicas do século XX, que buscavam fixar a ideia do jovem boêmio, rebelde e delinquente (Neto, 2009) e as respectivas políticas públicas de controle destas populações.

Entretanto, estes mesmos ideais também serviram de base para construções identitárias de resistência que podiam tanto negar, quanto aderir e mesmo extrapolar estas construções. Como vimos, grupos de jovens brasileiros aderindo à guerrilhas rurais e urbanas, os jovens clérigos politicamente desviantes e moralmente corretos, ou os movimentos de contracultura como o tropicalismo.

Segundo Souza (2004), as redes integrativas construídas pelos jovens na atualidade expandem-se e geram uma dispersão de identidades e projetos, tornando difícil o entendimento da condição juvenil. Problematisa sobre o termo juventude, que seria uma categoria inventada pelos adultos, com pouca voz e participação dos próprios jovens, assim como critica as concepções lineares onde o jovem aparece como uma experiência geracional entre a criança e o adulto, ou localizada a partir de funções sociais fixas como a de estudante. Entende a juventude enquanto uma categoria socialmente construída, portanto mutável no tempo e atravessada atualmente por variantes culturais múltiplas. Prefere falar de juventudes e valorizar as diversidades dos modos de ser jovem em nossa sociedade.

Diante de tamanha heterogeneidade, algumas distinções e circunscrições são necessárias, como as tecidas por Guimarães (1997) a respeito das multiplicidades e singularidades dos grupos juvenis dos subúrbios cariocas, que são atravessados por espaços sociais distintos, por diferentes problemáticas escolares, empregatícias, familiares, formas e opções de lazer específicas. E a combinação e arranjo destes, entre outro elementos, possivelmente poderiam distinguir entre estes vários universos juvenis. Ou nos estudos mais recentes de Takeuti (2012) que analisa o empoderamento político de jovens do Hip-Hop trabalhando com a categoria de inventividade social e pensando as territorialidades e nomadismos possíveis, dentro de uma perspectiva deleuziana.

Guimarães (1997) debruçou-se sobre os grupos juvenis que designou de “galeras”, perpassando o mundo do funk carioca, das rinchas entre morros rivais, o fascínio, o medo e

oportunidades do tráfico, entre outras articulações, que nos auxiliaram a pensar o universo diametral dos ditos “coletivos” da expandida “classe média”, que de certa maneira perpassam nosso universo de pesquisa.

Remontando rapidamente alguns elementos do universo dos grupos juvenis brasileiros que se identificam pelo nome de coletivo, facilmente nos deparamos com os coletivos de cunho cultural, que podem unir artistas em torno de alguma produção coletiva seja de curta metragens, performances, ou festivais de vários dias de música eletrônica, embalados por drogas sintéticas e porque não dizer de seu tráfico internacional e fornecedores organizados nos países desenvolvidos, só para fazer um contra ponto provocativo com a realidade carioca.

Coletivos que ocupam predominantemente os espaços dos grandes centros urbanos, mobilizando uma juventude predominantemente de renda econômica média, incluindo os jovens que acenderam a uma condição média de consumo de bens duráveis no atual governo, boa parte possuem ensino universitário concluídos ou em andamento, são perpassados por uma cibercultura ainda incipiente, são marcados pela interatividade socioinformacional, amalgamando encontro *on/off line*, preferem usar os modos de expressão imagéticos mescladas com mensagens curtas e diretas, tem um maior acesso à informações compartilhadas entre diferenciados grupos civis nacionais e internacionais que extrapolam em muito o âmbito da família, dos amigos de trabalho e de conhecidos próximos.

Os coletivos podem ser identificados enquanto um tendência de associativismo juvenil na atualidade das capitais brasileiras, que se distancia das instituições formais como as agremiações estudantis, esportistas, partidaristas. Constituindo formas de organização que podem ser permanentes e duradouras ou efêmeras e pontuais, perpassadas pelo interesse de vivências ¹⁶ diferenciadas, que podem ocorrer em eventos específicos, sedes de projetos

¹⁶ Este termo é muito recorrente na fala dos integrantes do FdE, que pode ser usado genericamente como uma experiência geralmente presencial e coletiva em alguma atividade proposta pela rede ou especificamente para designar um período formativo dentro da proposta de sua universidade livre, que não tem aulas e sim vivências. Em nossa escrita acabamos incorporando este sentido mais genérico do termo, que aparece em alguns momentos da dissertação.

culturais e ONG's, ou mesmo em casas coletivas. São transversalizados por alguns norteadores como o da sustentabilidade ecológica, liberdade e diversidade sexual, autonomia e autogestão econômica, e horizontalidade nas relações micropolíticas, entre outros.

No caso específico do FdE, que começou como um conjunto de coletivos em torno da realização de festivais de música independentes e promoção da cultural local, e depois de sua atuação nas manifestações de junho ganhou status de um movimento social singular. O que não quer dizer que todo movimento social articulado por jovens inicia-se necessariamente através dos coletivos, nem que todo coletivo tem ambição e condição de se tornar um movimento social à rigor, assim como existem coletivos que transitam fora de pautas político-culturais específicas.

É inevitável aqui não pensar no precariado que falamos acima, pois os jovens dos setores médios da sociedade veem nestas formas de agrupamento juvenil, não só uma maneira de se fazer política, mas também uma forma de ganhar dinheiro, e fugir do desemprego estrutural e subempregos praticados nos mercados formais e informais. Várias estratégias são utilizadas por estes coletivos de jovens, seja nos “cabides” de empregos das ONG's, na corrida pelas leis de incentivo à cultura e financiamentos privados que se revertem em abonos fiscais para as empresas, ou em iniciativas coletivas independentes que reinventam mercados dentro de uma comunidade local. E na parte que nos toca, é bom lembrar da opção do ensino estendido e suas bolsas de estudo nas pós-graduações, que representam uma oportunidade de renda para muitos jovens recém formados, que foram ampliadas no atual governo e reduzidas drasticamente e sem nenhum tipo de planejamento pelas instituições de financiamento pós última reeleição.

Refletir acerca do constructo movimentos juvenis, sobre a importância política das expressões artísticas e culturais, assim como colocar na mesa para discussão a participação historicamente recorrente dos jovens de uma dita “classe média”, e indagar, mesmo que sem

respostas conclusivas, o papel desempenhado e o lugar que ocupam dentro das lutas políticas brasileiras, nos fez enfrentar os nossos próprios pre/conceitos, sobre a importância da cultura para a política, e importância desta parcela da população da qual também fazemos parte, o que torna a coisa um pouco mais complicada de analisar.

Abordar os “rebeldes sem causa”, os “filhinhos de papai” de uma “juventude transviada”, rebentos de uma tão mal vista burguesia, representam um desafio para nossas futuras análises. Justamente porque são expressões que povoam não só o senso comum, mas também perpassam nossa educação catedrática capital. Tanto que nos preocupamos em indagar, como verão no próximo capítulo, se o Fora do Eixo seria a rigor um movimento social, se sua predominância no exercício de práticas culturais poderia conter algum conteúdo político?

E nos acossam outras perguntas “perigosas”, que infelizmente fogem do escopo desta pesquisa: porquê a grande maioria das pesquisas no âmbito dos conflitos e movimentos sociais, prefere voltar os olhos para os que supostamente tem o que reclamar: os esfomeados, as minorias sociais, os favelados, os sem teto, terra e outros sem tudo? Porque deste “exagero” em esquadrihar estes grupos, produzindo discursos, conhecimentos, “verdades” a seu respeito? A quem servem nossas pesquisas? Quais os interesses e critérios de aprovação dos que as financiam?

Claro que percebemos nas escolhas dos pesquisadores, identificações com as causas levantadas por estes grupos, desejos de potencializar e empoderar tais movimentos, preocupações nas devoluções dos resultados das pesquisas para as comunidades, atitudes que procedem na maior parte das comunidades científicas que participamos e temos contato. Contudo acreditamos ser saudável eticamente refletir sobre estas perguntas.

Em suma, compreendemos que as ações coletivas de 2013 retiram da apatia política um grande contingente de jovens e parcela considerável da sociedade civil, projetando as

vozes dos movimentos juvenis organizados em e por redes socioinformacionais.

3.3 O (ciber) do ativismo

A máquina “universal” intuída por Turing tem se tornado cada vez mais uma realidade com o desenvolvimento do computador. As máquinas e seus programas têm aumentado sua capacidade de armazenamento e processamento de informações. Seu avanço técnico vem aos poucos aposentando outras máquinas, como calculadora, telefone fixo, o aparelho de som e vídeo, o vídeo game, entre outros (Levy, 1998). Com o desenvolvimento do computador, o próximo passo foi interconectá-los, para que as informações pudessem ser transmitidas entre computadores criando assim redes informacionais¹⁷.

Segundo Castells (2003), os primórdios da internet deram-se com a ARPANET, que foi estabelecida no contexto histórico da guerra fria e tinha o objetivo de interligar as bases militares e os departamentos de pesquisa do governo americano. Com o passar desse período, foi se afastando dos propósitos exclusivamente militares, após várias conurbações de redes informacionais, privatizações, redemocratizações, desenvolvimento de softwares livres aperfeiçoados coletivamente e gratuitos como o sistema operacional LINUX, até alcançarmos o advento da Word Wide Web, o nosso lugar comum “www” (Castells, 2003).

Vale notar que desde os “primórdios”, parte destas pesquisas sobre a internet eram realizadas por universitários que comungavam dos ideais libertários e toda uma contracultura¹⁸ insurgente típicas das décadas de 60 e 70, e dentro deste caldeirão cultural e político também foi adicionado o nacionalismo e empreendedorismo típicos norte-americanos

¹⁷ Essas redes são estruturas predominantemente horizontais e extremamente flexíveis formando um conjunto global de nós interligados. Segundo Castells (2001), as redes são formas antigas da atividade humana, mas atualmente estas redes ganharam novas perspectivas, velocidades, e ênfases ao converterem-se em redes informacionais.

¹⁸ As mobilizações de contracultura deste período influenciaram jovens do mundo inteiro, da geração Beat e cultura Hippie americana, algumas falanges do maio de 68 na França, a reapropriação tupiniquim com a Tropicália. Tinham como princípios gerais, a defesa do meio ambiente, luta pela paz, vida comunitária, respeito à diversidade cultural e racial, liberdade sexual, livre experimentação de “drogas”, anticonsumismo, crítica aos meios de comunicação de massa (Wikipédia, 2016).

que juntos marcaram o início desta nascente cultura informacional.

A cultura informacional ou cibercultura (Levy & Lemos, 2012) é tida como um conjunto tecnocultural que está provocando rápidas transformações sociais, políticas e culturais em nossa contemporaneidade, uma vez que “(...) modifica hábitos sociais, práticas de consumo cultural, ritmos de produção e distribuição da informação, criando novas relações no trabalho e no lazer, novas formas de sociabilidade e de comunicação social” (Levy & Lemos, 2012, p.22).

Não é de se estranhar que as ações coletivas ocorridas a partir de 2010, em vários continentes tenham sido tão presentes evocações de autonomia, autogestão, recusando a postura e modos hierárquicos, dando-se preferência às experimentações de relações horizontais de poder, elementos norteadores que ressurgem não só do contexto histórico de lutas políticas anteriores e do cenário contracultural apontado anteriormente, mas que também são ideários e práticas comuns no espaço virtual¹⁹ e contexto da cibercultura, que acabam não só reforçando mas também atualizando de maneira singular tais ideais.

Olhando para os processos históricos anteriores, é notório que acompanhado das inovações tecnológicas, ocorrem várias mudanças político-sociais, assim como se deu na criação das máquinas, seja movidas à vapor ou posteriormente a combustíveis fósseis nas fábricas, que causaram profundos reajustes nas relações econômicas, políticas e culturais europeias, seja as revoluções industriais e consequente ascensão e consolidação da burguesia e explosão dos movimentos operários.

Não que as inovações tecnológicas geram por si só mudanças político-sociais, mas torna-se difícil imaginar o desenvolvimento desses conflitos sociais sem o advento dessas criações maquinicas. Assim como hoje fica complicado explicar as ações coletivas

¹⁹ Normalmente opõe-se virtual e real, reduzindo-se o real somente à existência e localizando o virtual por seu caráter de ilusão. Entretanto, segundo Lévy (1996), a oposição ocorre entre o virtual e o atual. Considerando virtual como aquilo que em potência pode se atualizar, transformando-se em uma realidade qualquer.

contemporâneas, que rapidamente ganharam caráter de massa, ocorrendo em diversos países, às vezes de maneira articulada e simultânea, sem o advento da internet e das tecnologias informacionais ligadas à ela.

Atualmente, a maior parte das atividades econômicas, culturais e políticas estão a estruturar-se cada vez mais através de redes informáticas (Castells, 2003). Houve uma mudança radical com o advento da internet no que diz respeito ao encurtamento e criação de novos “espaços” (virtuais), ultra aceleração da percepção de tempo, adequações nos campos da moral, ética e consequentemente no âmbito do político e social (Lèvy, 2011).

Tal fato nos leva a pensar que estamos novamente atravessando por uma revolução tecnológica, principalmente no que tange ao campo da informação e comunicação. Percebam que não estamos falando de revolução social, o que envolve uma ruptura com as instituições, mudanças profundas nas leis e constituição, ou do próprio sistema político como um todo. Aparentemente as ações coletivas contemporâneas se afastam da ideia de ruptura política drástica, pelo menos a curto prazo e desconsiderando os potenciais efeitos de massa que tornam os processos políticos um tanto quanto instáveis e perigosos para os poderes hegemônicos. As propostas das redes de movimentos sociais aproximam-se mais de uma radicalização da democracia existente.

Quando pensamos nestas máquinas, nunca as concebemos como um ente isolado ou exclusivamente técnico, nos pautamos no conceito de máquina de Deleuze e Guattari (1997, 2010) que abordamos anteriormente. Neste sentido, estas encontram-se sempre acopladas umas às outras em uma espécie de sistema maquínico, onde não se pode prever precisamente seus tipos de produção. São engrenagens imateriais que movem máquinas expressivas, como o programa *Facebook* e seus aplicativos, que funcionam tanto como máquinas publicitárias, quanto produzem efeitos colaterais inesperados de máquinas de insurreição popular.

Nossas máquinas, ou melhor, softwares, já não se desgastam tanto em mover

engrenagens e matéria bruta, interessam-se mais em lidar com ideias, significados, sensações e desejos, em uma linguagem hipertextual ou HTML (Hypertext Mark-up Language), predominantemente imagética em formato multimídia que mistura palavras, imagens, sons e vídeos. Atualmente, o processo de digitalização das mais diversas informações, aliado ao compartilhamento propiciado pelas redes da internet, à nível de reprodução, difusão e democratização da informação, diferenciam-se substancialmente do legado programático, quase nada interativo, das emissoras televisivas e suas produções analógicas.

Tal acontecimento possivelmente se assemelha ao impacto social representado pela transição da tipografia para a prensa gráfica, essa com seu poder de reprodução ampliado favoreceu o nascimento dos primeiros jornais na França, em detrimento do monopólio comunicacional exercido pelo principal cliente das tipografias, a Igreja, momento muito bem retratado por Balzac, no livro *Ilusões perdidas*. O que reduz o anacronismo é pensar que no Brasil, a segunda maior emissora, TV Record, é propriedade de uma instituição religiosa e que a maior parte da programação televisiva incita o medo de um inferno terreno, medo da criminalidade, medo da falta de emprego, da crise econômica... articulado à propagação em massa de valores morais fervorosos e crença cega nas instituições policiais.

A internet oferece ao internauta, que é cada vez menos passivo expectador, uma rede ampliada de inter-relações possivelmente mais autônomas e com um grau elevado de interatividades entre seus usuários. Possui uma constituição tipicamente rizomática, com muitas linhas de fugas inicialmente desveladas em suas potencialidades políticas, situa-se em um Campo específico que ainda se encontra em disputa e construção pelos mais diversos atores sociais, tanto que no Brasil não se tem uma legislação regulamentadora consolidada, apenas em 2014 foi aprovado o marco civil da internet, dando início a esse processo.

Outro grande trunfo utilizado nas ações coletivas contemporâneas foi a possibilidade de produção e distribuição rápida de conteúdos informacionais pela rede mundial de

computadores. Porém, o usuário comum da internet nem sempre pode produzir conteúdo de maneira simples, sem depender de complicadas linguagens de programação. Foi só a partir de 2004 que se popularizou a criação de aplicativos digitais, pelas várias empresas do ramo, que facilitaram tal operação. Esse novo modelo de funcionamento onde pode-se receber, mas principalmente produzir e compartilhar, conteúdos informacionais, foi chamado de internet 2.0 (Pedroso, Martins & Milito, 2011). Expressão essa muito comum na fala dos integrantes do FdE, assim como a expressão “P2P” (peer to peer, de ponto a ponto, ou par a par).

Apesar da internet 2.0 possibilitar certa liberdade de informação, continua presa ao padrão cliente/provedor. No Brasil, a conexão à internet geralmente é feita através de provedores credenciados e esses têm a possibilidade de controlar o conteúdo dos acessos à rede²⁰. Todavia outra plataforma comunicativa, que se contrapõe à esta lógica mercadológica e de controle sobre os acessos, é justamente a P2P, que ainda se encontra em fase de testes e aprimoramento para uso em grande escala.

A plataforma P2P propõe uma nova dinâmica de produção e compartilhamento de informações, baseada na lógica solidária das redes colaborativas em uma arquitetura horizontal de funcionamento, que dispõe a seus integrantes as mesmas capacidades e responsabilidades (Stadler, 2014). Um bom exemplo é a tecnologia dos Torrents, um sistema de baixar arquivos cuja ideia básica é que um arquivo pode ser baixado somente quando o participante que está baixando também está provendo conteúdo para alguém:

Além da produção de conteúdo em grupo, o P2P possibilita a troca de informações que muitas vezes têm direitos reservados. Porém não podemos chamar isso de pirataria: é como se comprássemos um disco de música e emprestássemos para outra pessoa. Não é um fim comercial, e sim a lógica da colaboração, difusão do conhecimento e

²⁰Vale esclarecer que tais leis são uma decisão política e não uma limitação técnica, pois é possível nos conectarmos através de provedores que não sejam empresas, como um provedor caseiro, ou uma instituição pública que forneça esse serviço (Pedroso, Martins & Milito, 2011), ouvimos relatos de nossos participantes de pesquisa que também haviam outras iniciativas de resistência da sociedade civil organizada neste sentido; como ao redor de praças a vizinhança liberar seus Wi-fi para tornar esse espaço uma zona temporária de internet livre, a proposta do dia do Wi-fi livre, ou ainda possibilidades de burlar o pagamento do provedor (gatonet) e liberar a net naquela área.

democratização da informação (Pedroso, Martins & Milito, 2011, p.8).

Com o uso dessa plataforma idealiza-se a inversão paulatina do valor de troca mercadológica, pelo valor de uso por quantidades de compartilhamentos, baseados na ideia do capital social que se contrapõe ao puramente econômico. Ainda segundo Bentes (2014), a lógica P2P é mais do que uma tecnologia comunicacional, entendendo-a como um modelo de funcionamento de novos processos sociais, já que propõe um diferenciado modo de produção e distribuição de bens materiais e imateriais, desloca a noção de propriedade privada para novos regimes de propriedade do comum, os chamados commons²¹, visando também aumentar a participação generalizada de atores equipotenciais.

Para explicar estas comunicações mediadas pelas redes informacionais, Castells (2013) constrói o conceito de autocomunicação de massas, que se baseia na horizontalidade da produção e recepção das informações, que são replicadas de maneira massivas nas redes digitais à nível local e global, e entende a autocomunicação porque “... a produção da mensagem é decidida de um modo autônomo pelo remetente, a designação do receptor é autodirecionada e a recuperação de mensagens das redes de comunicação é autosselecionada” (Castells, 2013, p. 12).

Os integrantes do FdE invertem a expressão de mídia de massa, que traduz a ação comum das mídias analógicas tradicionais, para o termo “massa de mídia”, que reflete a proposta do midialivrismo onde qualquer pessoa pode produzir, reproduzir de outrem e contestar informações, deixam claro que a tecnologia utilizada por eles é de fácil acesso e simples utilização. Retórica confirmada em uma das oficinas de transmissão ao vivo que participei no FdE-JP, assim como uma oficina de curta metragem documental dada para os adolescentes da comunidade do Porto Capim, que, com seus próprios celulares, gravaram cenas locais.

²¹ Este é um conceito muito abrangente, mas de maneira resumida pode-se dizer que são recursos de uso compartilhado, que podem ser tanto de bens materiais, quanto de ideias, saberes e demais bens imateriais (Stadler, 2014).

Como vimos, as redes sociais tecidas na potência do solo virtual, popularizadas pelos sites de relacionamentos, principalmente o Facebook, estão facilitando a articulação dos protestos e sua simultaneidade de ocorrência. A crescente disseminação da internet e a dinamização proporcionada pelas redes sem fio (Wi-Fi) acopladas à telefonia móvel tem mudado o cenário dos protestos e manifestações. Em Junho de 2013, com apenas um “celular plugado”, conectado a um netbook, os ativistas do Mídia Ninja fizeram entrevistas, filmaram abusos policiais, transmitindo os eventos ao vivo pela internet, o que colaborou bastante para aumentar a indignação e potencial adesão da população.

Nas Jornadas de Junho observamos que integrantes do MPL e os Anarquistas dos “Black-blocs” conseguiam rapidamente aglomerar pequenas multidões em pontos específicos da cidade. Esse conjunto de práticas de aglomeração social temporária são denominadas de *Smart mobs*²², que podem ser feitos via redes sociais como o Twitter, que dissemina rapidamente em linguagem textual, o conhecido *Hashtags*²³ (#), e/ou telefonia móvel conectada a aplicativos de localização por satélite, onde por exemplo ativistas que estão à espera do início da passeata, localizam em sua rede de contatos os que estão em um raio próximo ao trajeto da passeata, convocando-os para a mesma.

Existe uma infinidade de práticas criativas que se utilizam das tecnologias informacionais para fins de ativismo político. Alguns autores (Cavalcante, 2010; Diniz & Caleiro, 2011; Rigitano, 2003) com fins de distinguir as formas de ciberativismo, as classificam em três modos básicos de ação: a primeira modalidade seria a de *conscientização e apoio* de determinadas causas e lutas através da difusão e replicação mediada pela internet; a segunda se daria com a forma predominante de *organização e mobilização* de determinada

²² *Smart mobs* é o termo criado por H. Rheingold para descrever as novas formas tecnológicas que proporcionam a aglomeração, ou rápido enxameamento em pontos específicos da cidade (Lèvy & Lemos, 2012).

²³ Hashtags é um tipo de Tags (etiqueta) que contem palavras-chave ou termos associados à uma informação antecedida pelo símbolo cerquilha (#), que ao se clicar em cima abre-se uma janela (hiperlink), onde se pode ter acesso ao material postado pelos usuários e participar das discussões sobre o assunto. (Wikipedia, 2016, verbete homônimo) <https://pt.wikipedia.org/wiki/Hashtag>

ação que geralmente ocorre offline, ou fora das redes informacionais em espaços públicos e afins. A terceira tem por objetivo uma *ação/reação* através do hackerativismo, que envolve tanto atos simples como bombardear de acessos um site para que ele fique entre os primeiros nos sites de busca ou elaborar sítios digitais falsos de grandes multinacionais ou de eventos como os da OMC (Organização Mundial do Comércio), a alterações não autorizadas em códigos de sistemas computacionais de bancos ou disponibilização de informações sigilosas de Estado.

Compreendemos que essa distinção atende principalmente ao propósito de separar os modos de ativismo praticados pelos hackers, o que não deixa de ser interessante, visto que atuam de maneira singular seguindo uma ética própria e tem no ciberespaço local de suas principais atuações, contudo essa prática específica ainda nos parece pouco usual e distante da realidade brasileira. Quando nos debruçamos exclusivamente sobre as especificidades do FdE, começamos a perceber que restringir o ativismo político praticado por esse movimento a uma ou duas dessas modalidades de ação que fosse, possivelmente estaríamos criando algumas construções muito artificiais.

Observando alguns documentários (Coletivo Nigéria, 2013; Pronzato, 2014; Coletivo Linha de Fuga, 2013; Wainer, 2014) produzidos sobre junho de 2013, assim como algumas transmissões ao vivo do mídia NINJA pelo seu canal do Twitter, pudemos constatar como era constante na fala de vários ativistas que foram entrevistados, negar veementemente a alcunha de “movimentos de Facebook”, “ativista de sofá”, e outras designações midiáticas como o “O gigante acordou”, “Saímos do Facebook”, “Somos a rede social”, em grande parte associados a uma mudança discursiva da grande mídia e apropriação pelos cidadãos que aderiram em massa aos protestos.

Construções narrativas que ao nosso ver mesclavam, a tentativa da grande mídia de desqualificar politicamente estas mobilizações à pouca sagacidade do cidadão em relação aos

jogos de poder comunicacionais e à espetacularização da notícia, que as replicavam e de certa maneira as recriavam ao seu modo. Todavia esses jogos estão sendo cada vez mais evidenciados pelas contra narrativas que pululam nas redes informacionais, que estão desmistificando, por exemplo, o mito da imparcialidade da notícia, desconstrução de uma suposta verdade midiática e possibilitando uma cultura imagética que facilita a percepção da manipulação da informação em capas de jornais, revistas, páginas principais de sítios na internet (Site), entre outros.

Destas gravações e depoimentos ficou a impressão que estes ativistas acabavam por criar uma contra narrativa, que admitia a importância e a potência destes instrumentos informacionais, mas que havia anteriormente às manifestações de junho um grande trabalho já trilhado, como as mobilizações de base nas escolas e periferias da cidade realizadas pelo MPL por exemplo. Alguns destes atores sociais se identificavam como o ressurgimento de uma nova esquerda e assimilavam os atos de junho 2013 com outras mobilizações à nível global sem deixar de articulá-las com as problemáticas locais. De forma semelhante os integrantes do FdE-JP posicionaram-se sobre a importância ponderada das tecnologias informacionais nas entrevistas realizadas por nós, como veremos detalhadamente mais adiante.

Reconhecemos também que a internet apesar de sua expansão, mesmo de maneira informal com os chamados “gatonets” possivelmente não computados pelos sensores do IBGE, ainda assim não atinge a maior parcela da população dos países de terceiro mundo. E boa parte do uso das redes sociais virtuais propõe-se ao entretenimento e é campo profícuo de publicidade das grandes empresas.

Em conversa informal com um dos integrantes do FdE, ele comentou que no Brasil a potência de *upload*, ou seja, de enviar dados principalmente no caso de vídeo, recurso bastante utilizado pelo NINJA, é muito baixa se comparada a potência de receber informações

(*Download*), mesmo nas bandas largas que são conexões mais velozes e caras (Entrevista 4).

Feito estas reflexões, tivemos que reequilibrar o peso e as expectativas a nível político das tecnologias informacionais em nosso trabalho. Buscando nos aproximar da contra narrativa produzida por esses ativistas e compreendendo que essa pouco se articula com as especificidades do hackerativismo, contudo apresentam traços de uma cibercultura que é intrínseca a esta nova geração de ativistas. Neste sentido é que colocamos entre parênteses o ciber do ciberativismo do título da dissertação.

Começamos a nos questionar mais sobre esta euforia tecnopolítica que, confessamos, também nos enebriou. Entendendo que apesar das facilidades que as tecnologias informacionais proporcionam para este novo fôlego de aprofundamento democrático e participação cidadã, proposto pelas mais diversas redes de movimentos sociais, temos que reconhecer que o tempo das desconstruções e construções *do político* (Mouffe, 2003) não parece acompanhar a rapidez do tempo informacional e que talvez *a política* não seja tão cosmopolita assim.

Nos momentos de maior euforia chegamos mesmo a cogitar a experiência da formação de um “Nós” a nível mundial, representado por uma rede ampliada de movimentos sociais articulada a uma sociedade civil organizada globalmente, associado a formação discursiva de um “Eles”, que englobaria as grandes corporações empresariais, instituições bancárias e sistemas financeiros, articulados com Estados que funcionam predominantemente a serviço do capital e minimamente representam os interesses da Sociedade Civil.

Nos baseamos em uma palavra de ordem que através da hashtag #Somos os 99% percorreu vários países em conflito político, inclusive no Brasil. A reconhecemos como um discurso válido partindo do âmbito disruptivo *do político* e seu antagonismo de base, que de certa maneira assume características mais universais. Porém, dentro de um âmbito local percebemos que esta unidade de um “nós” global é um tanto quanto frágil, dado a diferença

das políticas praticadas em cada país, do grau de maturação da cidadania de cada população, ou mesmo do nível de desenvolvimento e acesso às tecnologias informacionais.

Apesar das conquistas exemplares ocorridas na pequena Islândia, que nacionalizou bancos, recusou-se a pagar a dívida externa, processando os governantes corruptos e a máfia dos banksters, e promulgou o que rotularam de wikiconstituição, pois esta nova constituição foi elaborada com a participação dos cidadãos via internet (Castells, 2013), ou da recente experiência do partido espanhol Podemos, que conseguiu desbancar partidos tradicionais e curiosamente obteve financiamento para as campanhas eleitorais através do *crowdfunding*, que basicamente são *softwares* de auto financiamento civil. Ciberculturas políticas que nos parecem muito distantes da realidade política brasileira, que ainda tem como prioridades acabar com o monopólio comunicacional e lutar contra uma perigosa onda reacionária de um conservadorismo atroz que desafia nosso poder de produzir contra narrativas convincentes, com capacidade de “viralizar” pelas redes informacionais.

4. Os movimentos do Fora do Eixo

Com intuito de pontuar alguns momentos importantes no processo de formação política destes atores sociais, e demarcar a transição do circuito FdE para o movimento social FdE, selecionamos três momentos: abordaremos o momento de empoderamento inicial do FdE no circuito de festivais independentes, que nos diz de uma frequente estratégia política utilizada e amadurecida pelo movimento ao longo de sua trajetória. O segundo momento ocorreu nas Marchas da Liberdade, quando o movimento FdE entrou em confluência com um grande número de coletivos e movimentos sociais, expandiu e estreitou algumas conexões, mas também enfrentou muitas críticas destas mesmas redes de movimentos sociais, assim como foi desenvolvido nestas marchas a ideia inicial do que viria a ser a mídia NINJA em 2013. O terceiro momento ocorre após as Jornadas de Junho de 2013, com as críticas impactantes articuladas por grandes empresas midiáticas, que visavam desqualificar o FdE.

Um dos primeiros momentos delicados politicamente para o FdE, ocorreu quando ainda estava se afirmando como circuito cultural. Em 2010 há uma aproximação maior do então já estruturado FdE e da Abrafin (Associação Brasileira de Festivais Independentes), no início de 2011 os cargos de presidência foram ocupados por integrantes do FdE, o que gerou uma sobreposição entre estas duas entidades. Situação esta que provocou uma crise de representatividade na Abrafin, que culminou com a saída de 13 festivais importantes de seu quadro esvaziando a associação (Bragatto, 2012).

A ABRAFIN não é e jamais deverá ser Fora do Eixo. Com erros e acertos, o Fora do Eixo é uma das diversas possibilidades no trabalho com a música independente brasileira. Não é a única. Infelizmente, nos últimos anos, houve uma indevida sobreposição entre as duas entidades. O fato desta reunião da ABRAFIN estar

acontecendo dentro de um Congresso Fora do Eixo é prova irrefutável desta sobreposição. A opinião pública, obviamente, tem sido incapaz de diferenciar ABRAFIN e Fora do Eixo. Cabe à ABRAFIN se desfazer deste erro e voltar a lidar com a multiplicidade de enfoques que existe em seu arcabouço. (Carta do grupo dos Treze, 2011)

No final de 2011 os dirigentes da ocasião que eram do FdE, optaram pela dissolução da Abrafin e por um redirecionamento estratégico, conforme explica o vice presidente Pablo Capilé em entrevista para Folha de São Paulo; “deixa de ser associação de classe e passa a ser uma rede” (fev, 2012) passando a se chamar Rede Brasil de Festivais, coordenada até hoje pelo FdE. Esta situação demonstra não só o empoderamento do FdE que dissolve a Associação Brasileira de Festivais, mas também antecipa uma estratégia política que será frequentemente utilizada pelo movimento, que é a ocupação de espaços de poder. Como coloca Talles então presidente da Abrafin em resposta a pergunta de como o FdE tinha chegado ao poder nesta instituição:

....Ou seja, o Fora do Eixo é um processo de formação de gestores não apenas para a ABRAFIN, mas para qualquer associação ou entidade que tenha um fim público e não privado, e esta ocupação de espaço vem acontecendo em diferentes campos. Hoje diversos quadros que passaram pelo processo de formação do Fora do Eixo ocupam espaço no poder público e em outras associações... Temos dezenas de quadros do Fora do Eixo em conselhos municipais e estaduais de Cultura e de Economia Solidária, em cargos em associações municipais e estaduais, em Programas Públicos como o Música Minas, ou seja, o trabalho de formação política do Fora do Eixo capacita as pessoas a entenderem melhor o setor público e a iniciativa associativa. (revista Rock em Geral, 2011, p.5)

Esta proposta é endossada pelo Pcult, no sentido de uma participação ativa nas políticas públicas, entretanto a ocupação de cargos públicos e as relações com as políticas institucionais e partidos políticos, vão se complexificando com o passar do tempo e exigindo do movimento alguns reposicionamentos e reconsiderações, que abordaremos mais a frente.

Nas Marchas da Liberdade o FdE começou a adaptar seus equipamentos de transmissão ao vivo, que antes eram utilizados pra transmissão de seus festivais culturais, e agora serviriam também para transmissão de protestos públicos. Um dos protótipos foi o carrinho da Pós-TV, que buscava resolver o problema de autonomia energética, pois continha um gerador de energia, além dos equipamento de som e vídeo, tripé, computador conectado à internet, caixa de som e megafones, tudo acoplado em um carrinho de supermercado. Ideia que rapidamente percorre os vários pontos da rede FdE.

... a gente fazia a transmissão botando um som dentro da marcha, tá ligado, a gente ia para a marcha da Maconha, marcha das Vadias, marcha da Liberdade, marcha Gay a ... aaa marcha LGBT, então tipo assim, a gente pegava o carrinho preparava ele, no caso pintamo ele todo de rosa, botamo umas bolas, amarramos uns trecos ... <isso em Sampa?> hãram, no Rio fizemos a mesma coisa, em Brasília a galera também ... cada cidade tinha seu carrinho lá que tinha essa função. (Entrevista 2, 2014)

Todo este aparato, ao longo de suas participações como midialivristas nos protestos, se reduziu em 2013 para o ágil kit NINJA: mochila com laptop que funciona como bateria, smartfone e internet 3G móvel. Este Kit se adequou muito bem às condições das ações coletivas de 2013, pois se acirrou a violência policial aumentando o número de detenções temporárias de manifestantes, onde inclusive um mídia ninja foi preso, e gravou todas as arbitrariedades e truculência do processo, o que viralizou na internet.



Figura 2. Protótipos NINJA, fonte: Site oficial do FdE

Observando as fotos acima, percebemos na primeira uma estética mais próxima de seu momento circuito cultural. E a segunda foto reflete mais claramente, a construção de sua plataforma ativista atual, que entendemos entrar em uma melhor ressonância com as ideias construídas por esta rede de atores sociais, que desde 2011 vem buscando afastar-se das estratégias de luta que se assemelhem às estratégias partidárias, como o carro de som por exemplo, ou ainda que facilitem o despontar de lideranças, sobrepondo-se às estratégias horizontais como a do microfone humano, que tenta democratizar a fala e dificultar a localização dos oradores pelas forças repressivas. E o carrinho de som da Pós TV, neste sentido andava na contramão destas estratégias mais horizontais.

Depois de uma maior interação com as variadas redes de resistência e luta que participaram das Marchas da Liberdade, adequaram não só seus equipamentos às novas condições, mas também se viram acossados pelas várias críticas que receberam destes variados atores, forçando uma maior politização de seu discurso, de sua atuação como medialivristas, e posicionamento enquanto ator social, como veremos abaixo.

No contexto das Marchas da Liberdade, algumas das principais críticas ao FdE foram registradas em detalhes por Ortellado e Parra (2013), que buscando entender estas ações coletivas, organizaram algumas discussões travadas em sites e blogues. Estas discussões expõem críticas em torno do funcionamento do FdE e suas participações nestas marchas, assim como as respectivas defesas dos integrantes e apoiadores do FdE. Dentre estas, faremos um rápido resumo das críticas e defesas que consideramos mais importantes, visto que elas nos auxiliam consideravelmente na compreensão do delineamento deste “Nós” do FdE.

As críticas disparadoras são feitas pelo coletivo Passa Palavra, que coloca que nas Marchas da Liberdade houveram por parte de alguns grupos, uma sobrevalorização das reivindicações por direitos individuais, como o da descriminalização das drogas, e outras demandas culturais e identitárias que deixavam pouco espaço para as “reais” disputas

políticas, além das subseqüentes pulverizações de pautas consideradas neutras politicamente. Assim como de novas empresas e ONGs dos setores culturais, com foco na publicidade virtual e com interesses econômicos implícitos, da qual o Fora do Eixo foi o exemplo emblemático. Com seu ativismo empresarial e sua perigosa proximidade com as táticas de marketing, ou de funcionarem como a juventude do PT. Críticas também foram tecidas sobre sua proposta política do pós rancor²⁴, que abusaria da objetividade e da realização de projetos a qualquer custo, em detrimento das análises mais críticas e aprofundadas (Ortellado & Parra, 2013).

Outras críticas que perpassavam o horizonte teórico marxista, também foram lançadas: como a falta de remuneração dos artistas e de seus integrantes entendida como exploração trabalhista. Desqualificaram a noção de precariado, que não chegava a substituir os verdadeiros proletariados e suas lutas de classes contemporâneas, pois não era uma luta simbólico virtual e bens imatérias, mas sim por uma crise econômica que refletia em prejuízos bem materiais (Ortellado & Parra, 2013).

Os argumentos de defesa encabeçados por Claudio Prado, e Ivana Bentes docente da UFRJ e atual Secretária da Cidadania e Diversidade Cultural do Ministério da Cultura, passam principalmente por identificar tais críticas como exemplo crasso do rancor político, que busca despotencializar as novas dinâmicas sociais e culturais que se apropriam das tecnologias para fazer política. E através da economia solidária, trabalho colaborativo e compartilhado, poderiam vencer o desemprego e a crise econômica, ajudando a subverter a própria noção de propriedade, vide as lutas em torno do direito autoral e favor dos códigos abertos e livre tráfego de informação e conhecimento (Ortellado & Parra, 2013).

Outros argumentos apontam para criação de novos mercados comuns e solidários,

²⁴ Segundo o já septuagenário Claudio Prado um dos mais intensos colaboradores do FdE, o termo pós rancor que ele mesmo cunhou, significa travar uma política sem a marca do fundamentalismo seja de direita ou mesmo de esquerda, que também nutre um rancor que mistura indignação mais fundamentalismo teórico. E acrescenta que uma saída interessante para os movimentos sociais, seria a entrada no século XXI turbinados pela cultura digital, que representa o antídoto mais subversivo hoje para o “veneno” do capital, e brinca dizendo que Marx hoje, não seria marxista mais sim um Hippie Digital. (Ortellado & Parra, 2013)

inventando formas novas de gerar renda, que passam pela utilização das tecnologias digitais, e por que não, pelo auxílio e incentivo financeiro de políticas públicas, já que são públicas. Criticando: o puritanismo político que evita se contaminar com a política institucional, a não superação do vício nas relações patrão-empregado, assujeitamento padrão da carteira assinada e salário sempre mínimo articulado ao mito da estabilidade financeira, e manutenção do medo criado pelos anunciadores do apocalipse. Apontando que muitas destas experimentações sociais são recentes e ainda não seria possível ter uma noção precisa do processo, principalmente para quem os está vivenciando. Apostando que as novas lutas se dão dentro do sistema e utilizando das armas que o próprio capitalismo possibilita, utilizando-se das tecnologias de rede para pautar a grande mídia, para pautar as políticas públicas (Ortellado & Parra, 2013).

Quanto as críticas da grande mídia, que dentro do contexto das ações coletivas de 2013 é colocada em xeque pela rede de movimentos sociais, e por isso contra-ataca. Primeiro com a estratégia de colocar o MPL como os rebeldes sem causa, que lutam por centavos de que não precisam, o que foi rapidamente refluído pelas mídias sociais em favor do movimento, depois articula a criação midiática do vândalo, que logra maior eficiência, pois esbarra no tabu da violência e do medo do caos social, que tem suas raízes no pacto social hobbesiano.

Para num terceiro momento colocar na berlinda o FdE, que cai nas graças e garras dos programas de entrevista, telejornais, e outros noticiários espetaculosos e novelescos que atingem tanto o grande público, como elites sociais em seus programas de TV fechada, revistas “socialites” e espaços na própria web. Onde por exemplo, convocam os comerciantes e empresários de Cuiabá, cidade onde “nasce” o FdE, para falar das supostas dívidas e calotes praticados por seus coletivos. Buscam o depoimento de ex-integrantes que tiveram vivências ruins nas casas FdE, ou evidencia músicos que anteriormente já se opunham à lógica de

trabalho do FdE, projeta a voz de jovem cineasta que teve seu filme “explorado” pelo movimento, entre outros exemplos mais toscos como o boato de que as meninas do movimento eram incentivadas a só namorarem integrantes do próprio movimento. Notícias que exercem um forte poder de desqualificação dos movimentos, simplificação da conjuntura político social, e a moralização da opinião pública.

Um de nossos participantes da pesquisa brinca que o FdE passou por algumas fases: a do anonimato, a fase “pop”, quando eles são descobertos pela mídia, e a fase “trash”, onde todo mundo resolveu falar mal e apontar somente os erros, e depois que sobreviveram a esta fase viraram “cults” (Diário de campo). Neste momento ri junto com ele, e acrescentei que até estavam dando “entrevistas” pra faculdade. Mas depois refleti à cerca da nossa própria produção de saber sobre aquele grupo de jovens, de suas diferenças em relação às produções midiáticas e das narrativas que tem por base a simples opinião. E da responsabilidade de nossos escritos, que apesar da maioria de nossas publicações terem pouca circulação, ainda sim são empoderadas socialmente quando acessadas.

4.1 Organização política e estrutural

Durante o segundo Congresso Fora do Eixo que ocorreu em 2009 no Acre, foi elaborada uma Carta de Princípios, e no mesmo ano um Regimento Interno (Site oficial do FdE, 2014) que busca nortear o funcionamento das redes do Fora do Eixo, e explicar seus modos de organização. Conforme o organograma abaixo, sua organização política pode ser dividida em três categorias: 1) Organizações e Pessoas; 2) Instâncias representativas e executivas e 3) o Ponto de Articulação Nacional (PAN) e Internacional.

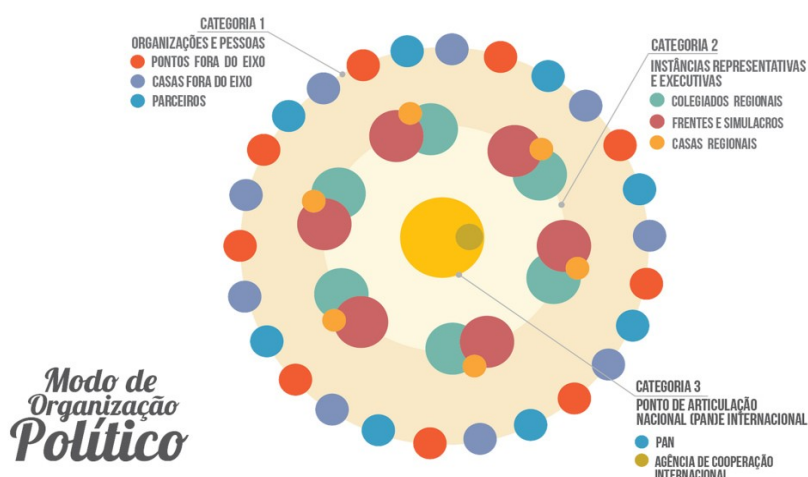


Figura 3. Fonte: Site oficial do FdE

Buscando simplificar estas categorias, podemos entendê-las por suas territorialidades, que se dão no âmbito nacional através do PAN que é representado principalmente pela casa FdE-SP, que funciona como se fosse uma central operacional de toda rede. A segunda se dá no âmbito regional, onde temos as casas FdE Amazônia em Belém, em Porto Alegre a Casa FdE Sul, a Casa FdE Minas em Belo Horizonte, e a Casa FdE Nordeste sediada em Fortaleza, em 2013 foi inaugurada a Casa das Redes em Brasília com a função de ser uma embaixada de representações de todas as redes, e recentemente no início de 2015 foi inaugurada a Casa Coletiva no Rio de Janeiro.

Em articulação com as Casas Regionais temos diversos coletivos que compõe o cenário local nas cidades, que podem se posicionar como pontos FdE, ou se organizar e transformar-se em Casas FdE locais, como é o caso das casas de Juiz de Fora, Bauru, Pelotas e a Casa Mundo em João Pessoa na Paraíba, que compõe o cenário de nossa pesquisa. E cada casa ou ponto FdE, acaba abrindo um grande leque de parceiros que auxiliam em seus projetos.

As instâncias deliberativas, onde são tomadas as decisões sobre os impasses e rumos

do movimento, dividem-se em Imersões FdE, que acontecem uma vez no ano e são coordenadas pela Universidade FdE, o Congresso FDE que é a instância máxima deliberativa presencial, normalmente existem etapas deliberativas regionais que organiza suas questões locais para encaminhar para a etapa nacional, e as reuniões gerais virtuais, que ocorrem pela listas oficiais de e-mail e Skype. As decisões acontecem pela forma do consenso entre os coletivos, caso não ocorra, a questão será votada e aprovada por maioria simples.

O modo de organização estrutural, busca sistematizar o funcionamento do movimento como um todo, e serve de base também para demarcar algumas das funções existentes nas casas FdE. O funcionamento se dá por três frentes, que se interligam e buscam funcionar em rede: As frentes temáticas, produtoras, e mediadoras ou Simulacros.



Figura 4. Fotografia do modo de organização estrutural colado na parede FdE-JP.

Diante dessa diversificada estrutura organizativa, procuramos descrever parte dos núcleos e projetos que despertam maior interesse para nossa pesquisa. Todos estes núcleos buscam uma organicidade pautada na ideia de redes produtoras e colaborativas entre si, valorizando a coletividade e solidariedade entre os núcleos:

O Fora do Eixo é uma rede colaborativa e descentralizada de trabalho constituída por coletivos de cultura pautados nos princípios da economia solidária, do associativismo e do cooperativismo, da divulgação, da formação e intercâmbio entre redes sociais, do respeito à diversidade, à pluralidade e às identidades culturais, do empoderamento dos sujeitos e alcance da autonomia quanto às formas de gestão e participação em processos sócio-culturais, do estímulo à autoralidade, à criatividade, à inovação e à renovação, da democratização quanto ao desenvolvimento, uso e compartilhamento de tecnologias livres aplicadas às expressões culturais e da sustentabilidade pautada no uso e desenvolvimento de tecnologias sociais. (Preâmbulo 1, Carta de princípios, 2009)

As frentes temáticas são formadas por agentes FdE e externos à rede, que mobilizam e fomentam o cenário artístico e cultural local, assim como projetos já desenvolvidos pela rede FdE, representadas pelos núcleos de Música, Cinema, Palco (cenário das artes cênicas), Poéticas Visuais (fotografia, designer, grafite), Ambiental (permacultura, movimentos ambientalistas, sustentabilidade), entre outras. Das quais destacaremos o Partido da cultura (PCULT), NINJA e Pós TV, que são frentes temáticas criadas por demandas internas do movimento, e que dialogam muito estreitamente com os Simulacros da mídia e do partido que abordaremos na sequência.

Apesar do nome, o PCULT não é de modo algum um partido político aos moldes tradicionais. Funciona mais no sentido de tomar partido e lutar pelas questões culturais e de interesse do movimento junto a outros atores sociais, buscando dialogar com órgãos da política institucional e opositores políticos. Alçaram lutas que perpassam a democratização e regulamentação dos meios de comunicação, monopólio comunicacional, marco civil da internet. Outro significado para o PCULT dado pelos integrantes do FdE-JP, contempla também o campo de uma política do cotidiano praticada nas Casas FdE, em suas inter-relações grupais e a proposta de vida coletiva (Entrevista 1 e 3, 2014).

As narrativas integradas de jornalismo e ação (NINJA) pertence à parte do núcleo de

comunicação, que depois das jornadas de 2013 este experimento de midialivrismo ganhou um corpo bastante expressivo dentro do FdE, e funcionou como vitrine do movimento para o público em geral. Esse núcleo é responsável por integrar várias plataformas de comunicação livre, buscando mesclar narrativas de jornalistas, blogueiros, midiativistas, veículos comunitários entre outros comunicadores.

Percebemos pelo site oficial do movimento, que a sigla NINJA pode variar o significado do “IN”, que tanto pode ser chamada de narrativas “integradas” quando se refere à frente temática do modo de organização, quanto narrativas “independentes” que estão mais relacionadas às atividades da mídia NINJA propriamente dita, com sua maneira peculiar de cobrir as manifestações e protestos. O termo “jornalismo e ação”, da sigla, também promove reflexões. Já que dá a ideia que além de jornalismo ele é *ação*, não só pelo *de* fato dos midialivristas que cobrem os protestos estarem em movimento, mas também por causa de uma ação política declaradamente contra-hegemônica.

Atualmente a Mídia NINJA fez uma parceria com um portal internacional de notícias online chamado Oximity, onde plataformas comunicacionais de todo mundo publicam suas notícias e nesta página se auto intitulam como:

Somos uma rede de comunicadores que produzem e distribuem informação em movimento, agindo e comunicando. Apostamos na lógica colaborativa de criação e compartilhamento de conteúdos, característica da sociedade em rede, para realizar reportagens, documentários e investigações no Brasil e no mundo. Nossa pauta está onde a luta social e a articulação das transformações culturais, políticas, econômicas e ambientais se expressa (Oximity, 2015).

A Pós TV é um dos canais de comunicação do movimento com o público geral, como o próprio nome sugere em tom provocativo, ele funcionaria como uma alternativa à programação televisiva tradicional. Nos moldes das Tvs abertas online (webTv), oferece uma programação bem variada, que busca manter uma certa constância de apresentações, que

inclui programas como: o Supremo Tribunal Liberal, que consiste em colocar um sofá em plena paulista e conversar com transeuntes na madrugada; Segunda Dose, que aborda a temática do uso e regulamentação das drogas; Firme no Blindão que busca interagir com as vozes da periferia, entre outros.

Além de manter estes programas, a Pós TV também serve de canal para as transmissões ao vivo dos festivais de música, conversas expositivas e por vezes auto reflexivas sobre o próprio movimento e suas atividades, assim como promover rodas de conversas sobre temas de interesse público, que geralmente não são contemplados pela grande mídia: entrevistas com ativistas, políticos profissionais, presos políticos, entre outros atores sociais locais. Além das transmissões ao vivo das manifestações e protestos, que desde as marchas da liberdade em 2011 tem ocupado lugar de destaque na programação, que geralmente são divulgadas no Facebook, Twitter, Youtube e Instagram.

As frentes produtoras são as redes responsáveis por realizar na prática as demandas das redes temáticas do FdE. Temos os núcleos ligados a produção de eventos da rede, o núcleo ligado ao agenciamento, responsável por fechar propostas comerciais, captação de editais públicos e privados, fechamento do shows, marketing comercial, núcleo responsável pela distribuição e comercialização de produtos em banquinhas FdE, entre outras iniciativas que cada casa FdE é estimulada a criar para gerar sua autossustentabilidade e auxiliar a rede como um todo, como manter produtoras de discos, casas de show, estúdios de gravação entre outras iniciativas.

Por último, temos as frentes mediadoras, também chamadas de Simulacros²⁵, que cumprem a função de interligar e manter o fluxo entre as frentes produtoras e temáticas. Ao

todo são quatro Simulacros; a Universidade, o Banco, a Mídia e o Partido, que descreveremos

²⁵Não podemos deixar de mencionar o conceito de simulacro de Baudrillard (1991), que se popularizou entre os jovens, pois serviu de inspiração para o filme Matrix, inclusive o livro aparece em uma cena do filme. Esse conceito está ancorado nas discussões epistemológicas e críticas sobre a noção de representação; “Enquanto a representação tenta absorver a simulação interpretando-a como falsa representação, a simulação envolve todo o próprio edifício da representação como simulacro.” (p.13). A representação partiria do princípio da equivalência entre o signo e o real, e o simulacro entende o signo como destruidor de toda e qualquer referência.

abaixo.

O Simulacro da Universidade FdE compõe um núcleo educacional conduzido pelo método experimental de formação livre, que reconhece que as trocas de conhecimento dentro dos coletivos e da rede em geral, representam um campo de saber válido. Este saber seria gerado pelos problemas a subsequentes soluções criativas, pela experiência do trabalho colaborativo e em rede, pela expertise de pessoas ou coletivos que se aprofundam em determinadas áreas.

Este conhecimento gerado é sistematizado e transformado no que eles chamam de tecnologias sociais²⁶, que podem ser compartilhados e replicados em outros coletivos e parceiros da rede, e ser aperfeiçoado pelos usuários. A principal forma de transmissão de conhecimento são as vivências práticas em algum projeto ou experiência nas casas FdE, os “viventes” são estimulados a percorrer os circuito destas casas coletivas. Existem outros “campis”, como eles denominam, fora do país como em Cabo Verde onde a universidade FdE é reconhecida pelo governo, aqui ainda está em debate sobre a possibilidade de inclusão no sistema educacional brasileiro. (Pós-Tv/universidade, 2013)

O Banco é norteado pela economia solidária e por projetos de auto sustentabilidade. Administra a economia social e monetária da rede, buscando o equilíbrio das mesmas, assim com dos fundos e investimentos do movimento, e do fluxo entre os caixas coletivos das casas FdE. Pode administrar algum grande financiamento público ou particular, e quando necessário pode mesmo realizar empréstimos com juros em card, ou intermediar serviços entre parceiros.

Tem como projeto experimental a moeda social chamada de “Card”, que é usada de forma complementar seja em eventos, trocas de serviços e produtos. Um dos integrantes resume bem a sua função prática: “o card serve muito bem para regulamentar a brodagem”

²⁶ As tecnologias sociais são um conjunto de ferramentas gerais e/ou facilitadores de tarefas específicas em formato multimídia, que se condensam em um arquivo digital que pode conter por exemplo, modelos de tabelas e planilhas, cartilhas, ou textos ilustrados com o passo a passo de algum processo técnico ou burocrático, tutoriais em áudio e vídeo, banco de fornecedores e contatos, entre outros. Estas tecnologias são construídas de forma colaborativa e disponibilizadas na Internet de forma gratuita.

(Entrevista 1, 2014), como “brodagem” entendem o sistema de troca de favores (serviços) entre amigos e parceiros, ou em um projeto coletivo comum ou mesmo distinto. A maior parte das transações bancárias FdE é realizada na forma de cards, o que facilita a realização dos projetos do grupo como um todo, pois a ideia básica é que o banco intermedie estas redes de ajuda entre os coletivos, funcionando como um eficiente mecanismo de autogestão e financiamento entre os integrantes da rede, que segundo Capilé (Roda Viva, 2013) se somado é maior que o financiamento público, que apesar de representar grandes valores os editais são inconstantes.

Esta moeda complementar é recorrentemente utilizada nos festivais, em transações internas e redes parceiras externas, podem ser convertidos em real, o que é raro, ou na compra de algum produto em estabelecimentos comerciais credenciados à rede. Assumir forma impressa, ou como extratos de card que são atualizados virtualmente pelo banco. Cada casa regional adota um nome para o card, no caso da casa de João Pessoa a moeda provocativamente chama-se Mundo Real.



Figura 5. Cédula da moeda complementar utilizada pelo movimento.

O núcleo do Centro Multimídia, ou simplesmente mídia, busca desenvolver e unificar a comunicação e atividades afins em todo o circuito. Através da ideia de Rede Social Fora do Eixo, busca trazer a impressão para financiadores e parceiros, que essa rede ampla e ramificada funciona como uma ótima forma de divulgação do trabalho artístico, cultural e também de marcas e empresas. Responsável também pelo incentivo de criação de plataformas de mídias independentes nas extremidades das redes, incentivando o desenvolvimento dos

pontos locais e consequentemente interferindo e dando voz à discursos e culturas locais, ajudando a denunciar descasos do poder público e outras injustiças sociais que podem gerar um eco a nível regional e até nacional através do ciberespaço.

O simulacro da mídia surge da iniciativa de alguns integrantes em expandir as coberturas para além dos eventos da própria rede, pois muitos deles eram egressos, estavam cursando ou haviam concluído a faculdades de comunicação. E estas transmissões focavam no que eles julgavam não estar sendo amplamente debatido, ou mesmo ocultado na grande mídia, valorizando também os assuntos de interesse local, que por não dar muita audiência são desprezados. Entendendo que a soma destas micro audiências publicizadas por suas várias mídias locais, acabam gerando um impacto expressivo e diversificado. Que acreditam colaborar para a pluralidade da notícia e democratização da mídia. (Pós-TV/mídia, 2013)

A proposta do simulacro do Partido FdE busca orientar uma política interna e abrir diálogos com outras instâncias externas ao movimento, ampliando a influência no cenário institucional privado e governamental. Uma destas ações tem sido estreitar as relações e trocar experiências com os Pontos de Cultura do Governo Federal. Os integrantes do partido das casas regionais tem a responsabilidade de integrar e estimular a coesão, do que eles chamam de arranjo coletivo local, que compreende as pontas das redes, os coletivos menores e sua rede de negociação, almejando que todos os núcleos da rede, mesmo os menores, funcionem em uma maior harmonia e coerência com os princípios compartilhados por todo o grupo.

Procura também responder às críticas e difamações através de notas e prestações de contas em seu portal de transparência, criado recentemente após severas críticas recebidas pela grande mídia. O PCULT, que é a frente temática que dá forma a esta proposta de simulacro, tem como norte o diálogo amplo com os diversos setores da sociedade, sejam do poder público, sociedade civil organizada, iniciativa privada, partidos à direita, centro, ou de esquerda, grupos do centro ou periferia. Em resposta à pergunta se havia intenção do FdE

tornar-se um partido formal, feita por um internauta, uma das integrantes mais orgânicas do movimento afasta esta ideia e acrescenta que “ a ideia é conseguir fazer um amplo diálogo de sociedade, porque projeto de sociedade não tem como se fazer no gueto” (Pós-TV/Partido, 2013, 25'38").

4.2 Discutindo as redes do movimento e fixando as primeiras categorias

Entendemos que o ativismo político desenvolvido em um movimento social, ocorre de maneira difusa. Ele é mais visível em suas ações públicas externas ao movimento, em suas articulações com a sociedade civil, mercado e Estado. Contudo o ativismo manifesta-se também na organização interna do movimento, em suas práticas cotidianas e vivências grupais, forjando construções identitárias, e provocações a nível das subjetividades envolvidas neste processo de formação política endógena.

A partir desta concepção de ativismo faremos uma análise geral das redes FdE. Achamos interessante separar as redes internas do FdE, das redes que se projetam para o exterior do movimento. A primeira categoria irá problematizar seu modo de organização interna, juntamente com a proposta de horizontalidade de suas redes. Quanto as redes externas ao movimento abordaremos suas relações com o Poder Público (Estado), e Sociedade Civil Organizada. Entendendo que o conteúdo destas categorias transversalizam os processo de subjetivação e formação identitária dos integrantes do movimento a nível local.

4.2.1 Redes internas

Percebemos que há um esforço constante do próprio movimento em se repensar e ao mesmo tempo projetar-se socialmente enquanto um grupo, que procura funcionar como uma rede interna flexível, integrada e descentralizada. Características que iremos problematizar abaixo.

A característica de flexibilidade destas redes internas, deve-se em larga medida ao seu

grande crescimento que ocorreu em um curto período de tempo. Em 2012, a rede Fora do Eixo registrou 122 coletivos FdE, 5 Casas e 400 coletivos parceiros, em 2013 são 91 Coletivos FdE, 18 Casas, e 650 coletivos parceiros, atuando em pelo menos 300 cidades com seus festivais musicais e outros eventos (Site oficial FdE, 2013). Compreendemos que este aumento exigiu bastante plasticidade do movimento para tentar dar suporte e buscar articular este novo contingente. Tarefa que continua em andamento, segundo conversas na casa FdE-JP que mencionaram a importância de mapear, rearticular e aproximar os pontos e casas FdE do Nordeste (Diário de campo).

Inclusive é interessante notar que depois desde aumento de casas, nos anos subsequentes muitas destas casas fecharam suas portas e voltaram a ser um ponto FdE ou encerraram completamente suas atividades na localidade. Como foi o caso das casas FdE-Bauru, FdE-Juiz de Fora, FdE-Anápolis, entre outras, incluindo a FdE-Natal, que em conversa informal com uma das moradoras desta casa no período exploratório inicial da pesquisa, inclusive reclamou da total desassistência do movimento, “sempre muito atarefados”, principalmente no momento de crise financeira da casa FdE-Natal. Ainda não foi divulgado oficialmente nenhum senso do movimento depois de 2013.

Em conversa na Casa Mundo-JP com pessoas que moraram em casas FdE de outros Estados, pois a circulação dos integrantes do FdE é grande entre as casas, pudemos perceber que nem todas as casas FdE tem o mesmo formato e funcionamento. Por exemplo, algumas casas não funcionam com hospedagem, podem funcionar só como escritório e produtora de discos, como é o caso da casa de Fortaleza, assim como as que eram Casa FdE podem voltar a ser Pontos FdE como é o caso do FdE Cajazeiras, no interior da Paraíba. Inclusive existe rumores da casa FdE-JP, que atualmente é um ponto articulador no Estado da Paraíba, transforme-se em uma casa regional, tornando-se referência para os outros pontos articuladores de toda região Nordeste.

Outro elemento que força esta flexibilidade é a diferença de suas frentes temáticas que variam de casa para casa FdE, exigindo que cada coletivo e casas FdE se adéquem tanto ao cenário cultural local, quanto às propostas unificadoras do movimento como um todo. Observamos pelas páginas e sites do movimento que existem eventos e frentes temáticas mais recorrentes nos grupos, como é o caso do Grito Rock, semana do audiovisual (SEDA), Pós-TV, NINJA, Domingo na Casa, que também são os mais comentados e realizados na casa FdE-JP.

Este experimento da diversidade na unidade, passa pelo estímulo à autogestão e um grau elevado de autonomia administrativa de cada núcleo em gerenciar suas próprias atividades, aliada à construção do entendimento que a potência de realização do grupo se dá pela ação integrada entre os vários coletivos e casas FdE. A integração desta heterogênea rede de coletivos e casas representa um desafio constante para o movimento.

Sua integração organizativa passa muito pela proposta de articulação de suas quatro frentes mediadoras, ou Simulacros. Estes núcleos elaboram mecanismos de sistematização, mapeamento, pesquisa, comunicação e dinâmica entre integrantes e coordenações institucionais do FdE. Buscam democratizar as tecnologias e decisões aprovadas pelos membros da organização, funcionando como agentes transversalizadores de todas as redes do movimento, podendo preencher alguma lacuna das outras frentes da organização.

A integração do grupo também é instigada pelas várias práticas colaborativas entre os núcleos. Uma em especial nos chamou à atenção, o “empréstimo” de CNPJ entre os coletivos, em 2010 dispunham de pelo menos 57 CNPJs de vários tipos; editora, produtora, bar, ONG, Oscip, associação, que são utilizados de forma coletiva pelo grupo (Torturra, 2011). Existe um incentivo do movimento através do banco FdE, que criou a plataforma Legalize-se, que esclarece a burocracia facilitando que estes núcleos a formalizarem-se juridicamente, já que o

CNPJ é uma condição para o repasse de verbas do poder público e iniciativa privada (Cartilha Formalize-se FdE, 2014). Esta iniciativa ajuda que o grupo como um todo, possa participar do maior número de editais possíveis.

Quanto à proposta de redes integradas e flexíveis, pensamos que o FdE consegue conduzir um equilíbrio interessante, principalmente com o auxílio das tecnologias informacionais que potencializaram estas experiências, reflexão que inclui o FdE-JP. Contudo tais tecnologias não tem conseguido auxiliar nas questões de horizontalidade estrutural do movimento, que com seu grande crescimento, acabou por acelerar também alguns processos de hierarquização, formação e reafirmação de algumas lideranças.

Com a criação das casas FdE- RJ/SP, a ideia territorial que dá nome ao movimento cai por terra, pois agora o movimento transita pelo eixo, e inevitavelmente estas casas por estarem nos corações econômicos do país, acabam recebendo maiores estímulos e demandas, assumindo certo destaque em relação a outras casas da rede. Não que o FdE deixe de funcionar como redes distribuídas, até porque o maior filão da cultura que eles trabalham é cultivado fora do eixo RJ/SP, neste sentido eles ainda continuam fora da indústria cultural de massa, fora dos grandes monopólios das gravadoras, transitando e fomentando o eixo da contra-cultura. Porém o que observamos é que seu eixo vertical começa a apresentar um superavit, e estes pontos das casas do eixo RJ/SP/DF começam a pulsar com mais força dentro da rede.

Nas ações coletivas de 2013, as mídias tradicionais acabam reforçando a imagem de alguns integrantes, que provavelmente já eram referência no movimento e por isso se transformaram em porta vozes, que são reconhecidos pelos demais integrantes como lideranças, como afirma um dos integrantes do FdE-JP “somos uma rede horizontal que tem lideranças” (Diário de campo), e quando indagado sobre a horizontalidade, colocou que não

conhecia nenhuma outra instituição que tivesse mais autonomia nas extremidades.

Autonomia aqui nos pareceu enquanto liberdade de ação dentro de um campo político já estabelecido. O que nos fez lembrar da diferença utilizada por Figueiredo (1995) entre autonomia e independência, essa última seria marcada pela ausência de vínculos e lealdades abrindo um espaço privado para escolhas e projetos individualizados. E a autonomia estaria mais conectada com a possibilidade de mesmo dentro das regras já estabelecidas, criar espaços coletivos ainda que temporários, onde se possam experimentar e criar outras diretrizes possíveis dentro da realidade social dada (Sponville, 2002). Daí talvez, eles possam sustentar, o que ao nosso ver parece um contra-senso, a tal da horizontalidade com lideranças. Ainda iremos perscrutar esta questão partindo do viés de nossa vivência local na casa FdE-JP, pois pensamos que as questões estruturais são reflexos das inter-relações pessoais nas bases do movimento.

O esforço de promover a descentralização do movimento está ligado intrinsecamente com suas propostas de decisão e deliberação coletivas, que ocorrem basicamente em seus congressos e outros eventos anuais, os quais juntam as instâncias locais, regionais e nacionais do movimento, procurando estabelecer um pretenso consenso. Porém desde 2013 até o início de 2016, não ocorreu nenhum Congresso Fora do Eixo, o que confirma e lamenta um dos integrantes do FdE-JP (Diário de campo), que vê estes encontros presenciais como fundamentais para integração e renovação da força dos movimentos.

Estes hiatos deliberativos presenciais normalmente são complementados pelas suas redes virtuais de comunicação, via grupo de e-mails e grupos fechados do Facebook para as decisões mais simples e locais, e reuniões via Skype, para decisões do âmbito nacional (PAN) e regional (Entrevista 4, 2014). O que não exclui como vimos, os desejados encontros presenciais. Uma reflexão válida para os movimentos que buscam pautar-se pela

horizontalidade, é observar se há uma constância nas discussões e deliberações coletivas, sejam elas presenciais ou intermediadas por computador, ou se existe um aumento perigoso das decisões tomadas sistematicamente por um mesmo grupo, ou lideranças.

4.2.2 Redes externas

Quanto às redes externas, não poderíamos deixar de mencionar a importância para o FdE, a entrada do governo do PT como líder do poder executivo, e principalmente no que consta à transformação do Ministério da Cultura promovidas pelo músico Gilberto Gil e seu então Secretário-executivo e posteriormente Ministro da Cultura Juca Ferreira (2008-2010). Juca tem uma forte parceria com o FdE, e é muito bem quisto entre os integrantes do movimento, que inclusive fizeram no final de seu mandato, uma forte campanha pelas redes sociais que se chamava #FicaJuca, pedindo sua permanência no Ministério (Site oficial do FdE).

Uma das principais medidas promovidas por Gil e Juca, foi o programa Cultura Viva, que consistia em criar pontos de culturas pelo país, apelidados por Gil de do-in antropológicos, visavam fomentar processos culturais locais e propiciar a inclusão digital nestes pontos, distribuindo verbas para que as comunidades pudessem registrar e espalhar pela internet suas produções culturais. Houve um grande esforço nestas gestões em fomentar a Cultura Digital, ampliar as discussões sobre Software Livre²⁷, além das várias propagandas governamentais sobre a necessidade da informatização do país (Costa, 2011). Aqui qualquer semelhança com os pontos FdE não é mera coincidência, pois entendemos que este programa inspira as formas de ação informacionais do movimento.

Com a entrada da presidenta Dilma muda o Ministro da Cultura, sai Juca e entra Ana de Hollanda, que assume uma postura política avessa aos movimentos de cultura digital, em

²⁷ “Software livre (Open Source) é um movimento que se baseia no compartilhamento do conhecimento tecnológico. Refere-se a programas de computador cujo código-fonte (a sequência de comandos que o constitui) é aberto e livre, isto é, pode ser usado, analisado, copiado, melhorado e redistribuído sob as condições estipuladas em sua licença.” (Costa, 2011, p.18)

2011 opera a retirada da licença dos Creative Commons, que representava o compromisso do Ministério da Cultura com o avanço das políticas de incentivo à cultura digital. Isso gera uma contra articulação da sociedade civil, que inicia com uma mobilização em rede chamada Mobiliza Cultura, da qual o FdE também fazia parte. Esta coalizão de movimentos chega mesmo a clonar o Site do Ministério da Cultura, incluindo os avanços políticos que desejavam, ação que dava a ideia de um “Ministério” paralelo, além de confecção de uma carta aberta à presidenta pedindo a continuidade das políticas públicas do governo Lula. Ações que não surtiram efeito imediato, já que ela permaneceu no cargo e foi substituída por Marta Suplicy na sequência (Savazoni, 2014). Juca Ferreira só voltará ao Ministério da Cultura no segundo mandato da presidenta Dilma.

Dentro do Mobiliza Cultura, o FdE inicialmente funcionou como uma espécie de secretaria geral destas redes de redes, ficando responsável pela montagem do Site, pelas listas de e-mail por onde as principais decisões eram tomadas. Depois ganhou voz ativa no grupo dirigindo presencialmente algumas reuniões gerais do Mobiliza. Ainda segundo Savazoni (2014) esse foi o primeiro exercício de centralidade nas articulações político culturais de caráter nacional do FdE. Esta iniciativa abre as portas do movimento para o ativismo político, que depois entrará em sinergia com pautas para além do âmbito cultural.

Com a consolidação da casa FdE-SP, o movimento intensificou sua participação na vida pública da cidade, envolvendo-se em outras disputas políticas e ações coletivas em rede. Como a mobilização civil contra o candidato conservador Celso Russomano, que chegou a liderar as pesquisas de opinião do primeiro turno nas eleições para prefeitura de São Paulo, onde ajudaram a viralizar na internet o Hashtag #AmorSimRussomanoNão. Que surtiu efeito pois o candidato não foi para o segundo turno, disputado por Fernando Haddad (PT) e José Serra (PSDB) em 2012.

Para o segundo turno destas eleições, estes coletivos articulados pensaram em um protesto mais amplo, em reunião ocorrida na casa FdE-SP, dentre as deliberações estavam em votação dois nomes para este grande ato: #façaAmornãoFaçaSerra e #ExisteamoremSP. Venceu a segunda proposta, marcando a posição do grupo por um protesto mais amplo e apartidário. E assim se planejou um grande Festival na Praça Roosevelt, divulgado de forma colaborativa por sites e redes sociais, cerca de 20 mil pessoas compareceram. O FdE participou na organização e concepção deste ato, utilizando principalmente de sua expertise em produção de festivais, em sua comunicação, cobertura, e divulgação em redes informacionais (Savazoni, 2014).

Nas eleições presidenciais, nos chamou atenção a análise feita por Pablo Capilé, dentro de um evento que se chamou República²⁸, onde analisando a conjuntura política do primeiro turno das eleições presidenciais de 2014, esclareceu o apoio do FdE a Luciana Genro, explicando que ao colocar o PSOL no segundo turno, colocaria o PT mais à esquerda e o pressionaria a assumir propostas políticas mais audaciosas do que se este disputasse com Aécio Neves (PSDB), representante da extrema direita (Pós-TV-República, 2014). No segundo turno manifestaram seu apoio ao Partido dos Trabalhadores, onde utilizaram de sua extensa rede comunicativa revelando-se um potente formador de opinião entre os jovens.

Observamos também uma interlocução do FdE com outros partidos e políticos, como a Jandira Feghali (PCdoB), Marina Silva (PSB), Jean Wyllys (PSOL), Marcelo Freixo (PSOL), todos partidos ligados a uma tradição de esquerda, contudo dentro do contexto da criação de políticas de regulamentação das drogas no país, dialogaram com Fernando Henrique Cardoso

²⁸ Evento que tinha o slogan provocativo “Vamos proclamar a nossa Republica” que reuniu coletivos, ativistas e movimentos sociais, espaço de trocas de tecnologias sociais, experiências, vivências coletivas e também de discutir os desejos coletivos no contexto da copa do mundo, e eleições presidenciais de 2014. Evento parecido foi realizado no final de 2015 pelo Ministério da Cultura chamado Emergências, onde o FdE ficou responsável por boa parte da produção e logística do evento, que também contou com a participação de vários atores sociais importantes de todas as Américas, que em meio a muitos eventos culturais e palestras, eram convocados a falar das emergências de suas localidades, e entre as emergências brasileiras se destacava a tentativa de Golpe de Estado contra a Presidenta Dilma.

(PSDB), por exemplo. Em entrevista ao programa Roda Viva (2013) ao serem interpelados sobre possíveis favorecimentos do Partido dos Trabalhadores ao FdE, Capilé afirma que enquanto movimento, procuram dialogar com diversos partidos políticos, e denuncia que através de uma jogada midiática tentaram forjar uma exclusividade com o PT, com objetivo de desqualificar o movimento e reduzi-lo a um braço juvenil deste partido:

...acho que o fato político é que movimentos que surgem no Brasil inteiro, conseguem fazer uma interlocução política cada vez mais séria, a gente não é convidado vip, a gente não é organizado por nenhum deles, depois de dez anos construindo uma lógica super sofisticada de meios de produção, a gente não iria se organizar, saca! Por instituições que estão em crise de representação e crise de narrativa, então assim, a gente tem um diálogo muito forte, a gente não é organizado pelo PT, a gente não é financiado pelo PT, a gente não se encontra só com o PT, a gente dialoga de forma aberta com um monte de partido, e as vezes para tentar difamar se junta meia dúzias de fotos, pra dar a impressão de relação com um partido exclusivo (Roda Viva, 2013)

Vale ressaltar que um dos incentivos do Partido FdE é o envolvimento de seus coletivos com a política local, principalmente no que diz respeito às políticas para a cultura, mas também outras reivindicações e lutas políticas que emergem em suas cidades e no país, entendendo a importância de marcar presença junto à comunidade nos canais abertos de participação cidadã, como audiências públicas, referendos, orçamento participativo, plebiscitos e ações populares de modo geral.

Se observarmos o histórico de lutas políticas do FdE, é muito comum que seus agentes acabem ocupando lugares de centralidade e/ou gestão, como na Abrafin, na Rede Brasil de Festivais, no Existe Amor em SP, ganhando destaque entre os mídiativistas que participaram dos protestos de 2013, e por vezes alguns de seus agentes ocuparam cargos públicos.

Esta última questão parece ser polêmica ainda no grupo, pois no programa sobre o simulacro partido realizado em 2013, uma das integrantes orgânicas do movimento

complementa a fala de outra integrante que participava via Skype sobre a formalização do Pcult, colocando que não havia pretensão alguma em se tornar um partido formal, e alguns integrantes realmente estavam se lançando em candidaturas em suas localidades, e que o movimento estava discutindo um posicionamento sobre esta questão:

... e aí como que a gente mesmo enquanto movimento, enquanto partido das culturas, a gente entende isso, qual a nossa política em relação à isso, a nossa ética em relação à esse ponto, então, durante o ano passado a gente foi amadurecendo muito esta perspectiva, entendendo que estas pessoas de fato se distanciam do Fora do Eixo, deixa digamos de ser Fora do eixo para se lançar dentro destas campanhas, mas que a gente também está ali acompanhando isso, tá ali buscando ter clareza do que ele está querendo propor na campanha dele, então acho que dentro disso também agente está com certeza em um campo de estímulo, mas sempre acompanhando mesmo, e deixando cada vez mais os processos claros e transparentes. (Pós-Tv/Partido, 2013, 30'10")

Quanto às conexões do FdE com as redes de movimentos sociais e demais formas de organização da sociedade civil, entendemos que a partir do desenvolvimento da mídia NINJA e suas coberturas de marchas e outros atos públicos que culminam nas jornadas de junho, estas conexões aumentaram substancialmente. Alguns laços foram se estreitando e outras conexões apresentaram alguns ruídos e embates ideológicos, enquanto a sinergia destas redes de resistência e lutas aumentava como um todo. Conexões que fortalecem a politização do movimento, fazendo-os se repensarem enquanto movimento e mesmo ressignificar alguns valores e práticas do grupo.

Considerando os protagonistas que destacamos das ações coletivas de junho de 2013, para nossa surpresa, tanto o MPL quanto alguns integrantes dos coletivos anarquistas, viam o FdE com reservas ou se posicionavam com um certo desdém sobre o ativismo praticado pelo FdE. E a recíproca também ocorreu, pois alguns integrantes do FdE manifestavam alguma rispidez ao falarem destes movimentos, comentando que era difícil manter o diálogo e

construir alguma pauta política juntos;

O movimento anarquista é meio complicado dialogar, por que os caras são anarquistas, e a gente não tem uma perspectiva anarquista, mais assim a gente também não tem uma treta com os caras ... com o MPL é a mesma coisa tem grupos que a gente dialoga e outros não.... mas no geral nós não temos problemas com nenhum movimento social, muito pelo contrário, agora mesmo estaremos recebendo 15 pessoas do MST na casa-SP e 15 dos nossos vão fazer vivências lá (Entrevista 02, 2014)

O Centro de Mídia Independente, que é um dos precursores do midiativismo no Brasil, declaradamente coloca-se como anticapitalista e muitos de seus integrantes são simpatizantes do Anarquismo, se posicionou contra o mídiativismo praticado pelo FdE, justificando que este assumia posturas tendenciosamente partidárias, e seu modo de financiamento era extremamente questionável (site oficial do CMI, 2013).

No entanto, no início das ações coletivas de 2013, houve um entrosamento maior entre os mídias NINJAS e ativistas que se utilizavam das táticas Black Bloc, pois nas passeatas eles recusavam-se a dar entrevistas para a grande mídia e procuravam os midialivristas que pudessem confiar, entre estes estavam os ninjas. Além disso, propagaram a voz através de entrevista exclusiva exibida na Pós TV (2013) de uma das integrantes, que rebate a matéria da revista Veja (Agosto, 2013) onde teve sua imagem explorada e difamada, sem qualquer tipo de permissão.

Neste ensejo, o músico Caetano Veloso visitou a casa FdE-RJ, onde acabou gravando uma chamada em vídeo para que no dia das comemorações da independência do Brasil, a população fosse mascarada como forma de protesto às proibições do uso de máscaras em manifestações. E ao final fotografaram Caetano com uma camisa preta no “estilo” black bloc, utilizando-se provocativamente desta dubiedade semiótica, esta foto viralizou na internet, provocando uma nova discussão menos moralista sobre a tática black bloc, criada pelos anarquistas.

Em entrevista ao programa Roda Viva (2013) quando são abordados sobre as táticas black blocs, os integrantes do NINJA acusam a grande mídia de uma discussão maniqueísta e reducionista sobre este fenômeno, tentando abordá-lo de maneira mais ampla, baseados em sua proximidade com estes manifestantes.

Em uma roda de conversa da Pós-TV (2014), que buscava analisar a conjuntura pós junho de 2013, um dos integrantes orgânicos do FdE, comenta que no momento atual, o MPL parece perdido dentro do processo de luta que avança, pois gasta muita energia em tentar lapidar as formas de suas ações, tentando se manter demasiadamente fieis as horizontalidades, apartidarismos e outros ismos.

Por outro lado, o FdE começa a aproximar suas redes de alguns movimentos tradicionais. Como o MST, que na comemoração de seus trinta anos de movimento, deslocou alguns de seus ativistas para participarem desta comemoração e também noticiá-la, onde produziram muitos conteúdos digitais, como peças audiovisuais, noticiários multimídias em sua página do NINJA no jornal internacional oximity.

Entramos no site oficial do MST e digitamos Ninja no local de busca do site, e constatamos, que a partir de 2014, mais de 50 atos do MST foram fotografados por integrantes do Ninja. E pelo canal da Pós TV foram realizadas várias transmissões ao vivo com militantes do MST, e foi registrada uma vivência de alguns dias dos integrantes jovens do MST na Casa FdE-RJ. Registros que dizem de uma certa parceria entre estes movimentos. Entendemos que esta conexão entre esses movimentos é ressignificativa para ambos, pois trocam vivências e experiências de resistência política provindas de ambientes diferentes, auxiliando o aproximar das lutas rurais e urbanas, que de certo modo sempre estiveram imbricadas, além de fortalecer o empoderamento da sociedade civil como um todo.

Com o Movimento dos Trabalhadores Sem Teto existe uma conexão menos intensa, onde observamos muitas coberturas nos Meios de Comunicações do Fora do Eixos, porém

com pouca reciprocidade. No Site oficial do MTST, não vimos nenhum indício de participação do FdE, e no campo reservado aos parceiros do movimento, dentre os grupos que trabalham com publicidade, jornalismo e blogueiros, o FdE também não estava presente, enquanto que os midialivristas do CMI constavam na lista.

Dentro do cenário dos movimentos estudantis, o FdE começa a estreitar os laços com o Levante Popular da Juventude, onde selam uma parceria numa série de transmissões pela Pós-TV (2014), rodas de conversas sobre o movimento estudantil, divulgação do seu 3º Acampamento Nacional, participação na campanha de arrecadação de verbas para realização de eventos do movimento, cobertura de protestos, e abrindo o espaço para a utilização de casas FdE para reuniões do movimento.

Existe também uma relação bastante marcante com o movimento feminista e coletivos que pautam as políticas de drogas e legalização da maconha. Seja pelas transmissões pioneiras em diversos Estados brasileiros, por subseqüentes anos, das Marchas das Vadias e Marchas da Maconha ou pelas variadas transmissões de rodas de conversas sobre estas temáticas, que aponta a importância que o movimento dá para tais questões, bandeiras que são levantadas por vários integrantes referenciais dentro do movimento.

Observamos a aproximação do movimento FdE de alguns grupos juvenis das periferias, cuja amálgama gira em torno do Rap e cultura Hip-Hop. A presença de Mc's é comum, seja nos festivais, em eventos como o Domingo na Casa, e em um dos programas da Pós TV chamado Firme no Blindão, que frequentemente convida pessoas que são referências nas periferias vizinhas das casas FdE-RJ, para falar de sua realidade. No Facebook do programa, eles são bem claros “Nosso negócio é empoderamento dos movimentos Urbanos e Periféricos” (11 março, 2016).

Outro programa de web-TV, produzido quinzenalmente pela Pós TV que nos chamou à atenção, foi o Super Bapho, cujo o conteúdo transita pelas questões do cinema, moda e

política cultural, tudo transversalizado pelo feminismo, racismo, questões LGBT. Curiosamente este programa é produzido pelo Mídia NINJA, segundo consta no link sobre as informações do programa, em sua página no Facebook (2015).



Figura 6. Programas da Pós TV, fonte: Facebook do FdE

Podemos dizer, baseados também em nossas vivências na casa FdE-JP que abordaremos no próximo subcapítulo, que no movimento paira uma certa cultura das diversidades e pluralidade de pautas políticas, que buscam incorporar em suas vivências dentro das casas FdE, no conteúdo e estética de seus programas, festas, e outras produções culturais. E claro, em sua maneira diferenciada de praticar o ativismo político, como diz um bordão comum entre os integrantes do movimento “é tudo junto ao mesmo tempo e agora”. Que podemos relacionar, com o manifesto produzido nas marchas da liberdade, que reflete um pouco dos ideais e desejos políticos deste momento, onde sua participação foi intensa e de certa maneira pedagógica para o movimento como vimos antes:

Ciclistas, lutem pelo fim do racismo. Negros, tragam uma bandeira de arco-íris. LGBTs, gremem pelas florestas. Ambientalistas, cantem. Artistas de rua, defendam o

transporte público. Pedestres, falem em nome dos animais. Vegetarianos, façam um churrasco diferenciado! Nossas reivindicações não têm hierarquia. Todas as pautas se completam na perspectiva da luta por uma sociedade igualitária, por uma vida digna, de amor e respeito mútuos. Somos todos pedestres, motoristas, cadeirantes, catadores, estudantes, trabalhadores. Somos todos idosos, índios, travestis. Somos todos nordestinos, bolivianos, brasileiros, vira-latas. (Manifesto da Marcha da liberdade, 2011)

4.3 O Fora do Eixo em João Pessoa

Conforme a explanação de um dos integrantes fundadores sobre a empreitada FdE em João Pessoa, essa inicia em 2005 com a produção do Festival Mundo, organizado por um grupo de jovens artistas que sentiam a necessidade de abrir espaço para expressão da cultura independente e autoral na cidade. O festival foi se consolidando a cada edição anual, tornando-se uma iniciativa limitada para os novos objetivos deste nascente coletivo de agentes culturais, que pretendia transformar o cenário cultural ao qual estavam inseridos. Não lhes agradava a ideia de serem uma produtora, uma empresa, pois buscavam um outro formato de organização em grupo.

Em 2008 conhecem o Fora do Eixo, através da proposta de parceria no projeto GritoRock²⁹, e na sequência foram para a feira da música em Fortaleza, realizada ainda hoje pelo FdE, onde se abriu um universo de possibilidades para este grupo. Ao voltarem, fortalecem a ideia do coletivo Mundo que passa a ser um ponto FdE, com isso começam a fazer parte desta rede ampliada de colaboração. Buscaram organizar uma agenda anual, articular-se com outros grupos e instituições na cidade, e começaram a pensar em ocupar um lugar no centro histórico onde já vinham desenvolvendo atividades.

Instalaram-se no centro histórico no início de 2009, montando coletivamente um estúdio de gravação musical. Meses depois, resolveram alugar um espaço maior, onde

²⁹ É um festival de música brasileiro que ocorre simultaneamente em várias cidades do Brasil e alguns países estrangeiros.

funcionava o gabinete cultural de um vereador da cidade, que também era músico e já desenvolvia atividades culturais neste espaço, neste local surge o Espaço Mundo, uma mescla de espaço cultural com casa de show, localizado no centro histórico da cidade.

A partir de 2010 este coletivo passa a ficar mais integrado com as propostas e práticas comuns do FdE, “a gente já estava mais orgânicos em relação às tecnologias da rede” (Entrevista 1, 2014), com esta proximidade são instigados também a experienciar as práticas de moeda complementar³⁰ nos festivais, atuar em redes mais amplas, buscar o diálogo e articulação com os órgãos públicos, e a maturar a ideia da casa coletiva, que é inaugurada efetivamente em novembro de 2011.

Em 2011 foi quando deu um bumm, foi quando veio a casa de São Paulo, e aí começaram a surgir outras casas também, mais era uma coisa que a gente já vinha discutindo desde 2010, era de que galera! o apontamento agora é que agente tem que ter as casas velho! porque quando junta 10 malucos dentro de uma casa, aquilo ali vira um acelerador de partículas, então as coisas acontecem muito mais rápido. (Entrevista 1, 2014)

Observando as postagens públicas no *Facebook* das páginas do Coletivo Mundo e Casa Mundo, dentre as postagens do período de 2012, pudemos perceber já uma boa articulação com a comunidade local, onde se envolveram nas lutas contra a remoção da população ribeirinha do Porto Capim, comunidade vizinha ao Espaço Mundo, luta pela despoluição do rio Gramame, promoveram um debate crítico com interação dos internautas, sobre as disputas eleitorais para prefeito de João Pessoa, produziram também pela Pós-Tv programas em formato de roda de conversa sobre democratização da mídia, outro com o tema “a cidade que queremos”, participaram e transmitiram a marcha da maconha em João Pessoa.

O FdE-JP chega em 2013, ano das grandes manifestações, já com uma boa estrutura física e integração com várias redes de mobilizações política e cultural da cidade, e diálogo

³⁰ Segundo um dos integrantes do FdE, esta “moeda” funciona para formalizar as trocas de favores e serviços entre os integrantes, parceiros e outros, que designam como esquema que organiza o sistema de brodagem.

aberto com instituições públicas. Em sua participação nas ações coletivas de junho de 2013 em sua cidade, acompanharam 8 protestos, que segundo um integrante FdE não foram tão conturbados ou truculentos como em outras capitais. Fizeram as transmissões ao vivo pela mídia NINJA, e também participaram da organização dos protestos, buscando compartilhar de suas experiências com as tecnologias coletivas de trabalho, e de divulgação exponenciada de eventos em redes digitais.

Em nossa entrada em campo no final de 2014, primeiro conhecemos o Espaço Mundo. Este espaço é um casarão antigo, na esquina da praça Antenor Navarro, ponto tradicional de diversos encontros culturais na cidade. O Espaço Mundo funciona como espaço cultural e casa de show, onde se apresentam bandas locais e bandas parceiras, que estão em turnê pelo circuito FdE. Para complementar a renda de dia funciona um restaurante, administrado pela mãe de um dos integrantes do movimento, que também fornece almoço gratuito para as pessoas que participam de algum evento, ou estão hospedados na Casa FdE, comida muito boa por sinal.

Participamos inicialmente de um evento chamado SEDA, semana do audiovisual, onde depois da oficina de Pós-Tv, ajudamos na transmissão da roda de conversa sobre os desafios do cinema paraibano. Na programação constava projeções de filmes infantis e adultos na rua, oficinas de produção de curtas metragens nas comunidades de São Rafael e Porto Capim, brechós e shows musicais.

Como ficou tarde para voltar para Natal-RN, conversei sobre a possibilidade de dormir na casa, o que foi aceito sem muitos problemas, contavam com um esquema de hospedagem na casa, com vários beliches, roupa de cama e banho. Esta já era a segunda casa que eles estavam morando, e no início de 2015 mudaram-se para uma terceira, todas grandes com mais de três quartos, salas, varandas, áreas externas amplas, e situadas no Alto Róger, um bairro de classe média baixa, vizinho do centro histórico, à cerca de quinze minutos do Espaço Mundo.



Figura 7. Fotografia do Espaço Mundo (externo, interno)

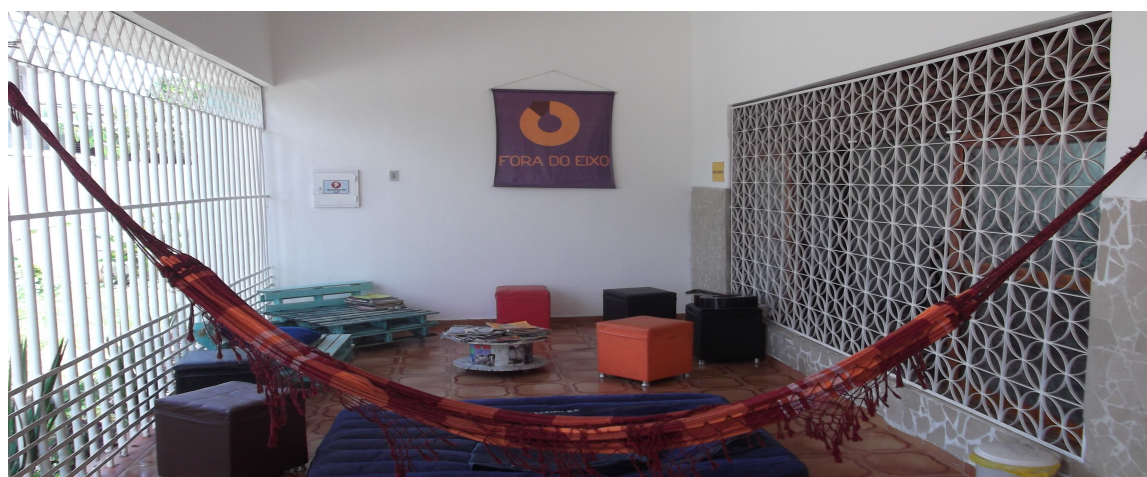


Figura 8. Fotografias da casa FdE-JP

As primeiras impressões que tivemos da casa, passaram pela surpresa de seu tamanho, organização e fluxo intenso de pessoas, a princípio não sabíamos direito quem morava de fato ali. Poderíamos aproximar de uma mescla entre república de estudantes, e uma empresa júnior bem mais alternativa. Também estranhei a cozinha que estava toda etiquetada e com lembretes colados nas paredes, na geladeira recados fixados com mensagens de agradecimento pela hospedagens e outras, copos com nomes e mensagens como adote seu copo, o que até achei meio engraçado.

Depois comecei a perceber que havia uma lógica própria da casa, um histórico de vivências, como os nomes no copo, um hábito adquirido depois que, em um festival incentivaram as pessoas a portarem seus próprios copos evitando os descartáveis, além da praticidade de sujar menos copos na casa. Bastou acordar de manhã enquanto todos dormiam, e perceber que não era um exagero de etiquetas, pois me guiaram para achar os utensílios necessários para aprontar um simples café da manhã para a turma.

Quanto ao fluxo intenso e diferenciado da casa, podemos dizer que no período da manhã quase não há movimentação, a não ser em períodos de festival e demandas intensas de algum projeto, fora isso apenas encontramos zanzando alguns hóspedes, que como eu, ainda não se acostumaram aos hábitos predominantemente noturnos da casa. Para se ter uma ideia, em uma ocasião uma das moradoras começou a lavar os pratos e arrumar a cozinha às 2 da manhã, em outra, toda a parte externa da casa foi lavada na madrugada por outro morador.

Outro elemento marcante é a preocupação com a autossustentabilidade da casa, ligada ao discurso socioambiental, que passa pela preocupação em reciclar o lixo, fazer composteiras para o lixo orgânico, utilização racional da água. Todas estas são medidas incentivadas pelo núcleo FdE socioambiental.

Pela casa transita uma grande quantidade de pessoas, em sua maioria jovens envolvidos com alguma atividade ou projeto artístico. A casa funciona não só como moradia e

hospedagem de visitantes, é também um local de trabalho, criação coletiva e entretenimento. Observamos reuniões com parceiros do FdE, seja para montar projetos para concorrer às leis de incentivo cultural do governo, para organizar o Grito Rock, reuniões com bandas e artistas locais, entrevistas para TV local, projeções de filmes, churrascos, feijoadas, entre outras confraternizações abertas ao público.

No período em que estive na casa, percebi que o envolvimento e entrosamento com os moradores do bairro parece ser pequeno, cheguei a perguntar para alguns moradores e comerciantes dos arredores da casa se sabiam onde era a casa FdE, e os poucos que sabiam não sabiam explicar do que se tratava o movimento ou sabiam vagamente sobre suas atividades culturais no centro histórico. Além de perceber, que nos eventos abertos que eles realizaram na casa, não havia nenhum morador do bairro, pelo menos nos que pude observar.

Porém, já nos arredores do Espaço Mundo o envolvimento com a comunidade é bem maior, pois desenvolvem várias atividades culturais com a comunidade do Porto Capim. Por exemplo, uma jovem da comunidade fez uma vivência na casa e também ajudou na produção de eventos (Facebook/CasaMundo, 2016), pessoas que moram próximos ao Espaço trabalham no restaurante e/ou na casa noturna, e nos arredores da praça Antenor Navarro o trabalho do coletivo Mundo é bem reconhecido.

Refletindo a partir das categorias gerais fixadas anteriormente, entendemos que as relações apresentadas acima fazem parte das redes externas do FdE-JP. E destacamos ainda, dentro destas redes externas, suas participações e embates dentro de uma política institucional. Nas disputas eleitorais para prefeito de João Pessoa em 2012, não apoiaram publicamente o atual Prefeito Luciano Cartaxo (PT), mas engrossaram as campanhas contra seu principal oponente do PSDB Cícero Lucena.

Vale lembrar que neste mesmo período, ocorriam em SP, as mobilizações do #ExisteAmoremSP que abordamos anteriormente. O Coletivo Mundo do FdE-JP agiu de

maneira similar, com as mobilizações #AmorSimCíceroNão. Em uma das postagens em sua página no Facebook (Coletivo Mundo, 2012) acrescentaram os atos de corrupção anteriores do prefeito, em links do YouTube com vídeos de reportagens de 2005 sobre sua prisão realizada pela Polícia Federal, quando era secretário de planejamento e gestão da Paraíba. E ao responderem um dos comentários desta postagem, que criticava sobre a falta de imaginação, aludindo que isso já havia sido feito em SP, colocam que esta ação era uma “ação em bloco” que estava acontecendo em várias cidades brasileiras, e acrescenta:

Cícero representa as velhas oligarquias políticas, conservadorismo, verticalidade e centralidade de poder, a instrumentalização da cultura e a corrupção!! Precisamos avançar num desenvolvimento diferente pra nossa cidade, mais horizontal, transparente, humano e colaborativo... E pra isso, pra avançar, é preciso primeiro não retroceder!! (Coletivo mundo, 8 outubro de 2012)

Quanto à participação direta na gestão pública, um dos integrantes do FdE-JP, em 2011 participou da Secretaria de Estado da Cultura, como Gerente Executivo de Promoção Cultural, e no meio de 2012 pediu exoneração do cargo (Diário Oficial do Estado da Paraíba, 2011/2012). Ele foi chamado pelo músico Chico César então Secretário de Cultura, que teve contato com os trabalhos do FdE em sua atuação na gestão municipal de João Pessoa, e por isso o convidou para auxiliar na construção do planejamento cultural do Estado.

... e o chico por já conhecer nosso trabalho aqui, e todo trabalho do FdE, me chamou para assumir uma gerência executiva lá com ele, então eu ajudei a montar a equipe com ele, pensamos todo o planejamento de quatro anos de governos juntos, foi uma experiência bem bem rica, mais que se findou rápida pra mim, porque eu tinha muitas angustias, a máquina pública é muito engessada, eeeeeee tava deixando de fazer muitas coisas que eu queria fazer, fazer acontecer aqui fora enquanto sociedade civil, essa coisa de agente duplo ponto Org ponto Gov, é complicado é conflitante apesar de eu saber lidar bem com isso no tempo que eu passei lá, mas era muito conflitante pra mim iiiiiiiiii, chegou num determinado momento que eu ví que existem forças maiores que não te dão autonomia para você fazer as coisas acontecerem lá dentro, você fica

muito no que o governador vai decidir né, e agente tinha feito um planejamento, e bem assim bem interessante da política cultural do Estado, que não tava sendo colocado em prática, então então aqui ô pra mim já não dá mais, e aí saí da secretaria, voltei a atuar mais forte dentro do coletivo, da rede Fora do Eixo, eee mas também não ficou nenhum tipo de ranço, nenhuma porta fechada, o diálogo continuou fluindo de boa lá. (Entrevistado 1, 2014)

Atualmente as interlocuções políticas do FdE-JP no âmbito Estadual, são mais profícuas e maiores que no âmbito municipal. Pois o grupo da atual gestão municipal tem um diálogo muito menor com os agentes culturais locais e acabam favorecendo mais os grandes empreendedores culturais (Diário de campo). Como forma de resistência civil se mobilizaram em rede criando o projeto Varadouro Cultural, que busca revitalizar o centro histórico da cidade e a cultura tradicional de seu entorno, projeto que o FdE-JP está prioritariamente envolvido, já que a sede do Espaço Mundo se encontra dentro deste varadouro (Facebook/Coletivo Mundo, 2014).

Intrínseco a este projeto, criaram o #ExisteVidaForadaOrla, que incentiva a população a frequentar o centro da cidade e conhecer as atrações culturais que acontecem neste local. E ainda cobra maiores investimentos públicos para esta área, já que a maior parte dos recursos são destinados ao polo turístico, que se concentra na faixa litorânea, descuidando-se do patrimônio histórico, dos cuidados básicos para com a população que mora nesta área, além dos altos índices de assaltos e violência (Diário de campo).

E quanto às conexões com os movimentos sociais de João Pessoa, por seus relatos e publicações virtuais, aparentaram ter uma relação amistosa com o movimento MPL-JP, contudo entendemos ser uma parceria pontual, circunscrita às passeatas. Interessante que um dos integrantes do movimento comenta ter iniciado sua prática ativista nas passeatas promovidas pelo MPL em João Pessoa (Entrevista 1, 2014). Em relação aos coletivos anarquistas, colocaram não haver uma proximidade, nem um rechacho, afirmando que não

houve ainda oportunidade consistente de diálogo entre os dois movimentos.

Observamos conexões com outros atores sociais, que nos pareceram mais intensas e presentes no cotidiano do FdE-JP, como o envolvimento com os movimentos feministas, onde duas integrantes do FdE participam ativamente destes grupos e das Marchas das Vadias. E a conexão com coletivos que discutem as políticas de drogas em João Pessoa, em especial a respeito da liberação da maconha, questão cara para seus integrantes. Transmitiram algumas rodas de conversas realizadas na casa FdE-JP sobre estas temáticas, além das transmissões ao vivo das Marchas da Maconha e Marchas das Vadias. E achamos interessante o fato inusitado, de que a única segurança da casa de show do Espaço Mundo era uma mulher.

Essa temática e mesmo o uso da maconha, é tratado de maneira muito natural, seja no cotidiano, no trabalho ou em outros afazeres da casa. Em uma das conversas que presenciei estavam discutindo a importância de se declarar usuário socialmente, ou como eles diziam “de sair do armário” parafraseando um jargão LGBT, alguns de seus integrantes adotam esta postura, falando também sobre os benefícios do seu uso recreativo e medicinal.

Outra vivência de campo interessante aconteceu no banheiro da casa FdE, onde fiquei surpreendido com um cartaz acima do vaso, que continha duas imagens: uma de um homem urinando em pé, hachurada com um “x” em cima da figura e escrito errado em baixo, e outra com o mesmo homem sentado e com a inscrição de certo em baixo. O que me causou uma estranha e interessante impressão, que rebateram em minhas questões de gênero e de criação familiar. Então urinei confortavelmente sentado, e pela primeira vez sem medo de questões de gênero e com toda tranquilidade, entendendo que aquela atitude colaborava com o coletivo, facilitava a limpeza, e representava um respeito às mulheres da casa que também utilizavam o banheiro (Diário de campo, 2014).

Em outra oportunidade, acompanhei um dos integrantes em uma reunião da ação Griô³¹, onde estavam discutindo sobre como iria ser o próximo encontro do movimento em

³¹ “A Ação Griô Nacional nasceu em 2006, como projeto criado e proposto pelo Ponto de Cultura Grãos de

João Pessoa, e dentro da reunião foram propostas algumas dinâmicas grupais. Entre as quais uma, que dividia os participantes em grupos de cinco pessoas, com o objetivo de captar o que cada grupo desejava para o encontro, quais providências e necessidades achavam importantes para o evento. De todos os grupos, somente o grupo que o integrante do FdE estava, mencionou a necessidade de divulgação pelas redes sociais na internet, que foi prontamente colocado no texto geral que iria ser mandado para sede nacional Griô, onde também se comprometeu enquanto movimento FdE, a auxiliar nesta questão.

Na volta para a casa FdE, perguntei capciosamente o que o FdE ganhava com esta participação na Ação Griô? Ele colocou que era uma política da rede FdE conhecer as manifestações culturais locais, e a Ação Griô já tinha um contato com outros núcleos do FdE, e por isso eles procuraram saber se havia esta mobilização em João Pessoa. E acrescentou que conhecer as comunidades que integram a Ação Griô, principalmente suas tradições, cantigas e brincadeiras, ajudava a despertar o lúdico nos integrantes do FdE, que é tão necessário para o trabalho criativo do movimento. E como vantagem para a Ação griô, disse que cair na rede FdE, representa serem rapidamente conhecidos nacionalmente.

Na produção de um evento que se chamava cine quintal, onde se projetou filmes no quintal da casa, ajudei na limpeza e arrumação prévia deste evento. Em um momento, um dos integrantes do FdE falou que ia colocar uma musiquinha para dar uma animada, e lançou um RAP pesado e alto de uma banda do interior de Pernambuco. Confesso que o som me incomodou inicialmente, mas resolvi puxar conversa sobre a banda e sobre seu envolvimento com a cultura Hip-Hop, que até então desconhecia (Diário de campo, 2014).

Depois fui pesquisar um pouco mais a respeito e descobri que a sigla inglesa RAP, significa ritmo e poesia, e como um de meus afetos é a expressão poética, fiquei um pouco

Luz e Griô, da Bahia, ao programa Cultura Viva da Secretaria de Cidadania Cultural do Ministério da Cultura. A Ação Griô é uma rede que envolveu 130 projetos pedagógicos de diálogo entre a tradição oral e a educação formal, mais de 750 griôs e mestresbolsistas de tradição oral do Brasil, 600 escolas, universidades e outras entidades de educação e cultura e 100 mil estudantes de escolas públicas.” (Site oficial da Ação Griô, p.1)

envergonhado por não ter reconhecido a poesia de contestação presente de forma gritante no RAP, e tive que reconhecer que nutria sim, um pre/conceito sobre este estilo musical, que transversaliza de forma marcante o movimento Fora do Eixo, aproximando-os dos grupos juvenis da periferia.

Quanto às redes internas do movimento a nível local, as discutiremos de maneira mais distribuída nos próximos subcapítulos, já que estas categorias (redes internas e externas) foram pensadas inicialmente para modular as informações que obtivemos do movimento como um todo.

4.4 Subjetividades e atravessamentos identitários

Acabamos utilizando da pergunta que nos acossou durante boa parte da pesquisa, para conduzir e amarrar melhor nosso processo de categorização das informações que colhemos e vivenciamos. A famigerada pergunta foi: o Fora do Eixo chega a se configurar enquanto um movimento social? Lembrando que estamos considerando a definição genérica e os critérios apontados por Abers e Bülow (2011), que restituindo de forma esquemática são: ação coletiva sustentada, estabelecimento de redes de solidariedade e de luta, enfrentamento de práticas sociais dominantes, e compartilhamento de identidades.

Quanto aos dois primeiros critérios, acreditamos que já foram trabalhados à termo anteriormente e só os pontuaremos. Entendemos que sustentaram uma ação coletiva junto ao Mobiliza Cultura, defendendo a volta e ampliação das políticas públicas fomentadoras da cultura digital e de suas redes difusas, luta que continuam encampando dentro da rede FdE. Além de sua participação singular e continuada em vários protestos e manifestações como midialivristas, onde estabeleceram várias redes de solidariedades e luta conjunta para além das que já fomentava dentro de seu próprio movimento.

E quanto ao enfrentamento de práticas sociais dominantes, pensamos que ao realizar as ações acima mencionadas, o FdE bate de frente com o tradicional monopólio das grandes

mídias televisivas e sua tentativa de controlar as potencialidades da internet. Assim como as práticas comuns destas emissoras, que consiste em distorcer as notícias em busca de uma manipulação da opinião pública em favor de interesses políticos e econômicos que são favoráveis aos grupos e corporações que se articulam. E para além da crítica e resistência política, buscam criar soluções práticas que podem ser vivenciadas e replicadas socialmente, na forma da mídia NINJA e Pós TV, por exemplo. Enquanto grupo formador de opinião, opõem-se à vários tipos de preconceitos sociais e conservadorismos, que ressurgiram principalmente a partir das mobilizações de 2013, buscando valorizar a diversidade social, e se posicionando ao lado dos movimento que tradicionalmente autodenominam-se de esquerda.

Já podemos começar a antever o delineamento da formação do “Eles”, porém convém antes falar da construção do “Nós”, que perpassa a última característica de Abers e Bülow (2011), o compartilhamento de identidades. Que iremos abordar de maneira expandida, aproveitando para fixar mais algumas categorias analíticas, construídas especificamente a partir de nossa imersão no campo e referenciais teóricos: identidade política, identidade socioinformacional, subjetividade nômade.

Vale ressaltar que a partir de agora, nossa análise que estava transitando entre os aspectos gerais e locais do movimento FdE, começa a se particularizar, concentrando-se em algumas peculiaridades que observamos no FdE-JP. O que não exclui totalmente os aspectos gerais, considerando a grande circulação de integrantes pelas casas FdE, e por funcionarem em/por redes informacionais, acabam partilhando de muitas práticas e significados comuns que os unificam.

4.4.1 Identidade política

a) Identidade coletiva³²

³²Para preencher estas subcategorias (a, b, c) nos guiamos principalmente pelas características apontadas por Prado (2002, 2005)

Para falar da construção coletiva deste “Nós” pelos integrantes do FdE, iniciaremos pela construção da identidade coletiva, porque este é um elemento importante tanto para a formação da identidade política, quanto para a produção de subjetividades (ver Figura 1).

Não estamos falando aqui, das referências que são atribuídas socialmente a este grupo, como o fato de serem em sua maioria jovens provenientes dos setores médios das sociedade, que sofrem com o desemprego estrutural, o que não quer dizer que passem necessariamente por algum tipo de privação mais séria, pois existe um suporte familiar que bem ou mal funciona articulado com uma vontade de emancipação financeira e autonomia de gerir sua própria vida. Não que estes marcos sociais não tenham importância, mas o interessante para nós é como estas subjetividades, com e para além destes marcos, constroem coletivamente suas próprias regras de convivência, expectativas de futuro, como enfrentam as adversidades postas, suas estratégias de coesão grupal e diálogo com as diversas esferas da sociedade.

Podemos refletir sobre o que colabora para união destes coletivos, tão espalhados pelo território brasileiro. Sem dúvida a presença dos instrumentos informacionais, a intimidade e frequência de uso destes instrumentos por seus integrantes, auxiliam substancialmente esta integração. Contudo entendemos que esta ligação torna-se mais forte, ou mais orgânica, quando ocorre o compartilhamento de interesses, crenças, e valores entre os membros do grupo.

Observamos que o interesse coletivo mais expressivo atravessa o universo da música e da produção de seus festivais. Pareceu-nos que realmente gostam do trabalho de agentes culturais. Observamos frequentemente estes integrantes falarem com entusiasmo, de bandas de diversos Estados desconhecidas do grande público, dos festivais e feiras de músicas que já haviam participado e/ou realizado, de seus episódios engraçados, ou que serviam de exemplo para alguma problemática atual, das “doideiras” dos festivais, e claro, das noites não dormidas nos períodos de festivais, contadas com altivez.

Apesar de transitarem por um amplo espectro da cultura e das artes, e terem contato com artistas do teatro, da literatura e poesia, das artes plásticas, do cinema, não percebi uma fruição nestas áreas, parece haver um certo distanciamento ou melhor uma aproximação mais no âmbito profissional. O clima de sua produção cultural presa pela agilidade, praticidade, eficiência e operacionalização das tarefas. O que pareceu ser um pouco conflitante entre os artistas que pude ver transitando na casa. Um destes me contou que estava acostumado a ir em um teatro de arena público em SP, onde os artistas se apresentavam espontaneamente e rodavam o chapéu para possíveis contribuições, disse-me que depois que o FdE chegou neste espaço as coisas mudaram muito, “todo mundo tinha que andar de crachá, e tinha plaquinha pra tudo”.

Alguns dos valores que se busca cultivar na rede, são a transparência articulada à confiança. A transparência é colocada muito no âmbito da publicização das informações do grupo, seja nos canais internos de comunicação do grupo, seja nos canais públicos como suas páginas no Facebook, onde pudemos observar que quase todos os acontecimentos que ocorrem na casa, são postados nestes sites de relacionamento, também mantém um portal de transparência na internet, onde encontramos o balanço anual de eventos do FdE-JP (Site oficial FdE). A confiança passa por algumas práticas, como a do caixa coletivo, empréstimos de CNPJs, equipamentos de som e vídeo entre os grupos, e até dinheiro para realização de algum evento da rede, este tipo de transação é mediada pelo banco FdE, o empréstimo ainda pode render juros na forma de cards.

Dentro do grupo existe uma grande valorização da ideia do coletivo em detrimento dos aspectos individualistas. É nutrido o pensamento de que juntos são mais fortes, conseguem resistir melhor às adversidades, que coletivamente consegue-se realizar mais em um curto período. Este ideal é confirmado e adornado por alguns exemplos e práticas bem sucedidas do FdE, que são comentadas pelos integrantes com certo orgulho: como o sucesso do Rapper

Criolo que reconhece publicamente o apoio do FdE, a proporção que tomou o projeto NINJA, a Pós-TV, entre outros que tem uma boa expressão local e peso no circuito interno do movimento.

Percebemos que ter vivenciado a experiência do NINJA, marca um certo diferencial entre os integrantes do grupo, assim como ter participado de muitos festivais e congressos nacionais, ter conhecido outras casas do FdE, o que reflete em um reconhecimento maior daquela pessoa no grupo. É este acúmulo de experiências que serve de base para a formação de lideranças no grupo, e consequentemente estes integrantes acabam ocupando pelo mérito, alguns lugares empoderados dentro da organização do FdE, acentuando o processo de hierarquização.

Não podemos deixar de mencionar que o grupo tenta criar mecanismos para amenizar estes processos de concentração de poder, principalmente a nível das tomadas de decisões que buscam ser pelo consenso, ou em construção de narrativas e práticas que buscam valorizar o coletivo, como o exemplo do armário coletivo, onde as vestimentas são de uso comum, pela fala “meu óculos foi comprado pelo caixa coletivo” (Diário de campo, p.35). Falas que buscam inteirar a igualdade e importância que todos os membros do grupo tem para o FdE. Ou ainda pela estratégia de tabelar um valor igualitário ao trabalho realizado por qualquer um, onde trabalhos de qualquer espécie, valem um mesmo “x” de Cards.

E através desta ideia de valor igualitário do trabalho, pude compreender que na experiência do NINJA, a captura da informação pelo midialivista do FdE, a transmissão das imagens em tempo real, são tão importantes quanto a divulgação deste material. O trabalho de viralização nas redes socioinformacionais da internet, feito por vários integrantes espalhados pela extensa rede do movimento, foram fundamentais para o reconhecimento nacional do mídia NINJA. Do que adianta produzir uma informação, se ela não circula entre os espectadores?

Estas experiências coletivistas que ocorrem nas casas FdE, além de provocarem uma reflexão sobre sua postura social e fomentarem o desenvolvimento de uma cultura política, também respingam na própria relação com a família, que se diferencia do bordão do jovem rebelde que briga ou rejeita a família em suas relações. Pelo contrário, na fala e nas ações de muitos deles, a família assume outras facetas, como a de parceria, no caso do restaurante que funciona no Espaço Mundo. O coletivo familiar começa a receber semelhante atenção, em relação à reciprocidade, compreensão e colaboratividade trabalhadas nas casas FdE. Ou nas palavras de um dos integrantes:

...você aprende a ficar mais tranquilo e de boa com as pessoas, entendendo muito mais, nossa tipo, quanto mais tempo que tu passa, isso muda muito nossa relação com o externo, incrivelmente! Hoje minha relação com meus amigos, minha família, minha mãe, meu pai, meus irmãos, tipo, tem uma conotação diferente para mim, eu observo a partir de um outro ângulo, saca? Muito mais de boa, muito mais acessível,... pudemos dizer que eu era uma pessoa mais rebelde nesse sentido, antes desta experiência... e hoje muito mais disposto, acho que esse, esse é um ponto chave, disposto às relações, a entender, a discutir e foi, segue o jogo... o legal nesse rolê é que a gente aprende muito a ser flexível... (Entrevista 5, 2015).

O compartilhamento de uma história fundacional do Fora do Eixo é marcante. Não pudemos deixar de perceber certa semelhança entre o histórico da formação do grupo de João Pessoa, e a história fundacional do movimento que remontam ao protótipo do Espaço Cubo de Cuiabá. Ambos passam pela sequência geral: desenvolvimento de um festival local, formação de um coletivo local, criação de casas FdE, expansão das redes de contato incluindo sociedade civil e Estado, amadurecimento e distribuição das tecnologias sociais criadas pela rede.

O protagonismo do FdE nos protestos de junho de 2013 constrói uma impressão coletiva que o movimento deixou sua marca na história, e que enquanto integrantes deste grupo, são atores empoderados e importantes na construção do presente e projeção do futuro: “... quando a gente olha, assim, no livrinho da história, tem um capítulo muito especial, assim

prá, essa revolução da comunicação, onde a gente teve um protagonismo, muito interessante, a gente pautou uma nova forma de comunicação.” (Entrevista 5, 2015).

Existe também um investimento do grupo em ressignificar o trabalho, tentando tirar a carga negativa que esse carrega. Foi comum ouvir na casa FdE-JP que eles trabalhavam com o que gostavam, que não existia separação entre trabalho e vida nos coletivos. Ressaltando a importância do trabalho colaborativo, não lastreado exclusivamente pelo seu valor econômico, mas também por seu valor de troca, vinculado não só pela trocas de serviços entre agentes e parceiros da rede, mas também pela troca de experiências entre os envolvidos nestes trabalhos. Sejam eles colaborativos dentro do circuito cultural ou dos trabalhos solidários, como os da Ação Griô de que falamos acima, ou do trabalho que vem desenvolvendo junto à comunidade do Porto Capim.

Ficamos surpresos como estenderam seus esforços de trabalho em prol da comunidade do Porto Capim, buscando sensibilizar outras redes de apoio através do projeto #OcupaPortoCapim, onde ajudaram a dar visibilidade para esta causa, através das tecnologias sociais desenvolvidas pela rede, e mesmo chegaram a prestar um apoio nas questões burocráticas, que envolviam o processo de desocupação deste território pela prefeitura, enfatizando que sempre há uma troca de experiência entre os nós destas redes solidárias:

Esta mesma articulação que a gente vem fazendo aqui, a galera também já fez em outros lugares, aí a gente também vai aprendendo como é que a gente pode dar uma base, pode dar um suporte, principalmente em num caso desse, onde são pessoas que tem um umm baixo nível de educação, uma baixa renda né, então assim, é muito mais complicado para eles do que para nós, ter que conviver com com isso né. E as vezes a gente enfrenta problemas que seriam bem menores, [fez gesto de entre aspas com as mão] e acha que não vai conseguir resolver, então de certa for a gente aprende muito com eles, desta força da comunidade, que que é como se fosse uma família mesmo né, o Porto Capim. (Entrevista 1, 2014)

Também nos chamou atenção o modo como uma das integrantes comentou sobre a

importância da responsabilidade e compromisso com o trabalho, já que esta era uma porta de entrada no mercado de trabalho. Assim como em uma conversa informal com uma pessoa que se apresentou como ex-integrante FdE, depois da explanação de parte deste trabalho em um Congresso de Psicologia Política, onde fez algumas críticas que giravam em torno da distribuição de trabalho desigual entre os integrantes, falta de remuneração, e principalmente da questão de não colocarem os créditos dela nas fotos que eles utilizavam, ela era fotógrafa, foi quando me deu um estalo, e perguntei onde ela tinha feito sua formação em fotografia, e havia sido no próprio movimento.

Atento às críticas que fizeram ao movimento sobre possível exploração do trabalho, ou mesmo do exagero da mídia que tentou imprimir a narrativa do trabalho escravo. Compreendemos essa questão do trabalho colaborativo, muito mais como um desafio interno da própria rede, que ainda vem tentando aparar as arestas desta experiência. Pareceu-nos haver trocas implícitas, não muito claras ou bem acordadas entre o movimento e estes jovens.

Esta proposta de ressignificação do trabalho parece restringir-se aos integrantes mais “orgânicos”, que participam do caixa coletivo ou que moram a mais tempo na casa, pois para os viventes recentes e contingenciais, este trabalho colaborativo ganha outros contornos. Na vivência que participei do Grito Rock, o clima na casa estava muito tenso, não só pela proximidade do evento, ou pelo desgaste do convívio coletivo, havia um algo mais que pesava. Em nossa interpretação, este algo a mais passava principalmente pela vigilância exercida por alguns integrantes, sobre as tarefas que haviam sido distribuídas entre todos. Vigilância que foi introjetada também por alguns dos viventes, iniciando um clima de cobrança mútua, e conseqüentemente instaurou-se um desconforto proporcionado pela autocobrança em excesso, ou até mesmo um certo “medo” de esquecer de algo, ou estar fazendo alguma coisa em desacordo, situação que estava estampada no semblante de alguns viventes.

Conversei com um dos integrantes mais orgânicos da casa, ele comentou que isto fazia parte do afinamento da convivência e adequação às propostas desenvolvidas nas casas. Colocou que quando se junta mais integrantes orgânicos, o entrosamento é maior e o desgaste menor. Contudo acreditamos que esta experiência coletiva inicial poderia ser mais leve, agradável, e menos uma prova de resistência laboral, até por que os viventes colaboram substancialmente na realização dos projetos coletivos do FdE, e pelo que pude perceber nos eventos colaborativos realizados nos períodos de 2014 e 2015, o índice de viventes que continua colaborando com as atividades da casa FdE-JP é bem pequeno.

Notamos na casa FdE-JP a formação de lideranças que concentram um poder excessivo na condução dos projetos da casa, e do grupo como um todo. Além de ter observado algumas cenas que esboçam o germe de um autoritarismo nas inter-relações cotidianas, que se refletem num rol de repreensões para com os viventes recentes do grupo, em constantes chamamentos de atenção vexatórios, broncas coletivas ou individuais, que eles designam de “papo reto”. Concordamos em parte com as análises de Fonseca (2015) que também detecta no movimento FdE pequenas violências simbólicas, entretanto em suas argumentações finais entendemos que existe um certo exagero, quando coloca que o movimento cria mecanismos intencionais para legitimar tais violências simbólicas.

Entendemos que estas violências, simbólicas ou não, devem ser levadas muito a sério pelo movimento. Pois são a partir destas micro relações de base, que se sustentam indesejáveis concentrações de poder, intransponíveis hierarquias, e reforçam-se lideranças tirânicas. Nesta situação, deve-se considerar fortemente os fundamentos da autocrítica, e da resignificação constante do movimento e dos seus membros, reafirmada em sua carta de princípios, que valem para todos, inclusive seus líderes, que ao nosso ver precisam passar por uma reciclagem, ou auto-reflexão coletivas sobre suas condutas.

Repensando a questão das horizontalidades, levando em consideração a redistribuição

de poder local no FdE-JP, fica difícil endossar a proposta de horizontalidade do FdE como um todo. Pois agora entendemos que o modelo de organização baseado em redes distribuídas e autônomas, inspirados nas redes informacionais, não garantem uma redistribuição do poder nestas mesmas redes. Então, ter autonomia nas pontas, não garante descentralizações de poder.

Este raciocínio também vale para os que pensam que a internet, por se pautar em redes distribuídas, não possa formar *cluster*, ou melhor cachos empoderados, que comprometam a distribuição de forças no sistema como um todo. Contudo temos que admitir que o modelo de redes distribuídas é muito mais flexível que o modelo piramidal, e que a cultura socioinformacional do P2P popularizando-se, promete muitas surpresas e avanços na lógica de distribuição de forças. Neste sentido as experimentações do movimento social FdE com as plataformas e lógicas P2P, podem ser benéficas a médio prazo para sociedade brasileira e seu aprofundamento democrático.

b) *Da subordinação a opressão*

A princípio refletimos sobre a possibilidade de que no movimento FdE não houvesse este caráter opressivo, ou que se manifestasse de maneira tão branda, que não pudesse ser considerado uma opressão social à rigor. Neste momento ainda estávamos muito influenciados pela identidade social impingida sobre esse movimento, principalmente pelo fato da maioria de seus integrantes serem provenientes dos setores médios da sociedade.

Para podermos compreender melhor esta passagem das relações de subordinação para o reconhecimento coletivo das opressões, temos que abordar a partir do contexto onde se insere o movimento FdE. Falo isso porque a opressão social que atravessa o movimento passa muito pela questão trabalhista, e assume características diferenciadas se comparadas às opressões mais explícitas, vivenciadas pelos movimentos étnicos, de gênero, ou de luta pela terra.

Entendemos que um dos primeiros sinais que despertam um grande desconforto dentro das relações sociais estabelecidas por estes jovens, em sua maioria universitários do curso de Comunicação e Jornalismo, foi o fato de ter sido aprovado em 2009, pelo Supremo Tribunal Federal, que o diploma de jornalismo não seria mais obrigatório para exercer a profissão (Jusbrasil, 2009). Isso agrava a situação de desemprego vivenciadas por estes jovens, que percebem que seu esforço em qualificar-se através de um curso superior, não lhes dará melhores condições para disputar um emprego no mercado formal.

Este fato parece ser crucial para compreendermos algumas dinâmicas relacionais e motivações do movimento FdE. Começamos a entender um pouco melhor, como um grupo pequeno de estudantes de comunicação, que hoje ocupam funções estratégicas dentro da rede FdE, investem boa parte de seu tempo e energia na produção e articulação de festivais de música independente, articulando-se posteriormente em associações e redes de produção cultural maiores, que buscam promover o sustento financeiro deste grupo. Com a consolidação do circuito cultural FdE, acabam por suplantam a antiga dependência de um mercado empregatício formal.

Esta margem de autonomia financeira, conquistada ao longo do tempo por este movimento através da produção cultural em grande escala, permite-os redirecionar seus investimentos para seus “antigos” desejos dentro do âmbito do jornalismo. Que se renovam na forma do midialivrismo praticado pelo NINJA, que transforma-se em uma importante ferramenta política do movimento.

Esta autonomia financeira também permite ao movimento encampar lutas que tocam em tabus sociais, sem muitos constrangimentos, como é o caso da bandeira levantada contra a descriminalização das drogas, que ocorre de forma intensa e aberta no movimento. Dentre as transmissões das marchas da maconha que acompanhamos pelo Twitcasting do mídia NINJA, uma nos chamou a atenção, pois era uma transmissão da época do carrinho de supermercado,

onde estavam participando vários integrantes que ao longo da pesquisa fomos identificando como referências no movimento, entre eles um que havíamos até entrevistado, e principalmente pela ousadia da pauta que defendiam. Pois dentro da marcha da maconha, estes integrantes formaram o que eles denominaram de ala dos psicodélicos, onde defendiam a liberação dos ácidos lisérgicos, mescalina, cogumelos e experiências alucinógenas em geral, que geralmente ficam de fora da discussão sobre as políticas das drogas.

Começamos também a compreender melhor um certo desencanto com o ensino formal universitário. Inclusive dois integrantes do FdE-JP, haviam interrompido a faculdade, apontando essa ser pouco objetiva, com uma formação extensa e o pior sem perspectiva de emprego em seu termino (Entrevistas 1 e 2, 2014). Não é sem razão que a universidade é um dos Simulacros, e seu sistema de transmissão de conhecimento se distancia substancialmente do ensino formal.

Percebemos em alguns integrantes um certo desdém para com a universidade formal, que revelou-se por exemplo, em uma conversa da qual participávamos, onde foi colocado de maneira irônica e bricalhona, que diante da complexidade metodológica das universidades tradicionais, a universidade FdE guiava-se por apenas uma metodologia, a Sevirologia³³, que é a arte de se virar com o que se tem, e até me foi aconselhado que procurasse isso no dicionário fora do eixês.

A conscientização de seus direitos ocorre fortemente quando começam a encontrar empecilhos jurídicos e político institucionais, que os impelem a conscientizar-se sobre a necessidade de regulamentação da mídia, que ainda funciona sobre a égide de leis da época do rádio, e culmina na participação ativa do movimento, no processo que leva a aprovação do Marco Civil da Internet. Dentro do âmbito político institucional, tecem parcerias partidárias, e

³³ A arte de “se virar” para alcançar um resultado satisfatório. Na ausência de equipamentos ou domínio sobre determinados conhecimentos e/ou ferramentas tecnológicas, uma pessoa pró-ativa pode desenrolar as ações com os recursos que possuem e, assim, adquirir novos conhecimentos ou descobrir outras possibilidades de intervenção social. (Glossário Fora do eixês, p.6)

quando existe ameaça de retrocesso nas conquistas de políticas públicas voltadas para a cultura, participam da reação proporcionada pelo Mobiliza Cultura, que abordamos anteriormente. Analisando estes intemperes expostos acima, o sentimento de injustiça social dentro do movimento FdE, parece assumir posturas mais pró-ativas, seguindo sua política do pós-rancor.

O movimento FdE, por sua condição de produtor de informação, acaba também reconhecendo a injustiça social de outros movimentos sociais, propagando-as por suas redes informacionais, e por vezes até fechando parcerias contingenciais em lutas que por vezes destoam de suas reivindicação principais, como vimos nos subcapítulo de suas redes externas. Assim como o reconhecimento da opressão no FdE, também passa por uma sensibilização e reconhecimento da opressão em outras lutas e movimentos sociais, funcionando neste sentido de maneira semelhante ao Black bloc, que necessita das multidões e da truculência policial para facilitar a execução de seus atos, no caso do NINJA se não há manifestação não há transmissão.

Para finalizar podemos pensar, a quem interessava a aprovação da lei que desarticula a profissão de Jornalismo, senão as grandes empresas de comunicação do país, e aqui já começamos a delinear a construção do “Eles” que é exterior constitutivo deste “Nós”.

c) Demarcação de fronteiras políticas

Como vimos articulando ao longo do trabalho, começa a ficar mais fácil de identificar as fronteiras de disputas políticas que separam de maneira irreconciliável este “Eles”, que é formado principalmente pelas grandes corporações empresariais que comandam os monopólios midiáticos em nosso país, intrinsecamente articuladas aos partidos políticos, considerados parte de uma direita moralista e conservadora. No âmbito da sociedade civil, o FdE opõe-se aos grupos e movimentos reacionários que militam pelo retrocessos das conquistas sociais nos campos dos direitos trabalhistas, liberdades individuais, de gênero,

étnicas, e principalmente das liberdades de expressão. Posicionando-se contra todo grupo, instituição, empresa, ou partido que prejudiquem os processos de regulamentação da mídia e expansão da internet.

Do outro lado desta fronteira, ainda permeável do ponto de vista agonístico, encontra-se este grande “Nós”, que vem ganhando consistência com o avanço e cristalização da polarização partidária em nosso país. Neste contexto, o FdE posiciona-se do lado dos grupos que defendem políticas mais inclusivas e de cunho popular, os quais se convencionou chamar historicamente de esquerda.

O posicionamento do FdE nesta macropolítica é de fácil localização. Porém entrando na seara das micropolíticas, observamos que esta coalizão circunstancial que forma este grande bloco político à esquerda, contém suas divergências internas, e demonstram uma grande heterogeneidade dentro desta unidade. Essa Heterogeneidade interna afeta de sobremaneira o movimento FdE, dificultando um pouco mais a delimitação de um “nós” dentro desta diversidade. Contudo observando os desdobramentos das Marchas da Liberdade, sua atuação no Mobiliza Cultura, no Existe Amor em SP, suas conexões com as redes de movimentos sociais envolvidas nestas ações, que abordamos na categoria de Redes Externas do FdE, e sua relação com os protagonistas de junho de 2013, fica mais fácil de nos nortearmos dentro destas heterogeneidades.

Podemos dizer que boa parte destes atores sociais de vanguarda, estavam imbuídos dos ideais trabalhados nas mobilizações de alter globalização, que em linhas gerais valorizam a organização e resistência autônoma da sociedade civil, com uma forte crítica às coligações entre elites empresariais e partidos políticos. Todos estes ideais, somados as críticas que receberam, começaram a pesar contra o movimento do FdE, principalmente por sua forte ligação com o Partido dos Trabalhadores via Ministério da Cultura, e com empresas que financiavam parte de suas ações culturais.

Em suma, entendemos que o FdE em certa medida, é rechaçado pelos movimentos de vanguarda que estão imbuídos de fortes ideais apartidários, anticapitalistas, com preferência pelas formas de relações horizontais, que forçam os limites do ativismo político contemporâneo³⁴. Ideais que o movimento FdE tentou acompanhar, porém lhes foram muito caros, devido ao seu histórico de formação política.

Rechaço que os fazem reafirmar conexões mais “tranquilas”, com movimentos teoricamente mais “neutros” dentro da esquerda. Como os movimentos ecológicos, étnicos e de gênero, pois dificilmente um movimento que se assume esquerdista, posiciona-se contra estas bandeiras. E depois das ações de 2013, o FdE estreita suas conexões com movimentos sociais mais tradicionais, ligados a uma militância de esquerda que também dialogam abertamente com partidos políticos, como é o caso do MST e do Levante Popular da Juventude. Bom, estas são nossas interpretações, vale acrescentar a visão de um dos integrantes do FdE-JP sobre os grupos de esquerda, que comentou de maneira espontânea, sem que eu o perguntasse isso diretamente:

Agora uma coisa que é interessante observar, é que acontece também, acho que uma autofagia muito grande entre os movimentos de esquerda, as vezes sabe. A galera se pega muito nas pequenas diferenças que tem entre um movimento e outro, e não observa as grandes semelhanças que a gente tem né. E as vezes agente perde muito tempo, e há muito desgaste, por causa destas pequenas diferenças. Então é um movimento muito autofágico, a gente fica se comendo aqui, perdendo tempo, enquanto isso a direita tá super organizada, fazendo mais parcerias, e alianças do que agente. E isso é uma coisa muito doida, que eu já tinha ouvido falar, mais nunca tinha participado de dentro né, nas organizações das manifestações, nas próprias manifestações, a gente via discussões e desgastes, que não faziam o menor sentido pra mim. (Entrevista 1, 2014)

Observação interessante, contudo difícil de endossarmos plenamente, considerando o

³⁴ Em nossa pesquisa os movimentos do MPL, os Coletivos Anarquistas e os que participaram das marchas da liberdade, são bons representantes deste ativismo de vanguarda, e suas conexão com o movimento FdE retratam bem esta diversidade na unidade dos ditos movimentos à esquerda.

referencial político que nos baliza, o qual aponta para a impossibilidade do consenso e da necessidade constante de negociação entre os diferentes, mesmo que estes façam parte de nossas coalizões grupais contingenciais à esquerda, e o quanto isso pode ser saudável para o fortalecimento da democracia, que nos auxilia a fugir das armadilhas dos antagonismos de identidade, para transitar melhor por um agonismo da diferença (Mouffe, 2003).

Considerando o contexto destas lutas, percebemos que os integrantes do FdE-JP começam a redefinir ou apurar algumas posturas, principalmente no que se refere a horizontalidade e ao apartidarismo respectivamente. Quanto sua postura em relação aos partidos políticos, colocam-se como suprapartidários, e abertos ao diálogo com quem esta disposto, como comenta um dos integrantes:

A relação nossa é sempre de tentar dialogar com o máximo de grupos possíveis. Mas sempre esbarramos também em grupos, que é impossível de se dialogar. Mas nossa ideia de articulação política é sempre de tentar dialogar com todo mundo. E nosso posicionamento enquanto partido, na verdade é de ser suprapartidário né. A gente não é contra partido, sem partido, a gente é suprapartidário no sentido que, a gente quer dialogar com os agentes políticos, independente do partido que ele faz parte, mais muito mais por identificação de proposta, e de pautas, com as nossas propostas e as nossas pautas. E com o Estado e com o município, também é essa de procurar diálogo, mas sempre no sentido de proposição também né, nada de ficar refém deste diálogo, nem de ficar de rabo preso. Mas continuar garantindo nossa autonomia, nas nossas ações, nas nossas independências, a nossa postura perante algumas pautas. A gente entende que é importante o diálogo, a gestão ou o poder público que não dialoga com a sociedade, vai estar completamente descontextualizada anacrônica... E a gente acredita também que muito do que a gente vem formulando e sistematizando dentro da rede, pode ser colocada em prática como política pública, a gente também não vem só na reivindicação, na reclamação, mas também com propostas bem claras, de como poderia ser feito. (Entrevistado 1, 2014)

E quanto a postura do movimento diante da horizontalidade, percebemos que esta não parece ser mais um norte a ser seguido, até porque os movimentos sociais que eles estão

articulando-se na atualidade, não parecem ver esta questão como relevante, além das críticas que teceram em relação ao MPL sobre não estar conseguindo acompanhar as atuais ações coletivas por preciosismo em relação à forma de luta e resistência.

Outra redefinição que observamos atravessa a própria centralidade das manifestações de rua, onde apesar de reconhecerem sua importância, apontam que outras formas de ação política podem ter uma maior eficácia no exercício da cidadania e formação da opinião pública:

... eu acompanhei várias movimentações de ocupação de praça, principalmente a partir da cultura como viés político também né, e que são movimentos que eu acho que são muito mais interessantes do que só aquela manifestação de ir pra rua, levantar bandeira, e grito de ordem... muitas vezes as pessoas veem aquela manifestação na rua, e refutam aquilo, bando de desocupado, de loucos e bábá. Eu acho que este outro tipo de ocupação encanta muito mais, agrega muito mais... (Entrevista 1, 2014)

Inclusive o FdE-JP participou ativamente de algumas ocupações da praça do Pavilhão do Chá no Centro histórico de João Pessoa, e como vimos das mobilizações do #ocupa Porto Capim, todas atividades que misturavam cultura e política.

É importante acrescentar que também percebemos algumas divisões de grupos que se manifestam sutilmente no cotidiano casa. Essa divisão perpassa novamente a questão do trabalho, onde percebemos a demarcação de indivíduos ou grupos, que eram taxados pejorativamente de “não colaborativos” pelo grupo mais integrado às propostas e valores do movimento (Diário de Campo).

4.4.2 Identidade socioinformacional

Entramos neste momento na seara de uma das mais expressivas singularidades do ativismo político praticado pelo FdE, onde transcorrermos sobre seus agenciamentos maquínicos, lembrando que estes não se restringem apenas ao âmbito da técnica, mas de um

devir maquínico. O próprio processo de desenvolvimento da mídia NINJA é um exemplo ilustrativo, porque não se trata apenas de uma maquinação técnica, mas diz também do envolvimento destes atores sociais com as máquinas de resistência e luta social, o embate com as máquinas repressivas do Estado, e o emparelhamento virótico com as máquinas midiáticas tradicionais.

Existe um acoplamento interessante entre ativista, sociedade civil e máquina. Através da câmera olho, sem cortes ou edições, em transmissões de horas a fio, o ativista vai andando pela manifestação, narrando alguns fatos, entrevistando manifestantes, respondendo a perguntas e interagindo com internautas, em uma abordagem direta corpo a corpo, entrando em sinergia com o calor da ação coletiva e seus efeitos de massa (Twitcasting/NINJA, 2013).

Observamos vários ninjas em ação nos protestos de 2013, pelo Twitcasting do NINJA, e era impressionante a polifonia de vozes em sua ação midiativista, pois misturavam as vozes dos mais variados manifestantes, fanfarrões, transeuntes, moradores de rua e das redondezas, policiais, defensores públicos, internautas que acompanhavam ao vivo. Um fato inusitado se deu quando alguns internautas, através de mensagens, começaram a guiar o ativista do FdE para fora do cerco policial, revelando solidariedade e uma boa estratégia de resistência civil. Podemos dizer que o midialivrismo praticado pelos integrantes do FdE é um potente agenciamento coletivo de enunciação (Guattari & Rolnik, 1996).

Transmitiam de maneira parcial, no sentido de se colocarem politicamente, assumindo partido de alguns grupos e rechaçando outros, manifestando opiniões pessoais, fazendo perguntas constrangedoras para policiais e manifestantes que se posicionaram de maneira conservadora (Twitcasting/NINJA, 2013). Buscando mostrar os vários momentos e acontecimentos das manifestações, dos tranquilos aos mais difíceis e truculentos dos protestos. Interagindo com variados “tipos” de manifestantes, refletindo a pluralidade, contrassensos e potencialidades destas ações coletivas. Tudo bem diferente do ambiente

editado e supostamente imparcial das mídias tradicionais, duramente criticadas nas transmissões.

Observamos outros agenciamentos maquínicos muito presentes no cotidiano da casa FdE e na interação de seus integrantes. Foi comum perceber rodas de computadores trabalhando em projetos conjuntos, rodas de conversas transmitidas ao vivo pela net, “reuniões” mediadas por softwares entre agentes de diversos Estados, entre outros agenciamentos pelas redes socioinformacionais (Facebook, Twitter, Instagram, Youtube). Realidade cotidiana que provoca interesse não só para pesquisadores, mas também para jovens que buscam experiências alternativas de vida, assim como aproveitar a oportunidade de aprendizado técnico que lhes possa servir futuramente no mercado de trabalho. Narrativa que de certa forma também é “explorada” pelo movimento, como podemos ver na foto divulgação:



Figura 9. Inscrições para o trabalho colaborativo no Grito Rock (Facebook da casa FdE-JP)

Entretanto o que mais me surpreendeu, foi a capacidade deste grupo subverter o uso ordinário de alguns programas acessíveis por todos nós, ato que eles chamam de hackear. Que por exemplo, é usar um aplicativo de comunicação visual em tempo real comumente utilizado

entre pares, tirar o celular do rosto e virá-lo para algum acontecimento político, um ato simples, mas que ninguém havia pensado antes do NINJA. Ou ainda outras formas de hackeamento, como utilizar das plataformas do Google e Facebook para organizar grupos de discussão de determinados temas, ou eventos específicos do movimento. E por estas plataformas, ou sites do grupo, buscam disponibilizar sua produção coletiva de planilhas, cartilhas e tutoriais, e até mesmo um programa que FdE-JP criou, chamado Figo, utilizado para gerenciar sua moeda complementar. Produções que podem ser acessadas, replicadas ou melhoradas por toda a rede de parceiros e interessados, muito dentro do que é propagado pela cultura digital livre.

Não percebemos traços de mirabolantes tecnologias ou de difíceis linguagens computacionais no grupo, pelo contrário, a ideia é que seja prático, simples e que possa ser acessado e replicado pelo maior número de pessoas. Assim foi na oficina de Pós-Tv que participamos, explicaram o processo de transmissão ao vivo, disponibilizaram uma apostila com o passo a passo, sempre ressaltando a simplicidade do processo, e que este tipo de operacionalização pode ser feita por qualquer pessoa.

Os poucos vernizes tecnológicos que percebemos, foram o uso do Telegram³⁵, além de algumas menções dos integrantes mais orgânicos do FdE-JP sobre sua eventual participação em eventos tecnológicos de ponta, e grupos que discutem sobre as políticas da internet: como o Fórum Mundial da Internet, Associação Nacional para Inclusão Digital, Centro de Estudos da Mídia Alternativa Barão de Itararé, Facción que é uma rede de midialivristas da América Latina, e Expotec de João Pessoa que inclusive ajudaram na produção desse evento. Isso demonstra um forte interesse por este universo informacional, apesar de no cotidiano do grupo e em seu ciberativismo, optar predominantemente por ferramentas mais simples, mas o

³⁵ Que é um Software Alemão livre e gratuito de conversação pouco conhecido pelos brasileiros, utilizado para comunicação interna dos grupos do FdE, pois oferece uma melhor privacidade da informação.

que não quer dizer utilizá-las de maneira simplória.

Percebemos no FdE-JP um equilíbrio entre as atividades e encontros presenciais, e as ocorridas no ciberespaço. Contudo algumas falas nos chamaram a atenção, pelo reconhecimento de um algo a mais experienciado pelos integrantes de FdE-JP em seus agenciamentos tecnológicos: como “a cultura digital está no DNA do FdE”, “aqui tirou da tomada morre todo mundo”, “quando saio sem meu computador é como se faltasse uma parte de mim”, “a cultura digital é uma grande comunhão”, “Software livre é eu pegar uma tecnologia x, botar meu DNA e replicar ele, e deixar disponível” (Diário de campo; Entrevistas, 1,5).

Esta imersão nas propostas da cultura informacional experimentada por estes agentes FdE, diferente de uma imersão exclusivamente tecnologicista, conduzem-os a vislumbrar outros possíveis processos de subjetivação, que resvalam na sociedade que os permeia. Como a auto-experimentação NINJA realizada na “encubadora social” FdE, que é simples do ponto de vista tecnológico, porém força os limites deste nascente “cidadão multimídia, que consome, produz, reproduz, e remixa as informações” (Diário de campo).

Compreendemos que a experiência Ninja colabora bastante com a ideia de produção de informação cidadã, e achamos curioso que não houve o interesse destes atores em reivindicar para o grupo a autoria ou “patente” da tecnologia ninja, o que fizeram foi rapidamente incentivar sua replicação viral. A originalidade parece localizar-se em um universo onde tudo é remix ou remixável, reconhecida como uma mistura interessante, que ocorre em um dado momento, geralmente de curta duração.

A ideia geral que percebemos ser desenvolvida e experimentada por este grupo, é de liberar a informação de seu peso timbrado de verdade, dos juízos de autoridades, seja de pessoas ou empresas jornalísticas, em suas interpretações editoriais fechadas e conclusivas. O interessante é fazer que a informação e o conhecimento circule, que suas constantes

apropriações e reapropriações pelos mais diversos atores criem uma cultura interpretativa mais sagaz das múltiplas narrativas socioinformacionais.

Existe um auto-reconhecimento coletivo sobre a expertise do movimento no que diz respeito à utilização das tecnologias sociais, e também que um dos papéis principais que desempenharam em junho de 2013, para além de somente distribuir tecnologias úteis para a ação direta (NINJA), foi o de ajudar a potencializar as conexões entre atores sociais, repassando seu conhecimento acurado de atuação colaborativa em rede, articulação de pessoas, movimentos, instituições, que apesar de heterogêneas, podem estabelecer sistemas de ajuda mútua para um fim comum.

... a gente está pensando como se articular cada vez mais internamente, e como estar conectando pessoas que muitas vezes se conhecem, ou sabem da existência uma da outra, mais que não sentam para fazer algo juntos, e quando isso acontece, isso é um ganho para todo mundo né. Então, a gente faz muito este trabalho de conectar as pessoas, tentar ter uma boa entrada nestas áreas, nesses movimentos, pra tentar fazer que as coisas aconteçam, porque muitas vezes as pessoas querem fazer coisas parecidas, ou poderiam se complementar fazendo trocas, mas a galera ainda tem uma dificuldade muito grande... então quando vem à tona esta coisa das novas tecnologias pra mobilização de movimento social, pra gente era meio que cair no lugar comum. Assim, velho sério!, que agora que a galera descobriu isso! Mas ao mesmo tempo a gente sabe que a gente vem num ritmo e num fluxo que é muito mais intenso, e que as vezes a gente acelera as coisas mesmo. O nosso movimento foi muito de colaborar pra todo mundo, passando nossa experiência né, e ajudar mesmo estes movimentos. E como agente tem esta capilaridade pelo Brasil inteiro, a gente pode se conectar com esses movimentos em todos Estados, e passar muito de nossas tecnologias... (Entrevista 3, 2014)

Percebemos também que dentro do grupo busca-se desencorajar a autoria pessoal. Por exemplo, não existe nas publicações do movimento o nome de quem tirou determinada foto, ou de quem fez determinada apostila. Busca-se minimizar a preocupação de que suas produções individuais ou coletivas, sejam apropriadas por outrem, o interessante é justamente

que elas viralizem. Tenta-se valorizar o coletivo FdE, não é necessariamente numa postura rígida contra o individual, até porque o grupo não consegue lidar bem com a questão do despontar de lideranças.

Aqui começamos a esbarrar nos limítrofes da próxima categoria, que versa sobre as singularidades construídas e vivenciadas no interior deste grupo, suas fissuras e linhas de fuga dentro da conjuntura hegemônica molar. Singularidades que forçam passagens para outros modos de subjetivação, outras maneiras de entender e praticar a política. E dado a disposição deste grupo para as experimentações a nível molecular (Deleuze & Guattari, 1996), e grande maleabilidade de ação de seus ativistas, que nomeamos a próxima categoria de subjetividades nômades.

4.4.3 Subjetividades nômades

A primeira singularidade que nos chamou a atenção no FdE, foi sua proposta ousada e provocadora dos Simulacros. Proposta que influencia o ativismo praticado pelo movimento, e ao nosso ver, desempenha também uma função político-social. Pois se esforça para reinventar e vivenciar no momento presente, maneiras singulares de se fazer política (Pcult), ou de transmitir e construir conhecimento (Universidade), assim como experimentar novas formas de economia (Banco) e criar novas formas de comunicação (Mídia), quatro instituições importantes em qualquer sociedade contemporânea.

Os Simulacros Fora do Eixo (Partido, Universidade, Banco e Mídia) têm como objetivo disputar o modelo de sociedade em que vivemos, apresentando como propostas concretas de reorganização das estruturas econômicas, políticas e sociais. O simulacro não representa um modelo de total semelhança, para que não seja impossível a novidade e a diversidade dentro dele, mas sim destruir os modelos e as cópias para instaurar o caos (organizado) que o mesmo cria (Glossário Fora do eixês, 2014, p. 6).

Bentes (2014) inspirada em Deleuze e Guattari, enxerga os Simulacros FdE como

duplos disruptivos³⁶ que buscam disputar mundos possíveis dentro da sociedade. Tanto que um dos principais lemas produzidos nos encontros do Fórum Social Mundial, foi “Um outro mundo é possível”, lema que cria ressonâncias diferenciadas nas diversas redes de movimento juvenis. No caso do FdE foram os Simulacros, no do MPL por exemplo, traduz-se em “uma vida sem catracas” que almeja outro modelo de mobilidade urbana e transporte público, mais social e menos mercadológico.

Outra singularidade passa por um certo “nomadismo”, que alguns agentes da rede vivem dentro do circuito de casas FdE e hospedagens de parceiros da rede, que cobrem boa parte das regiões brasileiras e alguns países da América Latina. Percebemos na casa FdE-JP um fluxo grande de agentes do FdE de vários Estados, que apesar de terem um local onde desenvolvem algumas atividades mais regulares, passam períodos longos (meses) circulando conforme as demandas de trabalhos colaborativos do circuito de casas. (Diário de campo). Compreendemos que esta circulação de agentes pelo território, além de ajudar na integração dos vários núcleos do movimento, forja um ativista com uma visão ampliada da realidade social brasileira, com grande flexibilidade e disponibilidade de repertórios de ação.

Entre os integrantes do FdE é patente a importância das construções de narrativas. Não só pelo papel de produtores de contrainformação que assumiram com o mídia NINJA, ou da comprovação de quanto as disputas de narrativas midiáticas foram importantes politicamente em 2013, mas também porque assumem importância no cotidiano do grupo. Por exemplo, quando falam da necessidade de aproximar discurso e prática dentro das vivências do movimento, ou quando usam de táticas de marketing para gerar um efeito midiático impactante politicamente. Estes atores sociais parecem estar apurando em suas ações internas e externas ao movimento, sua potência no jogo discursivo, que também movimenta

³⁶ Deleuze (1974) ao se perguntar sobre a empreitada Nietzscheana de reversão do platonismo se debruça sobre o simulacro, que é visto por Platão como um modelo imperfeito e improdutivo, a inversão dá-se em ressaltar a potência do simulacro, não como um duplo simétrico, mas um duplo que representa a diferença e a singularidade. Como um gêmeo bivitelino que provoca fissuras no mundo das essências ou no que se pretende original e verdadeiro.

esperanças e desejos, que entendemos enquanto força motriz do político.

Uma concepção interessante que percebemos em construção no FdE, foi a ideia de perda do controle, seja de projetos iniciados pelo movimento ou de processos políticos. Não só por uma questão de coerência, já que se parte da perspectiva de compartilhamento nas redes informacionais onde o controle dos desdobramentos é difícil, mas principalmente por que muitos dos projetos do movimento contém em seu esboço as facilidades para que seja capturado e recodificado facilmente por outros agentes da rede e para além dela.

Um ano depois de junho eu tava no Rio, e o que eu mais via era nego transmitindo nas manifestações ao vivo, não tinha nada haver com o NINJA, mas foi uma coisa que se consolidou... e isso é massa, porque é um pouco do que se tinha dito, assim, o lance era muito perder o controle, o lance era que as pessoas dominassem estas tecnologias. Assim, o FdE tem muito esta situação, de que pô, não necessariamente precisa ser o FdE mas quanto mais estas tecnologias sociais forem repassadas e popularizadas, pô é o fortalecimento de nós como um todo! pô se fosse só o ninja ali transmitindo, é massa! mas é só o ninja, mas quando a gente vê um exército de pessoas com celular na mão, fazendo tudo aquilo ali... (entrevista 5, 2015)

Foi colocado por alguns integrantes do FdE que o ativismo do movimento é um ativismo em tempo integral, que eles vivenciariam um “estado permanente de utopia”. Pois para eles não havia uma separação, entre a vida cotidiana, o trabalho como agentes FdE, e o ativismo político. Explicando que dentro dos processos que vivenciavam nas casas FdE, estas instâncias se mesclavam (Diário de Campo). Ou como esclarece Pablo Capilé:

Uma questão que rolou fortemente aqui em SP, que abordava a questão deste novo ativista, o que é este novo ativismo? O novo ativismo passa pela ressignificação do que é a sua vida. Ou você trabalha 8 h por dia, e ganha um crédito para esquecer estas 8h, e terça quinta e sábado você é ativista, ou você transforma seu trabalho em vida e é ativista 24h... a estrutura de pequenas redes que se interconectam, tem possibilitado que este ativista que faz o flyer, que cola, que faz o rango pra galera, que carrega caixa, que discute o imaginário daquela organização, e ainda banca ela!... ele desmonetiza as relações quando ele transforma este ativismo na vida dele, saca?

Não tem mais uma soma fragmentada das minhas vidas, eu tenho é uma luta e disputa de sociedade, e se eu conseguir alicerces que me deem potência para que eu faça este enfrentamento, eu consigo me conectar com muito mais força. (Roda Viva, 2013)

A tentativa de desmonetização das relações passa muito pelo uso da moeda complementar, o card que falamos anteriormente, e a sua radicalização que é a vivência do caixa coletivo nas casas FdE, onde todas as receitas e despesas são partilhadas pelo coletivo. Na prática, como explicaram-nos na casa FdE-JP, escolhe-se um lugar da casa onde todos tenham acesso, para ficar a “caixinha”, na casa FdE-SP disseram-nos que existe uma conta bancária comum e um cartão que todos tem a senha. Os caixas coletivos são uma iniciativa que busca experimentar uma administração compartilhada das despesas, gastos da casa e de seus moradores, despertando um senso de corresponsabilidade, confiança e pactuação ética entre os integrantes.

Na verdade o caixa coletivo é uma das grandes sacadas da rede, enquanto vida coletiva. Porque a gente, acaba pactuando a nossa vida dentro de um mesmo recurso, então, todos recursos são gestados coletivamente, e o que eu tô gastando vai interferir na vida do outro, e do outro, então tá tudo pactuado mesmo! E além disso o pressuposto dele é que ele também tá pactuando as nossas ideias, as nossas trocas mesmo né, não somente os serviços, e os recursos no sentido de grana mesmo, mas as nossas decisões acabam sendo coletivas, os nossos encaminhamentos, as nossas perspectivas de vida, acabam sendo decididas coletivamente... até porque a nossa sustentabilidade está articulada com a de todo mundo de uma forma muito orgânica. Então, é muito interessante estar dentro de um caixa coletivo e ir se modificando a partir disso. (Entrevista 3, 2014)

A economia social experienciada por estas redes colaborativas de jovens, demonstrou ter um grande poder de realização de seus desejos enquanto grupo, foram bem sucedidos no que diz respeito ao suporte financeiro do grupo e de seu ativismo político, e mostrou-se como uma alternativa dentro do associativismo juvenil, que procura oxigenar o árido problema de desemprego estrutural enfrentados por estes jovens.

Entretanto como todo projeto experimental, necessita de reajustes, principalmente no que diz respeito às dinâmicas internas de trabalho associativo, como uma melhor divisão de poder e responsabilidades entre os integrantes, criação de estratégias melhores de inter-relação entre agentes orgânicos e novos integrantes, e atenuação dos discursos e práticas que geram uma pressão extra, talvez desnecessária, à cerca da produtividade coletiva.

E como não existe relação de poder sem resistência, podemos encarar a singularidade também pelo viés da resistência às pressões identitárias do grupo. E resistindo, à construção deste integrante “solícito”, dedicado integralmente, disposto ao trabalho exaustivo em prol do coletivo, que vimos (in)surgir através de atitudes individuais de colaboradores mais próximos ou mesmo agentes do movimento, que integravam o chamado grupo dos “não colaborativos” que apontamos anteriormente. Alguns destes participantes davam a cota de colaboração que lhes era apazível, participando somente das atividades que lhes interessavam, ou quando viam a oportunidade de evadir dos trabalhos mais enfadonhos o faziam com presteza, ou ainda em meio a reuniões tensas ascendem um baseado para acalmar os ânimos, introjetam brincadeiras dentro dos procedimentos herméticos de seus eventos, quebrando a sisudez laboral e relembrando para “o movimento” a leveza e alegria dos grupos juvenis.

Tentando não fazer julgamentos morais, podemos entender que tais atitudes recolocam para o grupo questões que parecem mal resolvidas, apontando algumas expectativas identitárias exageradas, ou que representam mesmo, desafios constantes em ambientes coletivos ou propostas associativas de maneira geral.

4.5 Discussão

Ao refletir sobre todos estes processos de subjetivação políticos descritos acima, pudemos distinguir dois devires primordiais, que transversalizam o ativismo produzido no movimento social Fora do Eixo: o *devir empreendedor*, que nasce principalmente das propostas de sustentabilidade econômica, proatividade e centralidade do trabalho no grupo; e

o *devir libertário*, é responsável pela ousadia criativa, que pensa na mudança social pelo viés da cultura e comunicação. Estes devires misturam-se em proporções variadas, dependendo das situações enfrentadas e das dinâmicas intragrupo, como veremos abaixo.

Feito esta marcação, podemos articular algumas informações contidas nas categorias que trabalhamos. A começar pela proposta ousada que sintetiza-se na narrativa³⁷ norteadora dos Simulacros, que cumprem inicialmente uma dupla função: criar a possibilidade narrativa de driblar o desemprego do mercado formal, podemos dizer que neste âmbito conseguiram aproximar a narrativa da prática com seus circuito de festivais; e outra função foi a de fissurar o muro político-social hegemônico, e pelas brechas restaurar um horizonte utópico condizente com os atuais desejos dos grupos juvenis, que buscam vivenciar no momento presente seus projetos políticos.

Entretanto com a grande expansão do movimento, coloca-se a necessidade de aumentar seu quadro de colaboradores voluntários. Neste sentido, a identidade coletiva e socioinformacional principalmente em seus devires mais libertários, suas outras propostas singulares como o caixa coletivo e principalmente a ideia dos Simulacros, começam a assumir outra função também: a de chamariz ou atrativo vivencial, para novos jovens dispostos ao trabalho colaborativo junto a rede FdE.

Contudo não percebemos uma relação de exploração explícita, principalmente ao conversar com alguns destes “viveres”, pois também traziam expectativas de aprendizado profissional, experiência coletiva fora do âmbito familiar, de aprimorar conhecimentos em fotografia, vídeo transmissão entre outros, mais em uma perspectiva de troca mesmo. E o conteúdo desta troca, foi um dos motivos mais plausíveis que encontrei para responder a pergunta do porque alguns não abandonavam a casa, e estes trabalhos voluntários, nos

³⁷ Esperamos até o último minuto, para desterritorializarmos os Simulacros, recolocando-o no âmbito das narrativas, pois a principal materialidade dos Simulacros está nas casas FdE, que sediam ao mesmo tempo “banco”, “universidade”, “mídia”, “partido”. Sem contudo impingir um sentido pejorativo, pois sabemos que sua potencia não está em sua concretude material, mas na função que cada simulacro exerce no grupo. Além do recado provocativo que deixa para sociedade: possibilidade de instituições pautadas por outras diretrizes menos mercadológicas, e o pior, que existe um grupo de jovens buscando vivenciar estes “Simulacros”.

momentos difíceis e truculentos?

Pudemos observar o quanto a esfera do trabalho é central no FdE, como transversaliza todos as fases do movimento. Desde sua motivação inicial, que acaba sendo bem sucedida no campo informal do trabalho, com a afirmação da profissão de agente cultural, que se traduz posteriormente nas ressignificações do trabalho pelo grupo, culminando no ideal de trabalho mais vida, que desemboca finalmente em sua proposta de ativismo em tempo integral, que consideramos o ponto de encontro entre o devir libertário e o devir empreendedor.

Percebemos que sua luta, não pode ser considerada à rigor uma luta trabalhista, pois não se pauta pela regulamentação de sua profissão, ou pela inserção no mercado formal de trabalho. Ela se dá no âmbito da ampliação de políticas públicas, regulamentação e queda do monopólio comunicacional, pela aprovação de leis que garantam o sigilo, a liberdade de expressão e livre troca de conhecimentos na internet. Essas reivindicações apontam para uma maior liberdade de articulação e fortalecimento da sociedade civil, que vê o Estado não como um provedor, mas como um parceiro.

Em sua tentativa de parceria com o Estado, a experiência mais profícua do FdE deu-se com o Ministério da Cultura. O movimento foi um parceiro audaz e flexível, pois se recusou a ser simplesmente um pondo de cultura do Governo, ao contrário *hackearam* esta ideia, e criaram seus próprios pontos de cultura FdE, sem com isso criar conflitos com o Governo. Podemos dizer que estes pontos FdE são até prósperos, dado o que vimos no FdE-JP, que mantém uma casa coletiva, conta com uma casa de show/restaurante com a agenda cheia, fazendo circular pela Paraíba artistas do Brasil inteiro, estimulando os músicos locais, propiciando cultura, postos de trabalho, além de se envolver nas lutas político-sociais da população local.

Em sua proximidade com os setores públicos, puderam tanto experimentar o empoderamento gerado pela ocupação de cargos públicos e seu engessamento burocrático,

quanto perceber na pele o descaso da gestão pública com o bairro que trabalham, e com seus parceiros de luta, como no caso da ocupação do Porto Capim. O que deixa um lastro de decepção com os setores conservadores do Governo, e a certeza de que sem luta da sociedade civil poucas mudanças são possíveis.

Podemos dizer que eles são ativistas que tiveram a oportunidade de vivenciar os dois lados da moeda. Esta experiência é compartilhada e amadurecida pelo grupo, pois como vimos existem algumas discussões sobre a participação de seus agentes na política institucional, além do fluxo nas casas de agentes ponto Gov e ponto Org. Esta posição pode ser compreendida também a partir de sua proposta de uma política do Pós Rancor, que entra em ressonância com todos os clamores de menos ódio e mais amor na política que pululam na internet, e que não excluem necessariamente uma política institucional.

Interessante notar que o FdE, diferente dos outros movimentos tradicionais ou mesmo de vanguarda, antecipadamente criou mecanismos de geração de renda para o grupo, para depois entrar nas lutas sociais mais amplas, visando uma ampliação de suas conquistas. Existe um forte potencial de autofinanciamento dos desejos do grupo, e consequentemente de seu próprio ativismo político. E diga-se de passagem, o financiamento da luta é um dos principais problemas enfrentados pelos movimentos sociais em geral.

Este potencial de financiar minimamente seus desejos, é o que os possibilitam em alguns momentos investir em seus devires libertários. Que incluem suas experiências informacionais que não saem barato ao movimento, não só no sentido econômico, pois também tem que se “banciar” todo um ideário maquinado pela cultura digital. Que se reflete por exemplo, em desencorajar a autoria pessoal dos integrantes, que é um tema polêmico no grupo como vimos.

Observamos que muito dos seus valores construídos coletivamente, como os de transparência, fortalecimento pela integração das redes e compartilhamento de suas

produções, fazem parte de um ideário proveniente das bases da cultura digital, desenvolvido a partir da criação da internet, que também mistura estes vieses empreendedores e libertários em sua gênese, como vimos anteriormente na resumida história da internet.

Percebemos uma construção identitária forte entre os integrantes orgânicos, principalmente amalgamadas pelo devir empreendedor. E o que teoricamente serviria para unir o grupo, acaba por colaborar com o desequilíbrio nas relações de poder internas, favorecendo o despontar de lideranças, pois quanto maior o devir empreendedor, maior o prestígio entre os integrantes da casa. Contudo este instável equilíbrio, que muitos integrantes enxergam como uma experiência de igualdade nas relações internas, é alcançado graças à articulação com os devires libertários, que proporcionam uma narrativa positiva, ressaltando os feitos do grupo e de sua participação na atual mudança histórico social, isso ajuda a amenizar eventuais desconfortos e conflitos no grupo.

Estas tramas instauram no movimento o paradoxo da igualdade na diferença, ou melhor da sensação de igualdade na concretude simbólica de suas diferenças. O que é interessante do ponto de vista de ser uma estratégia que tem funcionado para manter o grupo unido e coeso. Contudo tal estratégia está começando a desgastar-se, principalmente depois das severas críticas que receberam da grande mídia, que atinge sua base de sustentação pelo trabalho colaborativo, além do desconforto que provoca na convivência cotidiana nas casas.

Talvez um reequilíbrio entre as forças identitárias e de singularização no interior do grupo possa provocar algumas melhorias, ou quem sabe mudanças substanciais no movimento como um todo, considerando a grande flexibilidade e integração do grupo. Porém o que observamos foi, uma crescente reafirmação das lideranças, o deixar de lado das propostas horizontais, e naturalização da lógica do vem quem quer e fica quem aguenta.

5. Notas finais

A ação ativista no movimento FdE inicia-se muito circunscrita ao campo cultural e por volta de 2011 começa a projetar-se como uma potente plataforma ativista que ganha notoriedade nas ações coletivas de 2013. Demonstra uma grande flexibilidade e integração de suas redes internas, porém com pouca descentralização, pois apesar de serem redes distribuídas e gozarem de alguma autonomia em suas pontas, ainda funcionam sob uma lógica muito hierarquizada, tanto na organização de suas redes, quanto nas relações cotidianas que observamos na casa FdE-JP.

Os processos de subjetivação políticos que conseguimos acompanhar no movimento FdE apontam para um ativismo: transversalizado por 2 devires básicos que remontam ao histórico do movimento (Devir libertários, devir empreendedor); atravessado pela construção de sólidas identidades coletivas, pouco permeáveis às subjetivações singulares que ocorrem no processo de formação política de seus integrantes; marcado pela centralidade do trabalho e a importância de sua ressignificação dentro das práticas do grupo, trabalho que também marca de maneira singular a ideia de opressão vivenciada pelo movimento; quanto aos agenciamentos socioinformacionais, transitam mais pelos norteadores ético-políticos da cultura digital, do que propriamente por uma imersão tecnologicista; constroem a noção de um “nós” imersos em uma política de esquerda bastante heterogênea, contudo tem bem delimitado as fronteiras do “eles”, tanto do ponto de vista macro como micro-político; e comumente assumem posturas mais pró-ativas diante de impasses políticos externos ao movimento.

Buscaram espalhar suas redes externas transversalizando alguns campos de lutas e bandeiras políticas. Dentro do ciclo que inicia em 2011 e culmina com as jornadas de 2013, acabam flertando infrutiferamente com os anseios de vanguardas políticas. Vanguardas que

tentaram ressignificar a forma da ação coletiva contemporânea, fazendo que seus atos e passeatas públicas transparecessem os novos horizontes destes movimentos juvenis, que perpassam principalmente pelas propostas de apartidarismo, horizontalidades nas relações de poder, preferência pela ação direta. Dentre esses horizontes, o FdE conseguiu transitar melhor pela ação direta, com a iniciativa mídiativista do NINJA, que traz o reconhecimento nacional do FdE. Reconhecimento que também expõe o movimento à diversas críticas, que o força a uma guinada estratégica para com suas redes de solidariedades e lutas.

Acompanhamos esta guinada do FdE em direção ao encontro confortável com uma militância mais tradicional, que articula-se mais abertamente com partidos, mercado e sociedade civil. E a reafirmação de suas alianças com os movimentos identitários e libertários (vide redes externas), mais próximos de suas vertentes político culturalistas. Guinada que marca e consolida as estratégias ativistas do movimento FdE, nesta nova onda de protestos que reinicia a partir do período das eleições presidenciais de 2014.

Pensamos que esse momento de 2014 e os que culminam nas ações coletivas de 2013 merecem ser investigados conjuntamente em futuras pesquisas, entendendo as especificidades de cada momento, e seus possíveis pontos de conexão com o processo de Impeachment de 2016. Considerando esse contexto atual de ruptura político institucional com os princípios constitucionais democráticos, que nossas redes de movimentos sociais colocam como um Golpe Judiciário/Parlamentar, podemos falar amiúde de um norte do ativismo juvenil nacional. Didaticamente poderíamos dividir em duas falanges básicas:

A primeira, que prima pelo fortalecimento ou radicalização da sociedade civil autônoma, é fruto principalmente dos ideários anarquistas e de alter-globalização, entendendo a divisão irreconciliável entre Sociedade Civil de um lado, e do outro um inimigo comum representado pelo Estado e Mercado que imprimem um sistema político-econômico que necessitaria ser superado. Está muito conectada com linhas não segmentadas de ruptura, que

forçam a passagem de renovados fluxos. E a segunda falange opta por estratégias mais moderadas, entendendo a natureza contingencial deste “nós” e “eles”, que tornam-se irreconciliáveis em determinados momentos, buscando enxergar o “outro” como um adversário a ser dobrado dentro das regras do jogo democrático, imprime linhas de forças moleculares, forçando fissuras gradativas que visam flexibilizar a molaridade do poder hegemônico, não visando rupturas totais com o sistema político vigente, o que não necessariamente exclui tal possibilidade à longo prazo. Compreendemos que o FdE pode ser situado melhor nesta falange.

Essas duas falanges, organizam-se predominantemente por/em redes socioinformacionais, o que ratifica e força a ampliação da atuação em rede dos demais movimentos sociais nacionais. Boa parte dos movimentos tradicionais atuantes estão buscando atualizar-se neste quesito, como o próprio MST que estreitou suas redes com o FdE, proporcionando uma troca de experiência muito interessante para ambos. Reafirmando a novidade de conexões cada vez mais heterogêneas entre as redes de movimentos sociais atuais, prometendo uma sociedade civil mais organizada e madura politicamente, não necessariamente por causa da internet, contudo também não desprezando esta ferramenta imprescindível em nossa ágora virtual contemporânea.

Compreendemos que com a crescente apropriação das tecnologias informacionais pelas mais variadas redes de movimentos sociais, começam também a ser incorporados no ativismo contemporâneo traços de uma cibercultura ainda incipiente em nosso país, e que de certa forma os movimentos juvenis tornam-se um importante aglutinador e transcodificador dessa cultura digital para fins de mobilização política.

Considerando o histórico de participação política dos movimentos sociais predominantemente compostos por jovens, e suas participações efetivas em grandes ações coletivas que lograram efeito de massa, percebemos que existe uma facilidade destes

movimentos em sensibilizar e mobilizar a população, contudo parece ainda incipiente sua capacidade de organização dos procedimentos para a mudança social, no âmbito do Estado Democrático de Direito e da política institucional hegemônica. “Vulnerabilidade” que mereceria ser melhor investigada futuramente.

Em suma, o FdE desempenhou uma política engajada e criativa com seu ativismo, tomou vários partidos, com destaque para o Partido dos Trabalhadores, também fez política com as insurgentes redes de resistência e luta contemporâneas, e dado ao rechacho, quanto ao seu passado e forma de luta que não condiziam com os anseios desta vanguarda, flexibilizou-se para mais próximo das redes de movimentos sociais tradicionalmente ativas. E continua na frente de batalha pós acirramento das polarizações político-partidárias, enquanto os movimentos de vanguarda encontram-se meio deslocados neste atual ciclo de disputa política, fenômeno que também merece a atenção de pesquisas futuras.

Esperamos ter feito uma análise equilibrada, pautada pelas diretrizes teórico metodológicas de inspiração científica, e gostaríamos de acrescentar, que apesar das críticas sérias que levantamos, o movimento social FdE em suas ousadas experimentações político-sociais, contribuiu e contribui singularmente para com o avanço político democrático contemporâneo.

REFERÊNCIAS

- Abers, R., & Bulow, M. V. (2011). *Movimentos sociais na teoria e na prática: Como estudar o ativismo através da fronteira entre o Estado e a Sociedade*. Sociologias, 28, 52-84.
- Abreu, D. L. (2013). Subjetividades virtuais e suas relações com as estruturas da psique humana. Monografia de graduação não publicada. UFJF-MG
- Alonso, A. (2009). As teorias dos movimentos sociais: um balanço do debate. Lua Nova, 76: 49-86.
- Alves, G. (2013). O que é o precariado. (Blog da Boitempo) Recuperado de <https://blogdaboitempo.com.br/2013/07/22/o-que-e-o-precariado/>
- Badiou, A. (1997). Deleuze o clamor do ser. Rio de Janeiro: Zahar.
- Bauer, M.W & Gaskell, G. (2003). Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som. RJ: Vozes.
- Bentes, I.(2014). Redes colaborativas e pensamento P2P: dobra brasileira. P2P & inov,1 45-57
- Boghossian, C. O. & Minayo, M.C.S (2009). Revisão Sistemática Sobre Juventude e participação nos últimos 10 anos. Saúde Social,18, 3, 411-423.
- Bolaño, C.R., & Filho, A.V.C. (2013). O Brasil e o movimento social global: uma análise dos eventos de junho de 2013 em perspectiva histórica. Liinc em Revista, 10, 10-21.
- Baltazar, B. (2004). Os encontros e desencontros da militância e da vida cotidiana. Psicologia: Teoria e pesquisa, 2, n.2, 183-190.
- Barreira, I.A.F. (2014). Ação direta e simbologia das “jornadas de Junho”: notas para uma sociologia das manifestações. Contemporânea, v. 4, n. 1 p. 145-164.
- Campos, P. (2012). Fluxos de uma resistência: Uma análise geohistórica dos Black Blocs no contexto das sociedades biopolíticas. Anais do XVII Encontro Nacional de Geógrafos, Belo Horizonte.
- Castells, M. (2003). *A galaxia da internet*: Reflexões sobre a internet, negócios e a sociedade. Rio de Janeiro: Zahar
- Castells, M. (2008). A Era da Informação: o Poder da Identidade. São Paulo: Paz e Terra.
- Castells, M. (2009). Comunicación y poder. Madrid: Alianza Editorial.
- Castells, M. (2013). Redes de Indignação e esperança: movimentos sociais na era da internet. Rio de Janeiro: Zahar
- Costa, F. A. (2014). A dimensão do político na psicologia social no Brasil: uma análise da produção científica a partir da democrática radical e plural. Tese não publicada, PPG em Psicologia, UFMG.

- Deleuze, G. (1953/2001). Empirismo e subjetividade. In Empirismo e subjetividade SP: 34
- Deleuze, G. (1988/2005). Foucault. São Paulo: Brasiliense.
- Deleuze, G. & Guattari, F. (1995). Mil Platôs: capitalismo e esquizofrenia, vol. 1, SP: 34
- Deleuze, G. & Guattari, F. (1996). Mil Platôs: capitalismo e esquizofrenia, vol. 3, SP: 34
- Deleuze, G. & Guattari, F. (1973/2010). O anti-Édipo: capitalismo e esquizofrenia. SP:34.
- Domènecch, M., Tirado, F. & Gomes, L. (2001). A dobra: psicologia e subjetivação. BH: Autê
- Figueiredo, L. C. (1995). Modos de subjetivação no Brasil e outros escritos. SP: Escuta.
- Foucault, M. (1984). História da sexualidade II Uso dos prazeres. RJ: Graal.
- Foucault, M. (1985). História da sexualidade III Cuidado de si. RJ: Graal.
- Foucault, M. (1995). Microfísica do poder. RJ: Graal.
- Foucault, M. (2007). As palavras e as coisas. SP: Martins Fontes.
- Fragoso, S., Recuero, R., & Amaral, A. (2012). Métodos de pesquisa para internet. RS:Sulina.
- Frossard, F. (2012). A biopolítica da mídia livre: produção coletiva e colaborativa na rede. Um estudo do circuito Fora do Eixo. Dissertação de mestrado não publicada, PPG Comunicação e Cultura, UFRJ, Rio de Janeiro.
- Gladwell, M. (2010). A revolução não será tuitada. (Observatório de Imprensa) recuperado de <http://observatoriodaimprensa.com.br/e-noticias/a-revolucao-nao-sera-tuitada/>
- Galliano, A.G. (1981). Introdução a sociologia. SP: Harper & Row.
- Gohn, M. G. (2008). Novas Teorias dos Movimentos Sociais. São Paulo: Edições Loyola.
- Gohn, M.G. (2010). Movimentos Sociais e Redes de mobilização civil no Brasil contemporâneo. Rio de Janeiro: Vozes
- Gohn, M.G. (2013). O desafio dos movimentos sociais hoje no Brasil. Ser social, v.15, 33, 261-384.
- Goss, K. P. & Prudencio, K. (2004). O conceito de movimento social revisitado. Revista Eletrônica dos Pós-Graduandos em Sociologia Política da UFSC 2, 1 (2), 75-91.
- Guattari, F. (1985). Revolução Molecular: pulsações políticas do desejo. SP: Brasiliense.
- Guattari, F.(1993). Da produção da subjetividade. In Parente, A.(org)Imagem máquina. SP:34.
- Guattari, F. (2000). Heterogênese. In F. Guattari (Org.), Caosmose: um novo paradigma estético (pp. 11-95). São Paulo: editora 34.
- Guattari, F. & Rolnik, S. (1996). Micropolítica cartografias do desejo. Petrópolis: Vozes.

- Guimarães, E. (1997). Juventudes de periferias urbanas. *Revista Brasileira de Educação*. 6, 199-208
- Hardt, M. e Negri, A. (2005). *Multidão: guerra e democracia na era do império*. Rio de Janeiro: Record.
- Jasper, J. (2009). Chapter 1: After the Big Paradigms: Social Movement Theory Today, 2009. Trabalho apresentado em Politics and Protest. Recuperado de <http://www.james-mjasper.org/Spring2009Schedule.html>
- Laperrière, A. (2010). Critérios de cientificidade dos métodos qualitativos. In Poupart, J.; Delauriers, J.P.; Groulx, L.H. (org), *A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos*. (p. 410-435). Petropolis: Vozes.
- Leite, J. F. (2003). Produção de subjetividades em trabalhadores rurais na condição de luta pela terra. Dissertação de mestrado não-publicada, UFRN, Natal, RN.
- Leite, J. F., & Dimenstein, M. (2007). Dimensão subjetiva da intervenção do MST no meio rural Brasileiro. *Revista Vivência (UFRN)*, v. 32, p. 303-310.
- Leite, J. F. (2008). A militância em movimento: Amizade e maquinação de modos de existência no MST. Tese de doutorado, UFRN, Natal-RN.
- Leite, J. F., & Dimenstein, M. (2011). Processo da subjetivação da militância política do movimento dos trabalhadores rurais sem terra. *Revista Pólis e Psique Vol.1, nº2*, p.13.
- Lévy, P. (1996). *O que é o virtual?* São Paulo: Editora 34.
- Lévy, P. (2011). *A inteligência coletiva: Por uma antropologia do ciberespaço*. SP: Loyola.
- Lévy, P., & Lemos, A. (2012). *O futuro da internet: Em direção a uma ciberdemocracia planetária*. São Paulo: Paulus.
- Lobato, C. P. (2012) *Não nos representa. Imanência e transcendência na ontologia política do Ocupa Rio*. *Revista Habitus, IFCS/UFRJ, Rio de Janeiro*, 11, 136-156.
- MPL (2014). Site oficial do Movimento Passe Livre. Recuperado de <http://www.mpl.org.br/q=node/1>
- Mcadan, D., Tarrow, S. e Tilly, C.(2009) Para mapear o confronto político. *Lua Nova*,76,1148.
- Marx, K. & Engels, F. (1933/2001). A ideologia em geral e em parte a ideologia alemã. IN *A ideologia alemã*. São Paulo: Martins Fontes.
- Maline, Moura e Passos, (2012). O black bloco o papel das mídias sociais nas manifestações brasileiras de 7 de setembro de 2013. Intercom, comunicação oral apresentada no XIX Congresso de Ciências da Comunicação na Região Sudeste, Vila Velha-ES, Brasil.
- Machado, J. L. (2007). Ativismo em rede e conexões identitárias: novas perspectivas para os movimentos sociais. *Revista Sociologias, Porto Alegre*, ano 9, nº 18, p. 248-285.
- Machado, F. V. (2013). Subjetivação Política e Identidade: Contribuições de Jacques Rancière

- para a Psicologia Política. *Revista de Psicologia Política*, 13, 261-280.
- Michaelis (2009). *Moderno dicionário de língua portuguesa*. Companhia melhoramentos: SP
- Minayo, M. C. , Gomes S. (2010). *Pesquisa Social Teoria, método e criatividade*. RJ: Vozes
- Miranda, L.L (2007). A cultura da imagem e uma nova produção subjetiva. *Psicologia clinica*, 19, 1, 25-39.
- Miranda, L.L (2009). Produzir subjetividades: o que significa? *Estudos e pesquisa em psicologia*, 9, 2, 408-424.
- Mische, A (1997). De estudantes a cidadãos: Redes de jovens e participação política. *Revista Brasileira de Educação*. 6, 134- 150.
- Medeiros, L. S. (2012). Os movimentos sociais como campo de pesquisa nas ciências humanas. *Revista mundo do Trabalho*, 4, 7 , 7-31.
- Melucci, A. (1997). Juventude, tempo e movimentos sociais. *Revista brasileira de educação*, 5/6, 3-14
- Morais, M. J. (2013). Por dentro do Fora do Eixo: Uma das maiores redes de coletivos culturais do país. Trabalho de conclusão do Curso de Especialização, não publicado.
- Mouffe, C. (1999). *El retorno de lo político*. Barcelona: Paidós.
- Mouffe, C. (2003). Democracia, cidadania e a questão do pluralismo. *Política & Sociedade*, 3, 11- 26.
- Mouffe, C. (2005). Por um modelo agonístico de democracia. *Sociologia e Política*, 25, 13-23.
- Neto, M. T. R. (2009). A juventude como dispositivo. Artigo não publicado, recuperado de <http://www2.marilia.unesp.br/revistas/index.php/aurora/article/viewFile/4075/3654>
- Newman, S. (2011). A servidão voluntária revisitada: a política radical e o problema da auto-dominação. *Verve*, 20, 23-48.
- Nogueira, C. (2008). Análise(s) do Discurso: Diferentes Concepções na Prática de Pesquisa em Psicologia Social. *Revista Psicologia: Teoria e Pesquisa*, Brasília Vol. 24 n. 2, pp. 235-242
- Ortellado, P. & Parra, H (2013). *Movimentos em marcha*. Recuperado de <https://pimentalab.milharal.org/files/2013/05/MOVIMENTOS-EMMARCHA livro.pdf>
- Oximity (2013). Página da Mídia Ninja na plataforma internacional de notícias (Oximity). Recuperado de <https://ninja.oximity.com/article/Ocupe-A-Globo-1>
- Pasquale, N.C. & Infante, U. (2003). *Gramática da Língua Portuguesa*. 2 ed. SP: Scipione
- Pedroso, Martins & Milito (2011). Linhas de fuga na rede. V Simpósio Nacional ABCiber.
- Pelbart, P.P. (2000). A vertigem por um fio: política das subjetividades contemporânea. *Ilumin*

- Peschanski, J.A. (2013). O transporte público gratuito, uma utopia real. In *Cidades Rebeldes*, São Paulo: Boitempo.
- Pogrebinschi, T. (2004). Foucault, para além do poder disciplinar e do biopoder. *Lua Nova* 63
- Pogrebinschi, T. (2007). O Político contra a Política. *Sinais Sociais*, v. 04, p. 106-141.
- Pronzato, C. (Diretor) (2014). A partir de agora: Jornadas de Junho no Brasil. [Vídeo].
- Pós-Tv/mídia (2013). Série Simulacros: mídia/partido/banco/universidade, Recuperado de <https://www.youtube.com/watch?v=llkrQvOfy2xI>
- Prado, M. A. M. (2001). Psicologia Política e Ação Coletiva: notas e reflexões acerca da compreensão do processo de formação identitária do nós. *Revista Psicologia Política*, v. 01, n.01, p. 149-172.
- Prado, M. A. M. (2002). Da Mobilidade Social à Constituição da Identidade Política: reflexões em torno dos aspectos psicossociais das ações coletivas. *Psicologia em Revista*. v. II, n.11, 59- 71.
- Prado, M. A. M. (2005). Movimentos de Massa e Movimentos Sociais: aspectos psicopolíticos das ações coletivas. *Revista de Ciências Humanas*, v. 37, 47-65.
- Prado, M. A. M & Perucchi, J. (2011). Hierarquias, sujeitos políticos e juventudes: os chamados “movimentos” juvenis circunscrevem um sujeito político na contemporaneidade? In Dayrell; Moreira; Stengel, *Juventudes contemporâneas*, PucMG
- Prado, M. A. M. ; Toneli, M. J. F (2013). Política e sujeitos coletivos: Entre consensos e desacordos. *Estudos de Psicologia*, 18(2), 351-357.
- Prado, M. A. M. & Costa, F. A. (2009). A raridade da política e a democracia: Os movimentos sociais entre sujeitos e identidades. Em J. Bernardes e B. Medrado (Orgs.), *Psicologia social e políticas de existência: Fronteiras e conflitos* (pp. 71-82). Maceió: ABRAPSO
- Ribeiro, R. J. (2001). *A democracia*. São Paulo: Publifolha.
- Richter, Ortolano & Giacomini (2014). Junho Político: massa e multidão nas ruas brasileiras. *Psicologia política*. 14, 29, 71-86.
- Rigitano, M.E. (2003). Redes e ciberativismo: notas para uma análise do centro de mídia independente . I Seminário Interno do Grupo de pesquisa em cibercidades, UFBA.
- Roda Viva (2013). Mídia NINJA. Recuperado de www.youtube.com/watch?v=kmvvgDn-lpNQ.
- Romão, W. M. (2014). *Não Vai ter Copa: manifestações, Copa do Mundo e as eleições de 2014*. *Revista de Discentes de Ciência Política da UFSCAR*. 1, 152-167.
- Savazoni, R. (2014). *Os novos bárbaros: a aventura política do fora do eixo*. RJ: Aeroplano.
- Sponville, A. (2002). *A política*. In Sponville, *Apresentação da filosofia*. SP: Martins Fontes.

- Santos, B. V. (2005). A crítica da governação neoliberal: O Fórum Social Mundial como política e legalidade cosmopolita subalterna. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 72, 7-44.
- Santos R. C. B. (2013). A reconquista do lugar como espaço de rebeldia e as alternativas emancipatórias. *Boletim campineiro de geografia*. v.1, 21-36.
- Sawicki, F. & Siméant, J. (2011). Dossiê: Inventário da sociologia do engajamento militante. Nota Crítica sobre algumas tendências recentes dos trabalhos franceses. Reuillard, P. (tradução). *Sociologias*, ano 13, nº28, 200-255
- Scherer-Warren (2005). Redes sociales y de movimiento en la sociedad de la información. 196, 77-92.
- Scherer-Warren (2006). Das mobilizações às redes de movimentos sociais. *Revista Sociedade e Estado*, Brasília, v. 21, n.1, p. 109-130.
- Scherer-Warren (2013). Redes de movimentos sociais projetando o futuro. *Revista brasileira de sociologia*. v.1. 187-217.
- Silva, R. (2012). Twitter e ciberativismo: o movimento social da hashtag “#ForaMicarla” em Natal- RN. Dissertação de mestrado não publicada, UFRN, Natal, RN.
- Silva, W. (2013). Democracia e mobilidades: um estudo sobre os atores sociais do coletivo Fora do eixo. Dissertação de mestrado não-publicada, CES, Juiz de Fora, MG.
- Singer, A. (2013). Brasil, junho de 2013: classes e ideologias cruzadas. *Novos Estudos*, 97, 23-
- Sousa, C. M. & Souza, A. (2013). Jornadas de Junho: repercussões e leituras. Campina grande: Eduepb
- Souza, C. Z. V. G (2004). Juventude e contemporaneidade: desafios e limites. *Última Década*, 20, 47-69
- Souza, D.B.(2008). Subjetividade Maquínica em Guattari. Dissertação não publicada, UFC.
- Takeuti, N. (2012). Dobras na juventude e nomadismo. *Latitude*, 6, 7-23.
- Tarrow, S. (2009) O poder em movimento: movimentos sociais e confronto político. Petrópolis: Vozes.
- Tauraine, A. (2006). Na fronteira dos movimentos sociais. *Sociedade Estado*, 21, 1, 17-28.
- Tejera, M. (2012) Ciberdemocracia e movimento dos trabalhadores rurais sem terra: práticas comunicacionais no terreno da esfera pública virtual. Tese de doutorado não-publicada, PUC, Porto Alegre, RS.
- Vinadé, T. e Guareschi, P. (2007). Inventando a contra-mola que resiste: um estudo sobre a militância na contemporaneidade. *Psicologia e Sociedade*, 19, 68-75